



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURAS
MIDIÁTICAS

IRLEY DAVID FABRÍCIO DA SILVA

PORTO DO CAPIM: MOBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NAS REDES SOCIAIS

JOÃO PESSOA-PB

2018

IRLEY DAVID FABRÍCIO DA SILVA

PORTO DO CAPIM: MOBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NAS REDES SOCIAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Midiáticas da Universidade Federal da Paraíba, linha de pesquisa Culturas Midiáticas Audiovisuais, como requisito para a obtenção de título de mestre.

Prof.^a Dr.^a. Nadja de Moura Carvalho

Orientadora

JOÃO PESSOA-PB

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586p Silva, Irley David Fabricio da.

Porto do Capim: mobilização e resistência nas redes sociais / Irley David Fabricio da Silva. - João Pessoa, 2018.

145 f. : il.

Orientação: Nadja de Moura Carvalho.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Porto do Capim. 2. Mobilização e Resistência. 3. Redes Sociais. 4. Comunidade Tradicional Ribeirinha. I. Carvalho, Nadja de Moura. II. Título.

UFPB/BC

IRLEY DAVID FABRÍCIO DA SILVA

PORTO DO CAPIM: MOBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NAS REDES SOCIAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Midiáticas da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do título de mestre em Comunicação e Culturas Midiáticas. Aprovada em 31 de agosto de 2018.

COMISSÃO JULGADORA:



Prof.^a Dr.^a. Marina Magalhães de Moraes
(Universidade Lusófona do Porto – Examinador externo)

Prof. Dr. Daniel Neves Abath Luna
(Fanets Centro de Ensino – Examinador Externo)



Prof.^a Dr.^a. Nadja de Moura Carvalho
(Universidade Federal da Paraíba – Orientadora)

JOÃO PESSOA-PB

2018

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha querida mãe, Maria do Socorro, a quem devo tudo que sou, e ao povo brasileiro, especialmente aos homens e mulheres que lutaram por uma educação melhor e pública, possibilitando que pessoas como eu pudessem atingir o, até ontem, inacessível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, de modo geral, a todos aqueles que contribuíram de maneira direta e indireta para a realização deste trabalho. Ao povo brasileiro por ter financiado este estudo.

Aos meus amigos (Júnior, Natane, Wendson, Bruno, Elayne, Lucas, Nélío, Diego, Emília, etc.) pelos momentos de lazer e de descontração, tão necessários para os que têm a missão de escrever um trabalho extenso, como este.

Agradeço a minha mãe, Socorro, pelo apoio e por aturar meus momentos de estresse. É por ela e pelas pessoas mais próximas que tento lutar e vencer para poder proporcionar a eles uma melhor qualidade de vida e um pouco mais de conforto.

Agradeço a professora e a minha orientadora Nadja Carvalho, pelas longas conversas que tivemos em shoppings, universidade, restaurantes, entre outros locais. Foram conversas produtivas e que me fizeram observar o meu objeto de estudo a partir de outras perspectivas. Criei, por ela, não só um sentimento de aluno/orientando, mas de amizade. O seu coração é lindo e exemplo para muitos. Sem suas palavras de conforto e tranquilidade, este trabalho não teria saído do forno. Devo a ela o resultado que este trabalho atingiu e agradeço de coração pelas leituras e críticas feitas.

Aproveito para agradecer a professora Regina Célia Gonçalves pela sua excelente aula sobre o Porto do Capim em minha qualificação, quer dizer, sobre o meu objeto de estudo em geral. Com a sua ajuda, pudemos preencher as lacunas existentes e melhor refletir sobre a pesquisa.

Agradeço também à comunidade Porto do Capim, pois sem ela esse trabalho não faria o menor sentido, ao IPHAN-PB e ao IPHAEP por terem cedido os documentos necessários para a elucidação de dúvidas e esclarecimentos a respeito da comunidade Porto do Capim e de seu entorno, como o Centro Histórico de João Pessoa.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo estudar as estratégias de articulação da comunidade Porto do Capim nas redes sociais Facebook e YouTube. Valendo-nos de imagens do #PortodoCapim no Instagram, exploramos a visão do outro, procurando entender como esse outro visualiza a comunidade, que é conhecida tradicionalmente como ribeirinha. Interessa saber se esse outro corrobora (ou tensiona) com o discurso do poder público em relação ao local: abandonado, despido de cultura, deteriorado, etc. Valemo-nos de pesquisas documental, bibliográfica, interpretativa, netnográfica e exploratória. Colhemos do perfil do Porto do Capim (Facebook, YouTube e Instagram) dados específicos do ambiente de rede. O que encontramos revela uma comunidade que não mede esforços para lutar contra os interesses daqueles que desejam a sua remoção do espaço, habitado por ela há mais de 70 anos. As redes sociais dão visibilidade à sua causa, tradições e memórias como lugar de fala e de resistência. As ferramentas destas redes (eventos, vídeos, textos, imagens, grupos etc.) foram acionadas para fazer as suas reivindicações um movimento organizado, legítimo e aceito pelos pessoenses.

Palavras-chaves: Porto do Capim. Mobilização e Resistência. Redes Sociais. Comunidade Tradicional Ribeirinha.

ABSTRACT

This paper aims to study the articulation strategies of Porto do Capim community on Facebook and Youtube. By using the hashtag #PortodoCapim on Instagram, we explored the perspective of others to understand how they see this community, traditionally known as a riverside one. It is necessary to know if others confirm (or collide with) the public authorities' speech about the place: derelict, uncultured, damaged, etc. We used documentary, bibliographic, interpretive, natnographic and exploratory researches. Moreover, we collected network environment specific data from Porto do Capim's Facebook, Youtube and Instagram profiles. What we found reveals a community that spare no efforts to fight the interests of those who want them to leave the space where they have lived for over 70 years. Social media give visibility to their cause, traditions and memories as a place of speaking and resistance. The tools of these media (events, videos, texts, images, groups, etc.) were marshalled to make their claims organized, legitimate and accepted by the people from Joao Pessoa.

Keywords: Porto do Capim. Mobilization and resistance. Social media. Traditional Riverside Community.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Cidade de Filipéia, 1626.....	30
FIGURA 2: Parahyba, 1647	31
FIGURA 3: Porto do Capim, 1928.....	32
FIGURA 4: Antiga Estação Ferroviária da Paraíba, 1860	33
FIGURA 5: Vista do Porto do Capim, 2000	38
FIGURA 6: Poligonal (em vermelho) de tombamento do IPHAEP, 1982	42
FIGURA 7: Perímetro (em azul) do Centro Histórico apresentado pela CPDCHJP, 1987	43
FIGURA 8: Poligonal de tombamento do IPHAEP, 2004	44
FIGURA 9: Poligonal de tombamento Federal, 2007	46
FIGURA 10: Praça Anthenor Navarro, Centro Histórico de João Pessoa	51
FIGURA 11: Centro Histórico de Olinda.....	51
FIGURA 12: Centro Histórico de Recife	51
FIGURA 13: Centro Histórico de Salvador	52
FIGURA 14: Centro Histórico do Rio de Janeiro	52
FIGURA 15: Centro Histórico de Fortaleza.....	52
FIGURA 16: Workshop Construindo o Futuro, 2000	54
FIGURA 17: I Fórum de Construção de Parcerias para a Promoção do Desenvolvimento ...	56
FIGURA 18: Perspectiva da Arena de Eventos e o Pier para turismo Náutico	59
FIGURA 19: Perspectiva da Praça Porto do Capim.....	60
FIGURA 20/21: Construção do Porto Internacional do Varadouro, 1920	63
FIGURA 22/23: Vista do Porto do Capim distante das margens do rio Sanhauá, 2010	63
FIGURA 24: Subindo a ladeira	65
FIGURA 25: Mulheres da Comissão do Porto do Capim em Ação	67
FIGURA 26: Reuniões da Comissão Porto do Capim em Ação, 2013	68
FIGURA 27: Apresentação de roda de capoeira	68
FIGURA 28: Fan Page Porto do Capim em Ação.....	72
FIGURA 29: Publicação Pare, Olhe, Escute	73
FIGURA 30: Denúncia realizada pela comunidade no Facebook	74
FIGURA 31: Apoio da sociedade civil em rede.....	75
FIGURA 32: Apresentação de projeto alternativo por Emanuel Braga, técnico do IPHAN ..	78
FIGURA 33: Apresentação de projeto alternativo, UFPB	78
FIGURA 34: Logotipo do evento #OcupePortodoCapim	82
FIGURA 35: Como chegar no Porto do Capim	82
FIGURA 36: Personalize sua camiseta com a logo #OcupePortodoCapim.....	83
FIGURA 37: Fórum de Discussão – Porto do Capim: Por que ficar?.....	84
FIGURA 38: Exposição de imagens dos moradores do Porto do Capim.....	85
FIGURA 39: Ato ocorrido no #OcupePortodoCapim.....	86
FIGURA 40: Vendas de camisetas Porto do Capim em Ação	88
FIGURA 41: Somos todos Porto do Capim	89
FIGURA 42: Leitura do Manifesto do PROEXT/UFPB.....	90
FIGURA 43: Leitura de moção de apoio à comunidade por Gabriel Moura	91
FIGURA 44: Grafite nos muros do Porto do Capim	93
FIGURA 45: MPV concedendo Certidão de Reconhecimento do território tradicional do Porto do Capim.....	94
FIGURA 46: Dona Maria encantando com sua Ciranda	95
FIGURA 47: Hosana da Silva Lima sendo homenageada	95
FIGURA 48: Seu Pintinho sendo homenageado	96
FIGURA 49: Procissão de Nossa Senhora da Conceição	97

FIGURA 50: Organização da Procissão de Nossa Senhora da Conceição	98
FIGURA 51: Café coletivo na Procissão de Nossa Senhora da Conceição	99
FIGURA 52: Trajeto da Procissão pelo rio Sanhauá até a Ilha Santa	99
FIGURA 53: Pai do Mangue da Comunidade Porto do Capim	100
FIGURA 54: Apresentação do grupo “Xote das Meninas”	102
FIGURA 55: Natal Cultural Porto do Capim	102
FIGURA 56: Protesto Porto do Capim	110
FIGURA 57: Casa de Seu Valentim	119
FIGURA 58: Sistema de busca orgânica do Instagram	122
FIGURA 59: Registro de Seu José Valentim por Keicy Victor	124
FIGURA 60: Registro do Porto do Capim a partir do olhar do Vila do Artesão	125
FIGURA 61: Registro do Porto do Capim a partir do olhar de BeissoSilva	126
FIGURA 62: Registro do Porto do Capim a partir do olhar de Valmir Borba	126
FIGURA 63: Registro do Porto do Capim por Sandro Alves	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEHRVO – Associação do Centro Histórico de João Pessoa

AECI – Agência Espanhola de Cooperação Internacional

CPDCHJP – Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa

CRDH – Centro de Referência em Direitos Humanos

IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa

RVDHPC – Relatório de Violações ao Direitos Humanos dos moradores do Porto do Capim

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 REDE SOCIAL COMO ESPAÇO DE MOBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA	14
1.1 Compreensão do ciberespaço	14
1.2 Comunidade, capital social e rede digital	18
1.2.1 Comunidade.....	18
1.2.2 Capital social	20
1.2.3 Rede digital	23
1.3 Redes e movimentos sociais	25
2 PORTO DO CAPIM, TOMBAMENTO, REVITALIZAÇÃO	28
2.1 Surgimento da comunidade Porto do Capim.....	28
2.2 Tombamento do Centro Histórico e entorno do Porto do Capim	39
2.3 Projeto de Revitalização do Porto do Capim	48
2.3.1 Elaboração do Projeto de Revitalização	48
2.3.2 Proposta de Revitalização para o Porto do Capim	58
2.4 Comunidade Porto do Capim auto-organizada	64
3 PORTO DO CAPIM EM AÇÃO	70
3.1 Facebook.....	71
3.1.1 Fan Page	72
3.1.2 Eventos	81
3.1.2.1 #OcupePortodoCapim	81
3.1.2.2 Porto do Capim em Ação	87
3.1.2.3 Estratégias de mobilização	96
3.1.3 Grupo de mobilização.....	103
3.2 YouTube.....	111
3.2.1 Memórias ribeirinhas.....	113
3.2.2 Depoimento de Seu Valentim.....	118
3.3 Instagram	120
3.3.1 Poesias do Porto do Capim	123
4 CONSIDERAÇÕES.....	129
REFERÊNCIAS.....	134
ANEXOS.....	139

INTRODUÇÃO

A ideia de realizar este trabalho surgiu do ano de 2014 para 2015, período em que estagiei no Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba e tive a oportunidade de conhecer, por meio de documentos e reuniões realizadas com a equipe técnica deste órgão, a comunidade Porto do Capim, bem como tomar ciência dos problemas que a mesma enfrentava desde 1997.

A comunidade do Porto do Capim está localizada no Centro Histórico de João Pessoa, no território considerado berço do nascimento da cidade, na parte baixa do bairro do Varadouro e, desde o final dos anos de 1990, ela tem sofrido ameaça constante de remoção, tendo em vista os interesses do poder público em construir, no local habitado pela mesma, uma praça de eventos para shows com capacidade para comportar até 60 mil pessoas.

Mesmo diante de uma situação que envolve não somente questões de destruição de um território histórico e de degradação do meio ambiente, mas também os direitos de um povo reconhecido, hoje, como tradicional ribeirinho¹ (ver Anexo I), constituindo uma identidade própria aliada ao espaço territorial e às suas margens (o rio), o poder público desprezou as reivindicações da comunidade do Porto do Capim pela permanência no local.

Em razão disso, ela não só se organizou para lutar em defesa do território habitado historicamente por ela, mas também em favor de um projeto democrático e participativo, no qual pudesse ter voz e direitos reconhecidos. Convém mencionar que a ação organizada pela comunidade não se fez apenas nas ruas, mas também nas infovias digitais.

Assim, o objetivo central deste trabalho foi realizar um estudo acerca das articulações da comunidade do Porto do Capim nas redes sociais Facebook e YouTube, investigando o arranjo virtual que foi acionado e os recursos que foram ativados durante a sua mobilização.

Em síntese, o que se buscou entender é de que maneira a comunidade se apropriou das redes sociais virtuais mencionadas e compreender o papel destas para a luta do Porto do Capim, enquanto dispositivos estratégicos capazes de contribuir para uma comunicação colaborativa, cooperativa e de reforço aos objetivos da mobilização e de transformação social.

Em suma, este trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, trabalhamos

¹ Em 2015, o Ministério Público Federal (regional da Paraíba) reconheceu a comunidade Porto do Capim como tradicional e ribeirinha, posicionando-se, assim, pela sua permanência no lugar historicamente habitado por ela e a reconhecendo como parte do lugar. Conforme Ivan Soares Farias, analista pericial em antropologia do MPF/PB, comunidades ribeirinhas são aquelas populações tradicionais que estabelecem na sua construção identitária, referência espacial, territorial e simbólica com o rio que se constitui como elemento agregador usado como critério de união e comportamento que dita o ritmo social. Disponível em: <https://residencia-aue.ufba.br/sites/residencia-aue.ufba.br/files/flavio_boaventura-trabalho_de_conclusao-_raue-2016_12_16.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.

conceitos-chaves, em autores clássicos da comunicação, para compreender o ambiente digital no qual a comunidade do Porto do Capim se encontra e desenvolve suas estratégias de visibilidade, mobilização e resistência.

Entre os conceitos e os autores escolhidos, estão: Antoun (2008), que trata das transformações sociais ocorridas a partir da mobilização em rede e da participação da sociedade hiperconectada; Costa (2005), que nos apresenta conceitos de comunidade, redes sociais, inteligência coletiva e práticas em sites de redes sociais; Malini e Antoun (2016), que mapeiam redes de colaboração nos espaços da web, apontando para novas tendências de engajamento social e redes de solidariedade; Silveira e Pretto (2008), que nos ajudam a compreender as redes de colaboração na internet, bem como o poder da tecnologia; Lemos e Lévy (2010), que fornecem os elementos essenciais para compreender a dinâmica da internet, contrapondo-se ao modelo das mídias analógicas; entre outros.

A discussão do segundo capítulo está centrada na caracterização histórica do Porto do Capim. Apresentamos um levantamento dos principais eventos históricos, sociais, culturais e econômicos que atravessaram esta região, buscando entender o momento em que a comunidade passou a fazer parte daquele cenário. O objetivo foi desenhar os contornos dos fatores que contribuíram, direta e indiretamente, para que o lugar fosse silenciado e ocupado pelos novos ribeirinhos do Porto do Capim.

Consultando documentos no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, regional da Paraíba, e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba, obtidos por telefone (através do aplicativo WhatsApp) e e-mail, e de outros entes, como o Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba, nele também se discute o processo de tombamento do Centro Histórico de João Pessoa e o processo de elaboração do Projeto de Revitalização do Porto do Capim para verificar como se deram a gestão do tombamento e do Projeto.

No terceiro, considerado o cerne deste trabalho, exploramos os arranjos virtuais que foram acionados pela comunidade Porto do Capim. Aqui, percebemos o papel que as redes sociais desempenharam no movimento dos ribeirinhos, dando-lhes os meios e ferramentas adequadas para se organizar, resistir e se fazer visível. É claro que a rede de simpatizantes e de colaboradores contribuíram para tal ação.

Eles, os ribeirinhos, se apropriaram de tais redes para agendar ações afirmativas em defesa de seu território e de suas referências culturais e tradicionais e atribuíram a elas o papel central em suas formas de articulação, desenvolvendo novas maneiras de organização, com compartilhamento de objetivos, eventos e comunicações relacionadas à sua causa, travando

discussões na esfera pública virtual, alinhando a sua mobilização e enfrentamento às perspectivas dos movimentos sociais contemporâneos, que se formam nas redes e se projetam nas ruas.

Quanto aos procedimentos metodológicos adotados no terceiro capítulo, imergimos, revestido de pesquisador avatar, nos perfis de redes sociais que a comunidade acionou e filtramos, praticamente, todos os dados (qualitativos e quantitativos) e otimizamos as informações de maneira sistematizada nesta seção, com o objetivo de evitar redundâncias.

Os dados contribuíram para fornecer um panorama a respeito das ações engendradas pela comunidade em rede digital. Dos arranjos virtuais acionados pela comunidade, elegemos três redes sociais (Facebook, YouTube e Instagram) como ambientes de pesquisa, pois consideramos que estas, sobretudo as duas primeiras, foram as mais utilizadas no processo de mobilização do Porto do Capim.

Ter um perfil nos sites de redes sociais investigados facilitou a pesquisa, uma vez que bastou entrar na plataforma para ter acesso aos dados. O único recurso ativado pela comunidade no qual o pesquisador deste trabalho encontrou certa dificuldade, foi o Grupo de Mobilização no Facebook, uma vez que este foi configurado para se tornar um espaço privado entre aqueles interessados na luta do Porto do Capim.

Desse modo, foi necessário enviar convite de solicitação de participação ao grupo para ter acesso aos dados e as ações ali sugeridas e organizadas.

Desenvolvemos ainda neste último capítulo o que chamamos de “poesias do Porto do Capim”. Consiste numa leitura do Porto do Capim a partir do olhar do outro, ou seja, tendo por base o olhar subjetivo de seus visitantes e suas impressões visuais e textuais a respeito do lugar.

A ideia foi entender como o outro vê a comunidade, se de maneira corroborativa com o discurso do poder público, que sustenta um Porto do Capim abandonado e degradado ambientalmente, ou se de maneira social, cultural e ambiental, capaz de confrontar tal discurso.

1 REDE SOCIAL COMO ESPAÇO DE MOBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA

A luta para mudar os códigos de significado nas instituições e na prática da sociedade é a luta essencial no processo de mudança social. Nesse empreendimento, a internet é imprescindível porque é o meio pelo qual os grupos sociais conseguem atingir a sociedade.

(Manuel Castells)

1.1 Compreensão do ciberespaço

Para entender a noção básica na qual se funda o que se denominou chamar “ciberespaço” é pertinente invocar a ideia sobre “rossio não-rival”, pois partindo de sua noção podemos entender a natureza de determinados espaços da web e o emprego de determinadas práticas, assim como desenhar um conhecimento teórico inicial que avance em direção ao cerne deste trabalho.

O termo rossio não-rival aparece na obra “Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder”, organizada, em 2008, por Nelson de Luna Pretto e Sérgio Amadeu da Silva, clássicos pesquisadores da área de cibercultura, em suas variadas dimensões (ativismo, software livre, produção de cultura independente, digitalização e democratização do conhecimento), e publicada no mesmo ano pela editora da Universidade Federal da Bahia.

Ainda que sejam estes os autores a organizar a obra, são Imre Simon e Miguel Said Vieira quem se debruçam sobre o conceito de rossio não-rival. É importante alertar que este conceito precede a noção de “commons”, que guarda em sua essência a ideia de colaboração, compartilhamento e comunidade, mas que, comparando os dois conceitos, pouca ou quase nenhuma diferença encontraremos. Por esta razão, optamos por continuar a utilizar a palavra rossio, considerando, em nosso ponto de vista, ser a metáfora ideal para discutir elementos pertinentes que cruzam esta pesquisa.

De acordo com Simon e Vieira (2008), podemos entender por rossio um terreno largo, espaçoso ou uma grande praça usufruída de forma compartilhada. Numa linguagem contemporânea, poderíamos entender por rossio as ruas, os espaços de convivência coletiva que sejam disponíveis a todos, indiscriminadamente, em suma, que permitam usabilidades em comum.

É claro que não podemos generalizar essa premissa, pois, caso sigamos fidedignamente esse caminho, poderemos esbarrar em situações em que determinados espaços públicos apenas

guardam em sua aparência a usabilidade em comum, mas, fisicamente, o uso é excludente e estrategicamente pensado para determinados públicos ou, até mesmo, nenhum tipo de público, como é o caso da “arquitetura hostil”². Trata-se de um método associado ao planejamento de espaços urbanos que busca evitar que determinados sujeitos se apropriem do espaço, seja utilizando-o para dormir, seja para a prática de esportes e para a construção de relações sociais.

A ideia de *rossio*, segundo os autores, faz referência às terras que eram utilizadas coletivamente para pasto por comunidades inglesas, na Idade Média. Ou seja, a sua noção está diretamente associada à ideia de partilha e de não exclusividade de uso ou de propriedade.

Tratava-se, em suma, de um tipo de propriedade coletiva ou compartilhada – muito distinta da propriedade privada. Ao contrário do que ocorre na propriedade privada da terra, não havia um indivíduo com a prerrogativa de comercializar as terras de um *rossio*, ou de autorizar ou impedir seu uso por um terceiro da comunidade. O uso estava sujeito a regras ligadas à equidade, à transparência e à garantia da sustentabilidade. (SIMON; VIEIRA, 2008, p. 16)

Trabalhada a noção básica de *rossio*, vamos agora tratar sobre a ideia de “não-rival”. Antes de negar a palavra, ou melhor, a sua ideia, é importante explicar primeiramente o que é rival e de onde essa palavra surgiu, ou seja, a qual campo ela pertence.

O termo, segundo Simon e Vieira (2008), é oriundo do discurso econômico e faz referência aos bens e recursos cujo uso feito por alguém impede (ou compete) com o uso por outra pessoa. Em geral, acreditam os autores, os bens materiais são sempre rivais. Faz sentido. Vejamos. É impossível que, ao mesmo tempo, duas pessoas usem o mesmo anel ou o mesmo relógio, ou ainda, o mesmo livro, caso se trate de apenas um exemplar, ou uma cadeira. Assim, por natureza, a ideia de rival evoca a competição, a busca pelo uso individual.

Por sua vez, a ideia de “não-rival” é aquela que admite o uso simultâneo que não compete entre si. Os autores dão o seguinte exemplo para que possamos nos situar ao contexto do conceito.

Tomemos o caso do exemplar de um livro, e suponhamos que ele seja parte de uma tiragem de 5 000 exemplares. Cada exemplar é um bem rival (ainda que relativamente durável: poderá ser usado consecutivamente por várias pessoas). No entanto, se tomássemos o conteúdo desse livro como o bem em questão, e não apenas um exemplar dele, poderíamos dizer que ele é não-rival: é perfeitamente possível usá-lo em 5 000 exemplares do livro. Ademais, dada a durabilidade de cada exemplar do livro, o seu conteúdo (bem não-rival) poderá ser multiplicado e possuído por todas as pessoas que o lerem. Esse

² De modo sucinto, trata-se de um conceito da arquitetura e do urbanismo que busca evitar que espaços públicos, como praças, calçadas de bancos, pontes, entre outros lugares, passem a ser ocupados por mendigos, sem-teto, skatistas, entre outros grupos sociais. Disponível em: <<http://arquipelago.in/?p=697>>. Acesso em: 31 mai. 2017.

fenômeno realça o fato de que o uso do conteúdo de um livro por uma pessoa não interfere nem compete com o seu uso por outra pessoa. (SIMON E VIEIRA, 2008, p. 16)

Em um primeiro momento, poderíamos cometer o equívoco de considerar que, no exemplo mencionado, os autores incorreram no erro de não observar que um livro, cuja tiragem seja de 5 mil, é um bem não-rival. Ora, de fato, pois, ainda que o livro possua uma tiragem de grande monta, ele continuará a ser um bem rival, uma vez que, se compararmos a quantidade de livros no prelo e a quantidade de possíveis pessoas interessadas na obra, pode haver desequilíbrio entre a oferta e a demanda, gerando assim disputa pelo uso, exemplo são os best-seller.

No entanto, como bem assinalaram os autores, se considerarmos o conteúdo do produto, no caso, o bem imaterial, vamos nos resvalar na ideia de algo que pode ser considerado não-rival. Dito de outra maneira, as abstrações, de acordo com os autores, podem ser qualificadas como não-rivais, pois é mais simples compartilhar ideias do que bens materiais.

Dessa maneira, podemos considerar que *rossio* não-rival é um conjunto de bens não-rivais, incluídos aí os espaços que são utilizados em comum por uma determinada comunidade e de forma não competitiva.

Nesse sentido, a natureza do ciberespaço é, em parte, um espaço “*rossio* não-rival”, por conter, em sua estrutura, princípios fundamentais (emissão, conexão e reconfiguração). No entanto, antes de explorar os princípios, convém informar que o espaço ao qual nos referimos é resultado de um esforço recombinate, que exige a participação de vários atores e ferramentas, como dispositivos móveis, computadores pessoais, recursos de conexão à rede e a ação humana, portanto, é fruto de uma ação cooperada e colaborativa.

É a lógica, sobretudo, que impera no ciberespaço que faz dele um *rossio* não-rival, ou seja, um espaço de múltiplas oportunidades. Hoje, qualquer grupo social ou até mesmo um indivíduo isolado pode usar as redes sociais online e fazer a sua causa ser conhecida e, a partir disso, ganhar apoio da sociedade, pressionando, se for o caso, o poder público para encontrar uma solução eficiente e capaz de atender as demandas solicitadas.

É claro, convém ressaltar, que as redes sociais online são o meio, o suporte, conforme Zago e Batista (2009), ou seja, o seu papel é apenas guarnecer os indivíduos que desejam lutar, fazer valer os seus direitos e suas demandas. Para fazer a causa ser conhecida é preciso montar uma estratégia de visibilidade e organizar uma luta séria, comprometida, de fato, com os interesses dos envolvidos. Como disse Rigitano (2003), hoje, para obter sucesso nos protestos online é preciso ganhar a simpatia e a solidariedade da sociedade e pautar-se por uma estratégia

racional, séria, pensada para tornar a luta visível a todos.

Os princípios estruturantes (emissão, conexão e reconfiguração), elencados por Lemos e Lévy (2010), fundam a estética pragmática do ciberespaço e dos diversos sites, como as redes sociais virtuais, que aí foram criados, operando em favor de uma sociedade democrática e menos desigual sob diversos aspectos: democratização do conhecimento; direito à comunicação; oportunidade de pressionar o governo nas decisões políticas; oportunidade de dar visibilidade a causas que, antes, não tinham espaços na agenda pública, etc.

Em suma, princípios que são capazes de contribuir para a transformação positiva da realidade social, cultural e econômica de uma sociedade e para o agendamento de ações afirmativas de forma simultânea, sem que, necessariamente, tenham que existir disputa pelo espaço, visão que também é compartilhada por Machado (2007).

Entenda, porém, que estamos falando de espaço e não de narrativa. Ainda que qualquer um possa valer-se das redes para engajar a sua luta, constituir uma narrativa forte para o movimento é uma necessidade para que ele consiga ganhar visibilidade e se sobressair perante os outros movimentos que são engendrados nas infovias digitais.

Lemos e Lévy (2010) elegem o princípio da emissão como um dos mais importantes sob o ponto de vista do desmonte do monopólio do discurso, predominantemente presenciado no século anterior. Tal princípio reflete a quebra da lógica da comunicação verticalizada, irradiada (um-muitos), e estabelece uma comunicação de mão-dupla capaz de sustentar um espaço de frequente interação social, com possibilidade de emitir textos, imagens ou vídeos, assim como arquivar dados nos mais variados formatos.

A democratização do direito à voz, possibilitado pelo desenvolvimento tecnológico e pelo surgimento da web, trouxe diversas consequências positivas para a sociedade civil, estando entre elas a capacidade de influenciar as decisões políticas em suas diferentes instâncias de poder. Sem voz e sem os recursos disponibilizados pela rede, como a possibilidade de comentar, através de variadas formas, textos, vídeos, imagens, etc., não seriam tecnicamente possíveis tornarem causas “isoladas” conhecidas pela comunidade hiperconectada.

O segundo princípio defendido por Lemos e Lévy (2010) é o da conexão. Para o autor, o princípio da conexão diz respeito à projeção de sua voz. Não se trata apenas de obter os recursos para emitir, mas também de fazer sua voz alcançar projeção muitas vezes impensada, ultrapassando, portanto, os limites espaciais e temporais.

Eram os meios de comunicação analógicos, sobretudo os de grande audiência, como a televisão e o rádio, a desfrutarem exclusivamente desse princípio no século anterior, como bem lembra Antoun (2008) e outros autores que se debruçam em estudos sobre a perspectiva da

história dos meios, como Santaella (2010) — por exemplo —, mas agora esse princípio se incorporou fortemente ao contexto da comunicação mediada pelo computador, de modo que todos pudessem projetar as suas falas, suas causas, suas insatisfações, enfim, conectando-as à uma realidade virtual global e ganhando simpatia e adesão da sociedade em rede.

O terceiro princípio defendido por Lemos e Lévy (2010) diz respeito à reconfiguração, isto é, às consequências originadas a partir do uso dos dois primeiros princípios. Assim, este conjunto diversificado de associações, interações, experiências do “comum”, mediado pelas tecnologias de comunicação colaborativa e pelas redes sociais indicam o retorno de um princípio comunitário, que se atualiza — por exemplo — na experiência do Porto do Capim.

1.2 Comunidade, capital social e rede digital

Neste subtópico, discutimos o conceito de comunidade em autores clássicos dos diversos campos do conhecimento. Problematisamos também a noção que temos, hoje, acerca do capital social e de sua ampliação a partir de redes sociais.

Em nosso ponto de vista, são o capital social, isto é, a interação, a confiança, a simpatia e a relação de mutualidade, que atualizou a experiência do Porto do Capim nas redes, fazendo com que sua luta ganhasse visibilidade e apoio social.

1.2.1 Comunidade

Nas sociedades pré-industriais, o conceito de “comunidade” era associado, segundo Costa (2005), basicamente às relações entre parentes, amigos e familiares. Eram por meio dessas relações que a comunidade se fazia e era vista pelos estudiosos da época. Exemplo são os estudos que foram realizados por Granovetter (2000) e Bauman (2003), entre outros.

O primeiro, ilustrativamente, defendia a teoria dos laços sociais fortes e fracos. Os laços sociais fortes eram vistos nas relações mais íntimas, constituídas a partir daqueles que estão mais próximos. Para Granovetter (2000), constituir laços fortes era, ao mesmo tempo, bom e ruim para o grupo social. Bom, porque as relações se tornam mais sólidas, isto é, inquebrável. Ruim, porque em se tratando de circulação de ideias, os laços fortes são fechados, ou seja, não permitem a entrada de novos membros, fazendo com que somente as ideias dos componentes mais antigos circulem, façam-se existir no meio.

Por outro lado, temos os laços fracos. Por ser fraco, a frequência de circulação de ideias é também fraca, assim como as relações sociais, conforme o autor.

O segundo, ao se debruçar sobre o conceito de comunidade, inclusive lançando, em

2003, a obra “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual”, entendeu comunidade como a oposição direta da liberdade: do individualismo, do egoísmo, das relações efêmeras.

Para Bauman (2003), fazer parte de uma comunidade implicaria diretamente na liberdade do indivíduo. Vejamos:

Há um preço a pagar pelo privilégio de “viver em comunidade”. O preço é pago em forma de liberdade, também chamada de autonomia. Qualquer que seja a escolha, ganha-se alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve perder a liberdade. (BAUMAN, 2003, p. 10)

Como bem assinala Costa (2005) é possível notar que a noção de Bauman (2003) sobre comunidade implica uma dualidade: ou vive-se em risco, podendo, com isso, perder a força da união; ou vive-se em comunidade, protegido pelos membros, na defesa dos interesses de todos.

Para esses autores, convém ressaltar, com a Revolução Industrial nos últimos séculos, a noção clássica de comunidade se perdeu (mantida pelas relações de proximidade entre parentes, vizinhança etc.), esgotou-se.

Tal revolução teria conduzido à sociedade às novas formas de exploração e à ausência de laços comunitários, segundo Costa (2005). Ao trabalhar várias horas por dia, os indivíduos já não tinham tempo e disposição física e mental para criar laços sociais, fragilizando, assim, a coesão de sua rede. Veja que nesta época as relações sociais davam-se, basicamente, pelo contato físico.

Em outras palavras para constituir uma comunidade era necessário haver relação física, pois era a partir disso que os membros mantinham contato uns com os outros, fortalecendo, desse modo, o seu grupo e dando a ele solidez e coesão.

No entanto, convém dizer, que nem todos os estudiosos concordam com o pensamento clássico de que a “comunidade” perdeu a sua integração e discorda também da ideia que se tem hoje de que as comunidades pré-industriais ou nascidas antes do auge do capitalismo, que se sustenta em princípios como a meritocracia, o individualismo, o “melhor que vença”, eram solidárias.

Tal ideia é muito utilizada por Bauman (2003), quando, por exemplo, ele defende a fragilidade das relações sociais no mundo atual, afirmando vivermos em uma sociedade puramente egoísta, em contraposição à noção clássica de comunidade.

Não se quer aqui afirmar que a individualidade não exista na contemporaneidade. Pelo contrário. O que estamos querendo dizer é que essa visão, como diz Costa (2005), não é consensual, pacífica. Este, ao realizar um estudo acerca da transmutação do conceito de

comunidade, apontou, baseando-se nos pensamentos de Wellman e Berkowitz (1988), que as relações sociais nas sociedades pré-industriais foram, em geral, marcadas por laços de exploração e profunda divisão de pessoas.

Isso abre espaço para questionarmos a teoria que, hoje, defende que vivemos, devido ao capitalismo e seus princípios, a fragilidade das relações humanas, como se as tramas sociais passadas fossem exemplos claros de solidariedade, união, simpatia, confiança. É óbvio que uma coisa não exclui a outra, porém, nada de novo se apresenta, a não ser uma espécie de herança que resiste ao tempo.

Tanto a comunidade “do passado” como a que visualizamos na atualidade é complexa e marcada por contradições, coexistindo, desde muito tempo, a solidariedade e o egoísmo, a exploração e a gentileza, o amor e o ódio, a simpatia e a ignorância.

Para Costa (2005), hoje, não vivemos mais em comunidade, ou melhor, no tipo clássico de comunidade, pautado pelas relações de proximidade, mas sim em “redes sociais”. Houve, para ele, uma transmutação do conceito de comunidade para rede social. Com isso, novas formas de associação, compartilhamento, interação se constituíram, não mais marcados pela relação de proximidade física, mas agora ampliado para além da relação espaço-tempo, a partir das mídias digitais.

Tudo isso indica que estamos vivendo uma nova forma de se relacionar com o outro e de fazer as nossas causas, problemas, dificuldades e injustiças conhecidas, o que é o caso da experiência do Porto do Capim, que constituiu sua rede social para obter apoio, a estima, a simpatia social, a generosidade e a solidariedade da sociedade pessoense com relação a sua luta.

A sua experiência do “comum” aponta para novas formas de relações sociais, de interação com o outro, de luta, de empoderamento e encontra apoio nas perspectivas dos movimentos sociais contemporâneos, conforme Machado (2007).

1.2.2 Capital social

Com a transmutação do conceito de comunidade para rede social (COSTA, 2005) e com a noção de que não estamos mais isolados em comunidades físicas (RIGITANO, 2003), originou-se o que muitos autores chamam de “capital social” para se referir a capacidade que, hoje, temos de produzir as nossas próprias redes, as nossas comunidades pessoais, de luta, de resistência, de protesto, de reivindicação etc., a partir das relações de confiança, de simpatia e de solidariedade.

Foi, cabe lembrar, Coleman (1990) e Putnam (1993), como assinala Costa (2005), os

primeiros pesquisadores a analisarem o capital social. Em seus escritos, conceituaram-no como o instrumento capaz de garantir a coerência cultural. Atribuíram às instituições reguladoras, como escolas, igreja, família, clubes, entre outras, o papel de fazer com que tal harmonia fosse alcançada.

No entanto, não é esse tipo de capital social que nos interessa, pois, o nosso foco aqui não é nas instituições, ainda que, por exemplo, a comunidade do Porto do Capim, em especial sua luta, possa ser vista como uma espécie de fonte (institucional) de discursos que busca regular comportamentos e ações em prol de sua causa.

O que nos chama a atenção é o capital social enquanto dispositivo que revela aspectos como sociabilidade, interação, cooperação, reciprocidade, confiança, respeito, mutualidade, simpatia. Tratam-se de elementos, conforme Costa (2005), capazes de revelar o grau de coesão de uma comunidade e mostrar a sua força, sua união, seu poder, sua capacidade de empreender lutas.

Foram em Grootaert e Woocock (1997) que encontramos o conceito de capital social que casa perfeitamente com a experiência do Porto do Capim. Para os autores, o modo como os atores sociais interagem e se organizam determina o seu crescimento e o seu desenvolvimento e garante força para empreender lutas.

Afirmam os estudiosos, são nas informações, nas ideias, no apoio que os indivíduos dão a outras pessoas e grupos que o “capital social” se faz presente. Complementa, afirmando que:

Esses recursos (o capital social) são sociais na medida em que são acessíveis somente dentro e por meio dessas relações, contrariamente ao capital físico (ferramentas, tecnologias) e humano (educação, habilidades), por exemplo, que são, essencialmente, propriedades do indivíduo. A estrutura de uma determinada rede — quem se relaciona com quem, com que frequência, e em que termos — tem, assim, um papel fundamental no fluxo de recursos através daquela rede. (GROOTAERT; WOOCK, 1997, p. 25).

Costa (2005) faz um destaque que, a nosso ver, merece ser colocado. Para o pesquisador, há uma tendência da economia neoclássica³ em querer rejeitar, radicalmente, os pressupostos teóricos que fundam o capital social, defendendo a visão de que a natureza humana é, puramente, egoísta.

Tal perspectiva acredita que os seres humanos são egoístas e procuram adquirir, para si, o maior número possível de coisas. Fazem isso, defende, de forma racional, com o objetivo de

³ A economia neoclássica é uma expressão genérica utilizada, de um modo geral, para se referir às correntes de pensamento que estudam a formação do preço de mercadoria. Disponível em: < https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2017/02/TD02_2003_marquesjr_portojr.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

maximizar os benefícios somente para si sem se preocupar, porém, com o outro, com o seu próximo, postulando, assim, uma natureza individualista.

Porém, para Costa (2005) e outros estudiosos, a exemplo de Fukuyama (1996), trata-se de uma visão inconsistente, insuficiente, visto que não considera outros aspectos da vida, a não ser o econômico. E, mesmo assim, dizem os autores, nem toda ação econômica deriva somente dos motivos econômicos, mas também de aspectos como as “associações” de interesses que fazem parte da grande maioria dos indivíduos.

Vejamos, por exemplo, aquele indivíduo que é levado a adquirir certos produtos e serviços para ajudar uma pessoa ou grupo de pessoas — o que é comum, hoje, nas mídias digitais⁴ — pela influência de uma comunidade, de apelo social, como no caso do Porto do Capim, que passou a vender camisetas na web para reforçar sua luta. Aqui, temos dois casos que corroboram com as teses de Costa (2005) e Fukuyama (1996), de que nem toda ação econômica visa apenas o próprio interesse, o acúmulo de bens materiais. Os indivíduos em sociedade também agem pela simpatia, compaixão e relação de confiança e bem-estar social.

Para David Hume (1983), ver a natureza humana como plenamente egoísta é a saída mais fácil para se pensar a sociedade. Assim, o autor oferece uma visão, sem, entretanto, excluir o egoísmo da natureza humana. Para ele, a natureza humana é limitada, ou seja, balanceada entre o egoísmo e a simpatia. Costa (2005), ao lê-lo, afirma que a tese central de Hume consiste na crença de que o homem seria menos egoísta e mais parcial. Assim, entre optar por uma decisão particular ao invés de uma decisão em comunidade, ele não estaria sendo egoísta, mas sim aplicando a parcialidade.

Nesse sentido, os contratos sociais seriam, em sua concepção, exemplos para limitar o egoísmo humano, fazendo valer os interesses da coletividade em detrimento dos particulares. Teríamos, aqui, uma simpatia limitada, formalizada a partir de uma convenção social.

No entanto, para Costa (2005), o problema da sociedade não se trata de limitação parcial (egoísmo x simpatia), mas de integração. De integrar as simpatias, de modo a romper a sua contradição, sua parcialidade, como defende Hume (1983).

Nosso desafio é estender as simpatias para que seja possível constituir grupos maiores. Trata-se de inventar os meios e artifícios para que os homens consigam estender as suas simpatias para além de seu clã, vizinhança, família (no sentido clássico de comunidade). Para nos constituirmos em sociedade, precisamos empreender a integração das simpatias de forma a constituir um todo maior. (COSTA, 2005, p. 242)

⁴ Vide o caso, por exemplo, de Nara Almeida. Influencer digital que passou a vender camisetas na web para ajudá-la no tratamento contra o câncer. Disponível em: < <https://vejasp.abril.com.br/cidades/modelo-nara-almeida-batalha-cancer/>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

Assim, podemos ver que para o autor os sentimentos de estima, respeito, confiança, mutualidade, interação, comunicação, troca de informações, afeto, são exemplos que apontam para os meios de integração de nossa simpatia na relação com os outros ou com suas causas, seus problemas etc.

O autor ainda afirma que a integração de nossas simpatias, formando um todo, assume um papel importante no processo de mobilização de tendências, grupos, causas, movimentos sociais e outros tipos de agenciamentos afirmativos.

Nesse sentido, podemos dizer que a integração de simpatias foi essencial para formar um todo e fortalecer a luta do Porto do Capim nas redes sociais como Facebook e YouTube. A primeira, principalmente, desaguamos em seu capital social, ou seja, em suas relações de simpatia, afeto, mutualidade, admiração, respeito, não só entre os membros da comunidade, mas entre os cidadãos de João Pessoa e os ribeirinhos.

O capital social, acreditamos, foi crucial para garantir força e poder de mobilização. Juntos, uniram-se e constituíram uma comunidade densa, coesa, bem articulada e organizada, marcada por laços sociais entre seus membros e entre estes e outros da sociedade conectada. Isso foi capaz de fortalecer a luta do Porto do Capim e a sua história de mobilização e resistência.

1.2.3 Rede digital

Hoje, as redes digitais e as plataformas de interação social, como Facebook, Twitter, Instagram, YouTube, são determinantes para a compreensão das novas comunidades virtuais e para entender a ampliação do capital social.

Se antes o conceito de capital social possuía grande importância para a noção clássica de comunidade, marcada pelas relações de proximidade física, imagina para uma comunidade global, sem fronteiras definidas geograficamente?

Autores como Rheingold (1996) já vêm comprovando, há tempos, a sinergia entre as pessoas a partir das tecnologias de comunicação e das mídias digitais. Não só ele, mas também Machado (2007).

A rapidez e alcance das novas tecnologias de informação permitem uma proliferação das organizações civis e dos coletivos sociais, assim como uma integração eficiente estratégia entre os mesmos; baseada, principalmente, no idealismo e voluntarismo de seus membros, incentivados pela relação custo-benefício bastante favorável. Surgem novas formas de alianças e sinergias de

alcance global. Com isso, aumentaram enormemente as formas de mobilização, participação, interação, acesso à informação, bem como a provisão de recursos, as afiliações individuais e as ramificações entre os movimentos sociais. (MACHADO, 2007, p. 9)

Se antes tais pessoas enfrentavam a barreira da distância para engajar os movimentos coletivos e partilhar ideias, pensamentos e práticas, assim como também apoiar protestos, causas e injustiças sociais e políticas, hoje elas podem fazer isso e, mais, podem participar, ainda que de forma indireta, seja curtindo, compartilhando em sua rede de amigos ou mesmo criando conteúdos (textos, imagens e vídeos) em apoio a determinadas reivindicações, fazendo com que elas ganhem visibilidade e novas integrações de simpatia, de maior capital social.

Rheingold (1996) já percebia, quando lançou seu livro “Comunidade Virtual”, que as comunidades virtuais nas redes não eram apenas espaços onde as pessoas se encontravam, mas um lugar onde elas podiam discutir ideias, acionar a inteligência coletiva, pensamentos, processos, práticas e o que mais quisessem, com o objetivo de atingir determinados fins comuns a todos.

Assim, começava a se consolidar um entendimento de que a inteligência coletiva, articulada nas redes digitais, poderia não apenas resolver problemas em conjunto, como aponta Costa (2005), mas igualmente trabalhar em benefício de um só indivíduo, como foi o caso de Nara Almeida (V. nota de rodapé 4) e de outras pessoas, que passaram a angariar apoio usando as plataformas digitais.

Lévy (2002) também defende a participação nas comunidades virtuais e o uso das redes como estímulo para a formação de inteligências coletivas e como parte essencial para a integração de simpatias. Para o autor, uma comunidade organizada representa alta capacidade de ação e de potência cooperativa e pode fazer sociedade, transformando realidades e mundos distintos.

Uma rede de pessoas quando se interessa por um mesmo tema, causa ou movimento social é capaz de criar uma ação coletiva, obtendo com isso resultados mais rápidos e eficazes, o que é diferente quando se age sozinho, ou seja, quando não se tem a força da população, o apoio do povo em rede.

Tudo isso aponta para o fato de que as pessoas, no contexto do século XXI, já não se organizam e interagem (somente) segundo as convenções das sociedades pré-industriais, ou seja, tendo por base a localidade, a relação de parentesco, a vizinhança.

Porém, é importante dizer que os movimentos sociais do contexto do século XXI agenciados principalmente nas tecnologias de comunicação não são, conforme Tarrow (2002),

suficientemente capazes de provocar grandes mudanças. É preciso, segundo o pesquisador, sair da zona de conforto de fazer protesto somente atrás de um dispositivo móvel e de um computador. É importante criar estratégias que conectem redes e ruas, como bem dizem Malini e Antoun (2013), em sua obra “A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais”.

Este modo de agir produziu uma outra forma de pensar a comunidade. Não somente pelas suas relações de proximidade, mas agora em direção às redes sociais. As tecnologias de comunicação ampliaram o horizonte conceitual de comunidade e possibilitaram que os indivíduos encontrassem zonas de proximidade, compartilhando seus conhecimentos, dificuldades e informações.

No caso da luta da comunidade do Porto do Capim, o que vimos foi uma estratégia que conecta as redes e as ruas, ocorre uma valorização das relações de vizinhança, parentesco, de estima entre a comunidade e outras pessoas de localidades distintas que apoiaram a causa, articulando-se junto a ela.

Assim, podemos dizer que a causa do Porto do Capim atualiza o debate acerca dos movimentos sociais contemporâneos e nos faz refletir acerca da noção de comunidade nos termos de hoje.

1.3 Redes e movimentos sociais

A concepção e a forma de fazer movimento social em prol de algum objetivo mudou e parte disso é devido ao desenvolvimento tecnológico e consequentemente ao aparecimento das redes sociais de comunicação conectadas por computadores. Estas, como aponta Costa (2005), revolucionaram a comunicação analógica, desmobilizando o monopólio de comunicação um para muitos e permitindo uma comunicação pautada na lógica de muitos para muitos.

A rede mundial de computadores, ou internet, surgiu, segundo Silva e Paiva (2013) em plena Guerra Fria. Ela foi criada, de acordo com os pesquisadores, com objetivos militares e como parte da estratégia das forças armadas norte-americanas para manter a comunicação em caso de ataque inimigo que destruísse os serviços de telecomunicações.

Além de servir a fins militares, por volta das décadas de 1970/80, a internet foi utilizada como importante meio de troca de informações entre alunos e professores, constituindo-se como um canal de comunicação acadêmico.

Porém, foi somente a partir de 1990 que a internet, de acordo com Silva e Paiva (2013), começou a se popularizar, ou seja, que passou a alcançar a população em geral. Neste mesmo

período, afirmam os autores, o engenheiro Tim Bernes-Lee desenvolveu a world wide web, possibilitando o uso de uma interface gráfica e a criação de sites mais dinâmicos e visualmente atraentes.

Desde então a web cresceu em ritmo acelerado e passou a ser usada por vários segmentos sociais.

Os estudantes passaram a buscar informações para pesquisas escolares, enquanto jovens a utilizavam para a diversão em sites de games. As salas de chat tornaram-se pontos de encontro para o bate-papo virtual. Desempregados iniciaram a busca de empregos através de sites de agências de empregos ou enviando currículos por e-mail. As empresas descobriram na Internet um excelente caminho para melhorar seus lucros e as vendas online dispararam, transformando a Internet em verdadeiros shoppings centers virtuais. (SILVA; PAIVA, 2013, pg. 5)

A partir dos anos 2000, conforme Antoun (2008), começou uma nova era na web (2.0) com o aparecimento das redes sociais. O Orkut, por exemplo, assim que foi lançado ganhou a preferência dos brasileiros.

Nos anos seguintes surgiram outras redes sociais, como o Facebook e o Twitter, que passaram a funcionar como espaços de interação e de compartilhamento de informações, tanto de caráter particular como público; constituem lugares de agendamento de ações afirmativas, como movimentos sociais.

Assim, as redes sociais passaram a colaborar na luta pelas causas sociais com agilidade e abrangência; abriram caminhos para a reivindicação dos direitos ambiental, político e social.

Passou-se a ver, com certa frequência, nas redes sociais fotos de pessoas doentes pedindo ajuda e fotos de animais e de pessoas perdidas; pessoas do mundo todo criando movimentos diversos, levando outras a aderirem as causas.

Inúmeros casos atestam o poder e o papel das redes sociais e sua influência nas ações afirmativas: Ocupe Estelita (2015), Occupy Wall Street (2011), Justiça para a Marielle e Anderson (2018)⁵, entre outros movimentos.

Em suma, hoje, qualquer ator social pode compartilhar abaixo assinado e promover campanhas de mobilização coletiva e utilizar as redes sociais para difundir as suas demandas, assumindo assim seus papéis no exercício da cidadania.

Para Levie, Locke, Searls & Weinberger (2000), assim como também para Costa (2005)

⁵ Ocorreram ao longo do ano de 2018 protestos em rede contra o assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Pedro Gomes. A Polícia Civil, que investiga o caso, trabalha com a hipótese de que o crime tenha sido uma execução. Marielle era crítica ferrenha de abusos cometidos por policiais. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/politica/1521124512_120046.html>. Acesso em: 28 jul. 2018.

e para Lemos e Lévy (2010), são a cooperação, colaboração, simpatia, conectividade, emissão e a reconfiguração, os instrumentos dessa web, que permitem que usuários se unam e formem uma comunidade glocal poderosa, capaz de lutar em favor de seus direitos e até mesmo derrubar governos ditatoriais, como foi o caso da Primavera Árabe, ocorrida em 2010.

A Primavera Árabe compreendeu uma série de protestos sociais ocorridos no Oriente Médio e no Norte da África, que utilizaram as redes sociais para garantir visibilidade e conquistar apoio, fazendo pressão internacional e chamando a atenção de instituições mundiais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Os protestos levaram diversos governantes a renunciarem, como o presidente da Tunísia, do Egito e da Líbia.

Com a web, abre-se, segundo Silva e Paiva (2013), a possibilidade da criação de certa simpatia às causas que afetam a todos em escala mundial, como ocorre em relação à questão ecológica/ambiental, que desperta hoje uma modalidade singular de consciência e engajamento político, mas também local, como é o caso do Porto do Capim.

Através das redes sociais, as pessoas publicam suas produções, seus conhecimentos e exprimem livremente suas opiniões, fazendo valer seu capital social e criando uma inteligência coletiva, que passa a agir em benefício de grupos sociais, apoiando, muitas vezes, suas demandas, quando com elas simpatizam. Porém, cumpre entender, conforme Silva e Paiva (2013) que:

Dentre os fatores geradores das mobilizações, além dos desejos, expectativas e aspirações do chamado “senso comum”, o fenômeno da sociabilidade (que confere sentido à vida social) e da cooperação (o motor que faz funcionar o trabalho e a vida social) são encorajadores para a afirmação de uma comunidade participativa e auto-organizada. (SILVA; PAIVA, 2013, p. 7)

Hoje, conforme tais estudiosos, podemos atestar que a informação mediada pela tecnologia não implica apenas em um meio de comunicação abrangente, mas em uma plataforma interativa e democrática, fundamental para o avanço na conquista dos direitos e liberdades civis de grupos marginalizados, como o do Porto do Capim, e de qualquer injustiça social e política.

2 PORTO DO CAPIM, TOMBAMENTO E REVITALIZAÇÃO

O surgimento dos movimentos pelo direito à cidade no Brasil é uma reação a essa cidade excludente, feita para poucos, voltada apenas para o mercado. Esses movimentos são o fruto de um novo patamar. Temos um novo país, onde os setores populares também se transformaram, exigindo o que não foi feito com essa transformação do país nos últimos anos. Apesar das mudanças, a reforma urbana não aconteceu porque os interesses que dominam a política urbana estão absolutamente envolvidos na política.

(Raquel Rolnik)

2.1 Surgimento da comunidade Porto do Capim

“É lindo de se ver. O rio invade a *urbe* e o casario penetra o mangue, num espetáculo de rara plasticidade”⁶. Embora, inicialmente, não se tenha ideia de qual espaço se está falando, podemos compreender que este “lugar”, na visão do autor, é encantador, a tal ponto de fazê-lo qualificar como um ambiente capaz de fornecer aos olhos uma contemplação diferenciada, agradável. O Porto do Capim, para além de qualquer qualificação estética e envolvente, que a nosso ver é bem merecida, foi uma das áreas mais importantes para os colonizadores portugueses, visto que foi por meio dele e do rio Sanhauá, afluente do rio Paraíba, que eles aportaram no território hoje conhecido como João Pessoa.

Foi assim que surgiu o então Porto do Capim, entrelaçado e incrustado com e na história de fundação da cidade de João Pessoa⁷. A importância do Porto do Capim, vale ressaltar, não se limitou apenas ao fato de que testemunhou a fundação da cidade da capital. A partir da colonização, o Porto do Capim foi uma das principais zonas de comércio e um dos pilares no que diz respeito ao desenvolvimento e progresso econômico da cidade no século XVII e nos séculos posteriores, uma vez que foi por meio dele que os trabalhadores da época escoavam as mercadorias e as recebiam do exterior e dos estados no período do Brasil Colônia, assumindo assim uma importante função na engrenagem econômica, pelo menos até o século XX.

Embora esses dados sejam importantes para compreender historicamente o Porto do

⁶ ACEHRVO, 2002, in Gonçalves (2014, p. 37).

⁷ De acordo com Silva (2016), a história de fundação da cidade de João Pessoa vincula-se às ações que a Coroa Portuguesa empreendeu — no final do século XVI — visando ao povoamento e à colonização de áreas do litoral brasileiro que continuavam despovoadas, apesar das várias tentativas de ocupação através das capitânicas hereditárias. Assim, em 1585, foi fundada a cidade de *Filipéia de Nossa Senhora das Neves*, que depois passou a ser chamada de Frederika em razão da invasão dos holandeses e, em seguida, Parahyba, nome que foi substituído depois por João Pessoa, em homenagem ao político paraibano João Pessoa, assassinado em 1930 no Recife.

Capim, que hoje faz parte do Centro Histórico de João Pessoa, constituindo-se como área do “entorno” da área “de preservação rigorosa”⁸, daremos maior atenção aos séculos XIX, XX e XXI, principalmente aos eventos políticos, econômicos, sociais e culturais que o atravessaram, fazendo com que fosse progressivamente silenciado.

Antes, entretanto, de modo breve, apresentaremos o núcleo de origem da cidade de João Pessoa e o Porto do Capim ainda no período colonial, contextualizando-os. A ideia é fazer com que o leitor capte a localização espacial do antigo Porto do Capim ainda naquela época e visualize-o a partir de recursos específicos, tais como a iconografia e a pintura (e a fotografia, sendo que esse recurso foi utilizado para representar o Porto do Capim em momentos posteriores à colonização).

A importância da iconografia começou a ser discutida pela primeira vez no século XX, introduzido pelo historiador de arte Erwin Panofsky (1949). Segundo este, podemos entender a iconografia como um método descritivo da representação visual de imagens, sem, entretanto, levar em conta os seus valores estéticos. Já a pintura, por sua vez, acompanha o homem desde a pré-história, sendo considerada uma forma de comunicação bem expressiva, sob o ponto de vista da realidade. No caso da fotografia, cuja origem é datada de 1826, buscamos selecioná-la por entender que possibilita apreender realidades distintas, constituindo-se como importante meio de representação para os recortes temporal e espacial considerados por este trabalho.

É recorrente na iconografia (fig. 1), que remonta à paisagem espacial do Porto do Capim na era colonial, certa preocupação dos colonizadores em registrar esta área, quer dizer, não somente esta, mas também o rio Sanhauá, o que significa que desde a época da fundação da cidade já eram consideradas de grande importância para os planos estratégicos dos colonizadores.

⁸ O delineamento do perímetro de preservação do Centro Histórico de João Pessoa, divide-se em duas modalidades: preservação do entorno e preservação rigorosa.

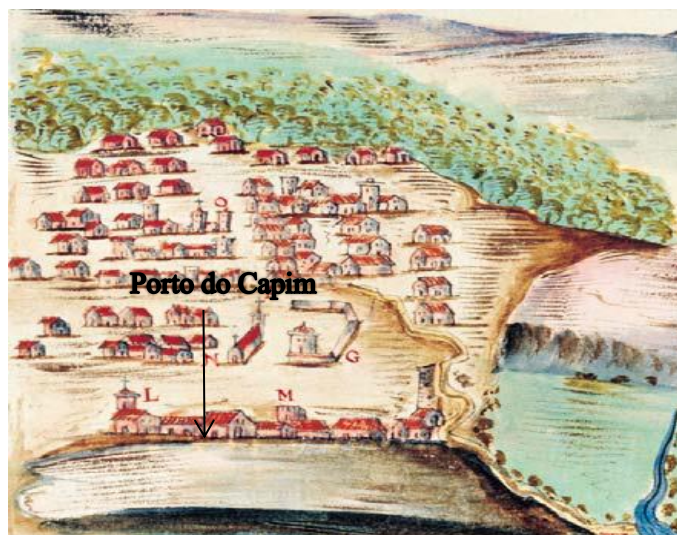


Figura 1 — Cidade de Filipéia, 1626

Fonte: Disponível em: <<http://migre.me/wvqVT>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

Corroborando com isso, Trajano (2006) afirma que o rio Sanhauá e o Porto assumiram papéis vitais para a manutenção da cidade na época de sua fundação, pois, a eles cabiam, mais do que o complexo papel de mover a economia, também a importante função de conectar a cidade com o resto do mundo, promovendo assim intercâmbios de ideias, mercadorias e pessoas.

Importante destacar que o território de fundação da cidade que viria a ser João Pessoa não foi escolhido ao acaso. A Coroa Portuguesa buscava encontrar um local com visão privilegiada, capaz de possibilitar “um amplo controle visual dos arredores e dos percursos de ascensão à cidade, seja por terra ou pelos rios Paraíba e Sanhauá” (SILVA, 2016, p. 49). Embora de forma não tão precisa, é possível notar, na imagem acima, que a cidade foi edificada numa colina, estando na parte alta algumas casas e, na parte baixa, uns armazéns ou feitorias, um mosteiro e outras residências.

O núcleo urbano da cidade era definido por duas zonas diferenciadas, determinadas pela própria topografia da área onde se instalou a cidade. Na margem direita do rio, cujas contribuições geográficas favoráveis levaram os colonizadores a construírem um porto fluvial, o Porto do Capim, na Cidade Baixa, que, durante mais de três séculos, fez a ligação do local com as rotas marítimas tão necessárias ao desenvolvimento socioeconômico, não apenas da cidade, mas de toda a Paraíba. (SILVA, 2016, p. 50)

Se analisarmos atentamente, a fig. 1 nos permite compreender as dimensões espaciais e estruturais em que a cidade de João Pessoa foi fundada, bem como nos ajuda a localizar, geograficamente, a região do Porto do Capim, ainda que de forma não tão clara.

Pintores da época colonial também se debruçaram sobre a paisagem do Porto do Capim.

Um deles foi Frans Post (1612-1666)⁹, a quem pesquisadores e historiadores, como Nestor Goulart (2000), referem-se a ele não apenas como um pintor, mas como um grande paisagista. A fig. 2, localizada abaixo, foi selecionada em razão de sua importância para ilustrar o Porto do Capim visto de um outro ângulo. Para uma interpretação da paisagem do Porto do Capim, precisamos considerar que a cidade foi observada e retratada a partir do rio, estando o pintor à frente da área do Porto do Capim.



Figura 2 — Parahyba, 1647

Fonte: Disponível em: <<http://migre.me/wvqVT>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

De forma mais clara, podemos ver na pintura de Frans Post o rio Sanhauá (fig. 2) e a porta de entrada dos colonizadores, assim como também trabalhadores, como estes que estão em uma canoa. Hoje em decorrência da nova ocupação pela comunidade do Porto do Capim, pouco resta do antigo porto fluvial. Entretanto, vale dizer, que, embora não tão ressaltado pela literatura, o Porto do Capim desde a fundação da cidade sempre guardou uma relação íntima com os ribeirinhos.

Nos primeiros anos de colonização, a proximidade das construções do próprio povoamento, às margens do rio, era de fundamental importância para o dinamismo econômico e para a sobrevivência de seus moradores. No entanto, ao longo dos séculos, essa característica ribeirinha foi se perdendo, como resultado das transformações que se realizaram com o processo de urbanização e modernização. (SILVA, 2016, p. 54)

⁹ Para ter acesso às pinturas e outras imagens da cidade de João Pessoa na época colonial, basta acessar o seguinte link: <<http://migre.me/wvqVT>>.

A descrição da fala da autora ganha força com uma pesquisa desenvolvida pela professora e historiadora Regina Célia Gonçalves e publicada na obra “Entre o Rio e o Mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa (2016)”. Motivada pela indagação: “Como e onde viviam os trabalhadores da cidade da Parahyba (séculos XVI-XIX)”, Gonçalves debruçou-se em fontes documentais e teóricas e na iconografia disponível para identificar indícios que a ajudassem a encontrar a resposta para a sua pergunta. Descobriu, dentre vários indícios, na fala do piloto Assuerus Cornelisz uma descrição sobre a existência de trabalhadores que viviam às margens da baía do rio (pela descrição, por certo estava se falando sobre o Porto do Capim e de suas margens, o rio Sanhauá).

A cidade tem ao longo da água – que é uma baía do rio que se estende para o sul – uma muralha provida de 2 peças de ferro e, ao lado dela, há algumas casas à maneira de subúrbio. Destas casas, um caminho largo sobe um pouco íngreme a colina na distância de um pequeno tiro de mosquete até a cidadezinha, que não tem muralha, de perímetro reduzido e poucas casas muito isoladas. (In: GONÇALVES, 2016, p. 72)

A pesquisa desenvolvida por Gonçalves (2016) fortalece a tese de que a relação entre os ribeirinhos e o Porto é antiga e a comunidade que se encontra atualmente naquele lugar reflete apenas a continuidade de um local que tem a tradição histórica de acolher ribeirinhos.



Figura 3: Porto do Capim, 1928

Fonte: Disponível em: <<http://migre.me/wvrQt>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

As principais transformações sociais, econômicas, políticas, urbanas e culturais em torno da cidade, que viria a ser chamada de João Pessoa, e do Porto do Capim, só se darão de fato a partir do final do século XIX. Até então, o crescimento da cidade se limitava somente aos seus dois planos topográficos iniciais. Segundo Maia (2000), esse modelo de divisão entre

alto e baixo (topografias) persistiu não só na cidade de João Pessoa, mas em várias cidades do Brasil.

A primeira revolução na cidade baixa deu-se, em termos urbanísticos, com a chegada da ferrovia, na segunda metade do século XIX. Segundo Silva (2016), esse fato marcou a cidade baixa. A área sofreu modificações consideráveis no seu traçado urbano, com a reestruturação dos logradouros, a construção de galpões para o armazenamento de mercadorias e a construção da Estação Ferroviária (fig. 4).



Figura 4: Antiga Estação Ferroviária da Paraíba, 1860

Fonte: Disponível em: <<http://migre.me/warSy>> Acesso em: 3 mar. 2017.

Em meados do século XX, ocorreu a expansão da ferrovia em direção ao norte, até o porto de Cabedelo. Essa expansão fez com que, imediatamente, o Porto do Capim fosse desativado. Aliado a esse fato, a construção do trilho e até mesmo a construção da estação ferroviária provocou uma interferência física entre a sociedade e o rio.

A construção do Porto de Cabedelo nas primeiras décadas do século XX também se configurou como um importante evento que afetou diretamente a vida comercial e social que pulsava em torno do Porto do Capim. Diversos foram os fatores que contribuíram para minar a ideia da construção de um novo porto.

Um dos principais foi, pode-se afirmar, o quadro de estagnação urbana, pobreza e dificuldades econômicas que se percebia na época. Vinculado a esta situação está o fato de que o Porto do Capim, embora importante para a atividade comercial, era pouco considerado para o desenvolvimento da Paraíba, uma vez que, quando comparado com o Porto do Recife, ele não tinha capacidade para receber grandes embarcações, devido ao assoreamento do leito do rio Sanhauá. Isso acabou influenciando a estagnação da economia local, ao contrário do Recife.

Lá, a economia estava a todo vapor, dado que o Porto do Recife era bem mais estruturado para exportar e importar em grandes embarcações, o que acabou atraindo não só os habitantes do Recife, mas também os da Paraíba.

A capitania da Paraíba assistiu à entrada do século XIX, após passar décadas imersa em uma grave crise econômica, que se refletia no pouco crescimento da malha urbana da sua capital, cuja paisagem pouco tinha a ostentar a não serem os significativos edifícios religiosos. No geral, sua imagem pouco diferia da antiga cidade do século XVII, principalmente por ter sido organizada em torno da estrutura física [cidade alta e cidade baixa] herdada nos séculos XVI e XVII, mantendo o parcelamento do solo e modo de implantação dos edifícios residenciais. (PROPOSTA DE TOMBAMENTO NACIONAL DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA, 2006 In: SILVA [2016, p. 52])

Outras razões, segundo Silva (2016), seriam as péssimas condições das instalações do Porto do Capim no Varadouro, que permaneceram inalteradas durante três séculos, ocasionando grave ameaça à vida econômica da cidade.

Diante desta situação, tendo à frente a Associação Comercial, a cidade, nas próximas décadas dos séculos XIX e XX, se veria numa disputa que envolveria comerciantes, políticos, donos de imóveis e moradores. A grande questão era escolher o “lugar” ideal para a construção do Porto “moderno”, capaz de alavancar a economia local e fornecer subsídios para o desenvolvimento de um arranjo comercial que pudesse gerar riquezas para a província e, conseqüentemente, o seu progresso para além dos seus limites geográficos iniciais.

A polêmica em torno da escolha do lugar não foi resolvida assim tão facilmente. Em 1920, o presidente Epitácio Pessoa, aprovou um projeto que objetivava a construção do Porto Internacional do Varadouro. Seria a empresa inglesa C. H. Walker & C. Ltda. a responsável pela construção do Porto na Capital. Entretanto, por razões muito bem assinaladas por Jofilly (1983), a realização do Porto era inviável e, segundo ele, o projeto só buscou atender aos interesses particulares dos políticos, pois, desde o início das obras, foi constatada a inviabilidade da construção de um porto no rio Sanhauá.

Com relação à desastrosa obra portuária do Varadouro de que vamos tratar, mal se iniciou e logo se promovia a desapropriação de inúmeros prédios que deveriam ser demolidos para futuras avenidas de acesso ao monumental (e inviável) “ancoradouro internacional”. A verdadeira gênese da calamidade reside no empreendimento utópico, tão impraticável e ensandecido quanto seria construir uma ponte entre o continente e Fernando de Noronha: fincados alguns pilares o Tesouro Nacional logo estaria exaurido ainda que não fosse desviado um só tostão. (JOFILLY, 1983, p. 25)

Em resumo, o Porto Internacional do Varadouro não foi construído, devido ao contrato que se expirou com a empresa inglesa e “as atividades de escoamento e importação que aconteciam via Porto do Varadouro, também conhecido popularmente como Porto do Capim, foram transferidas para o Porto do Cabedelo, deslocando a função portuária do centro da cidade para a cidade vizinha” (GONÇALVES, 2014, p. 27).

Além dos fatos da construção do Porto de Cabedelo e da expansão da linha ferroviária em direção a este novo moderno polo comercial, com a produção do algodão em alta, no século XX, principal força motriz da economia da época, aos poucos a cidade ia se desenvolvendo em outras direções e novos serviços urbanos iam sendo processados na malha urbana. Novas ruas iam surgindo, assim como novas praças, jardins e edificações.

A cidade que antes crescia de forma espremida entre o rio e a colina agora avançava, especialmente a partir da urbanização da Lagoa do Parque de Sólon de Lucena em 1940, o que fez com que se expandisse tanto em direção ao sul quanto em direção ao leste, ganhando, portanto, novas paisagens e contornos urbanos.

Interessante é o fato de que, segundo Chagas (2004), a modernização da cidade só veio de fato com a transferência da elite rural para a capital entre os séculos XIX e XX, influenciada pelo ideário da modernidade, que prometia uma cidade bela e padronizada. Essa elite, segundo o autor, devido ao seu poder e ao seu prestígio político, cobrava do poder público, a todo custo, intervenções e medidas que modernizassem a cidade, tais como os serviços de iluminação pública, serviços de saneamento urbano e serviços urbanos em geral. A ideia era alinhar a cidade aos padrões de civilização e progresso, disseminados pela cultura ocidental, e implantar novos valores e hábitos nos espaços fabricados, buscando eliminar vestígios do passado ou qualquer mácula que impedisse a sua modernização.

Embora os melhoramentos processados na cidade — transporte, construção de um porto, implantação de serviços sanitário e de iluminação pública — terem ocorrido nas primeiras décadas do século XX, as ações mais determinantes em torno da cidade se darão a partir da metade do século XX, momento em que a mesma ganha novos eixos de expansão em direção ao mar.

A expansão da cidade só ocorrerá de fato na década de 1950, com a inauguração da Avenida Eptácio Pessoa, que faria a ligação da área central com a faixa litorânea, especificamente com as praias de Tambaú e Cabo Branco, contribuindo, efetivamente, para a expansão da cidade na direção leste e para a ocupação definitiva da orla marítima que, a partir de então, motivou a população de renda mais alta (que tradicionalmente ocupava a cidade alta) a se deslocar para a Av. Eptácio Pessoa. Aos poucos, essa via,

além de desempenhar um importante papel como eixo condutor de desenvolvimento na direção leste, motivou o processo de urbanização, atraindo investimentos públicos e privados para seu entorno, ou seja, uma gama de pontos comerciais e de serviços viria a se instalar nas suas imediações. (SILVA, 2016, p. 67)

Até então, as principais vias da cidade baixa movimentavam uma fluída vida urbana, com bares, festas e boates. Na visão de Maia (2000), na década de 1950 se inicia um processo de esvaziamento em torno do antigo centro da cidade, principalmente na área do Porto do Capim. O núcleo irradiador da economia e da vida social da época ia, de forma lenta, perdendo a sua função inicial, sendo progressivamente silenciado, principalmente a região do Porto do Capim. O autor atribui esse processo de esvaziamento à expansão da cidade em direção à orla marítima, sobretudo a partir da construção do eixo de ligação centro-praia.

Com a expansão da cidade em direção ao litoral, as funções urbanas se multiplicaram e novos usos foram incorporados. A urbanização e modernização da cidade exigiram que novos investimentos fossem realizados, de modo que fosse possível dotar os espaços urbanos de áreas para a produção e reprodução do capital, com a construção de restaurantes luxuosos à beira-mar e no entorno da Lagoa do Parque Sólon de Lucena, novas lojas, novos espaços de lazer, com bares e danceterias, assim como a construção de casas à beira-mar para o lazer das elites no verão.

A rua Maciel Pinheiro também foi cenário de intensa vida boêmia; as famílias não residiam mais na rua, que ganha má fama. Lá é onde ficava o meretrício, área de boates. Eram comuns bares e boates – frequentados pelos rapazes da cidade. Essa vida boêmia, ao longo dos anos, vai se diluindo, porque as pessoas vão buscando outros locais para ter boêmia, e já não são mais aquelas boates que se concentravam na Maciel Pinheiro e no seu entorno, agora vão para os restaurantes da praia, as danceterias, essa coisa que também é mais “moderna”, então, ela, a rua, perde, de dia e de noite, a sua função.¹⁰

Paralelamente à expansão da cidade de João Pessoa em direção à praia, ocorria, em 1940, a nova ocupação do espaço do Porto do Capim, que estava, até então, esvaziado. O lugar passou a ser ocupado pela comunidade Porto do Capim. Esta passou não somente a residir, mas também a recuperar a vida social, cultural e econômica do lugar, fazendo dele visto, percebido e habitado.

O bairro do Varadouro, até a década de 1940, abrigava, predominantemente, usos ligados às atividades portuárias, ao comércio, à habitação e ao lazer. A

¹⁰ Entrevista realizada em 2012 com o economista Carlos Gonçalves pela pesquisadora Silva. Disponível em: <<http://migre.me/wvtDw>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

construção de um novo porto, na cidade de Cabedelo, zona metropolitana de João Pessoa, bem como a urbanização do entorno do Parque Sólon de Lucena, abertura e pavimentação da Av. Eptácio Pessoa, acelerou o processo de expansão urbana em direção às praias. Acarretou, posteriormente, o abandono e a transferência gradual das atividades comerciais, institucionais e de moradia no sentido centro-praia. Iniciou-se um processo de estagnação dos bairros centrais e, em especial, do bairro do Varadouro (hoje conhecido como um dos maiores bairros da Cidade Baixa) onde permaneceram alguns trechos ocupados por habitações de classe baixas, convivendo com espaços deteriorados, bares e casas de prostituição frequentados à noite por boêmios e intelectuais. (SCOCUGLIA, 2010, p. 82)

Assim, o processo de ocupação da comunidade do Porto do Capim nas proximidades do antigo Porto é, podemos afirmar, resultado dos vários eventos que permearam e afetaram o núcleo de origem da cidade, sobretudo o Porto do Capim, fazendo com que ele fosse progressivamente esvaziado, em razão de um projeto moderno e ambicioso que se dirigia ao litoral de João Pessoa.

A comunidade que ocupa o antigo Porto é, em geral, formada por famílias de pescadores, por ex-trabalhadores do Porto, assim como por famílias que migraram do interior da Paraíba para a capital. Deslocamento bastante evidenciado na época do século XX, em decorrência do processo de urbanização das cidades e por falta, muitas vezes, de empregos na área rural que pudessem prover o sustento do núcleo familiar.

A gente vinha do interior, a gente era de lá. Então meu pai veio primeiro né, aí depois veio minha mãe. Que meu pai trabalhava aqui no porto carregando e descarregando manga, as coisas que vinha de livramento, de Porto Velho, era muita coisa que vinha, era feijão verde, era uma feira mesmo, de tudo tinha aqui. Aí então meu pai trabalhava aqui. Meus pais vieram para cá, fizeram uma casa no porto e ficamos aqui. Minha mãe criou doze filhos. Nós fomos criados todos aqui. Aí uns foram se casando, uns foram saindo, outros foram ficando e agora aqui mesmo tem eu, minha mãe morreu, tenho irmão em São Paulo e tem eu e minha irmã aqui. Minha irmã é mais velha do que eu, ela está com sessenta e seis anos e está criando os netos aqui. A gente veio cá aqui tudo criança. Faz 52 anos que eu moro aqui. (Dona Penha, moradora da comunidade Porto do Capim)¹¹

Eu cheguei aqui em 1981, eu cheguei com trinta e poucos anos. A gente morava em Livramento, plantava manga, carregava a canoa e vinha aqui para o porto. Eu vinha para o porto desde pequeno, vinha com meu pai para cá, com carga de manga. Eu decidi morar aqui porque a pessoa que vive de pescaria tem que morar perto da maré. (Seu Cosminho, morador da comunidade Porto do Capim)¹²

¹¹ Entrevista realizada em 2013 pela pesquisadora Goncalves. Disponível em: <<http://migre.me/wvFqD>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

¹² Entrevista realizada em 2013 pela pesquisadora Goncalves. Disponível em: <<http://migre.me/wvFqD>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

A comunidade do Porto do Capim ao longo do tempo foi se consolidando no espaço do antigo Porto, criando um forte vínculo com o rio Sanhauá e com o ambiente em geral, constituindo uma identidade própria (tradicional e ribeirinha). Talvez pelo fato de que alguns deles já estão presentes no território do Porto do Capim há mais de 75 anos, fazendo desse meio não só um espaço de onde eles tiram o sustento econômico, seja através da pescaria artesanal, venda de refeições, bares, fazendo manicure e pedicure ou vendendo verduras ou carnes (galinha, carne bovina, etc.), mas também um espaço comunitário e familiar, que ultrapassa várias gerações.

Há, inclusive, um calendário anual de atividades culturais, diversas festas são realizadas pelos ribeirinhos, tal como a Procissão de Nossa Senhora da Conceição, que acontece todos os anos no dia 08 de dezembro, atraindo autoridades públicas e jornalistas da imprensa, além de padres de outras congregações religiosas e pessoas da cidade. Além dessa atividade, todos os anos, no mês de junho, os ribeirinhos realizam festas ligadas ao São João e São Pedro.

Andando pela comunidade do antigo Porto do Capim, podemos encontrar ainda instituições e espaços de convivência e de lazer (desenvolvidos pelos próprios moradores) que possibilitam aos ribeirinhos do Rio Sanhauá viverem com o mínimo de dignidade, como escola, igrejas, trapiche, campo de futebol e pequenos comércios, o que sinaliza que ali, desde 1940 (época de surgimento da comunidade), passou a ter vida e um novo significado para os novos residentes.



Figura 5 — Vista do Porto do Capim, 2000

Fonte: Disponível em: <<http://migre.me/wvFXI>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

Esta seção buscou delinear os contornos dos principais eventos que permearam e afetaram a zona do antigo Porto do Capim, de modo a permitir assimilar o seu gradual

esvaziamento e, posteriormente, a sua ocupação por um novo grupo social. A discussão, a partir de agora, se dará em torno dos tombamentos realizados no Centro Histórico de João Pessoa, do qual o Porto do Capim faz parte.

2.2 Tombamento do Centro Histórico e entorno do Porto do Capim

Para compreendermos a relação que há entre o Centro Histórico e os ribeirinhos do Porto do Capim, é preciso regressarmos um pouco na linha do tempo com o objetivo de assimilar o processo que resultou no tombamento¹³ de algumas áreas do bairro do Varadouro (tais áreas foram delineadas e tombadas para formar o espaço que hoje conhecemos como Centro Histórico de João Pessoa), algumas sendo consideradas como áreas do “entorno”, outras como áreas a serem “preservadas rigorosamente”.

As cidades, segundo Benevolo (2009), desde os tempos imemoriais, são produtos construídos material e culturalmente pelos homens. Elas são espaços que acolhem, concomitantemente, as diversas temporalidades e, através de suas plataformas, oferecem-nos a possibilidade de acompanhar sucessivas épocas, seja através do olhar, como um museu a céu aberto, composto por edificações, objetos e monumentos que revelam vidas passadas, seja através do patrimônio imaterial, como hábitos, costumes e tradições incutidas nas culturas dos povos.

Assim, pelo fato de oferecerem memórias passadas, através de suas edificações, áreas e monumentos, se tornaram objetos de preservação, visto a sua importância no sentido de fornecer aos seres humanos dados históricos de outras épocas e de estabelecer um arquivo memorável sobre as primeiras estruturas da cidade, assim como as suas mutações paisagísticas e funcionais de acordo com o decorrer do tempo.

Nesse sentido, os centros históricos constituem-se como importantes áreas de preservação histórica e cultural, visto que se configuram como uma das partes mais antigas da cidade, sendo capazes de fornecer uma sucessão de testemunhos de várias épocas. Regra geral, o centro histórico é o núcleo de origem mais antigo, aquele de onde irradiam outras “áreas urbanas sedimentadas pelo tempo, conferindo assim a esta zona uma característica própria, cuja delimitação deve implicar todo um conjunto de regras tendentes à sua conservação e

¹³ O tombamento é, segundo o IPHAEP, um ato administrativo que visa preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e, também, de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. O que pode ser tombado? Bens móveis e imóveis, de interesse cultural ou ambiental, quais sejam: fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades, regiões, florestas, cascatas, em suma, os bens que buscam preservar a memória coletiva. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/iphaep/duvidas-frequentes/> Acesso em: 25 mar. 2018.

valorização” (DGOTDU, 2005, p. 128).

Em se tratando especificamente do centro histórico de João Pessoa, Silva (2016) ressalta que este núcleo abriga formas e referências de seu passado, e que ainda acontece e se desenrola, dando conteúdo à vida cotidiana do lugar. Para a autora, a sua paisagem expressa o modo como o local foi, ao longo do tempo, estruturado.

Cientes da importância histórica e cultural do lugar que hoje conhecemos como Centro Histórico, autoridades políticas de João Pessoa e órgãos de preservação do patrimônio histórico e cultural locais e nacionais concentraram esforços, ao longo do século XX e início do século XXI, na tentativa de delimitar uma área territorial que fosse capaz de “simbolizar” a memória da cidade de João Pessoa, assim como a sua gênese histórica. De início, é bom assinalar que essa preocupação em torno do delineamento e tombamento dos sítios históricos das cidades brasileiras estão conectadas a uma preocupação global.

Segundo Cavém (2007), as primeiras preocupações em torno da preservação de sítios históricos das cidades ocorreram na primeira metade do século XX, época em que foi produzida e publicada a Carta de Atenas (1933)¹⁴, primeiro ato normativo internacional exclusivamente dedicado à preservação dos patrimônios históricos das cidades.

Estima-se que no Brasil as primeiras preocupações a respeito da preservação de centros e monumentos históricos surgiram no ano de 1934, com a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, entidade, na época, vinculada ao Museu Histórico Nacional (MHN); a este órgão cabia impedir que monumentos históricos fossem destruídos em razão do projeto de modernização das cidades.

A Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN) foi criada pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934 – assinado pelo presidente Getúlio Vargas e seu ministro da Educação e Saúde Pública, Washington Pires –, que aprovou o novo regulamento do Museu Histórico Nacional (MHN). Caberiam ao novo departamento do Museu Histórico as funções de inspeção das edificações de valor histórico e artístico e o controle do comércio de objetos de arte e antiguidades, o que seria feito com base em algumas determinações, entre as quais a organização de um catálogo dos edifícios dotados de “valor e interesse artístico-histórico existentes no país” para propor ao governo federal aqueles que deveriam ser declarados Monumentos Nacionais, não podendo ser demolidos, reformados ou transformados sem a permissão e fiscalização do MHN. A IMN não tinha autonomia para determinar quais edificações

¹⁴ A Carta de Atenas foi produzida por ocasião do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna em 1933, nos meses de julho e agosto. O congresso ocorreu a bordo do Navio Patris, que fez um cruzeiro de Marselha a Atenas. O evento, que tinha por tema “A Cidade Funcional”, foi dedicado ao exame de trinta e três cidades europeias. O objetivo do evento foi abordar a experiência individual de trinta e três arquitetos com o intento de traçar princípios gerais a serem aplicados nas cidades, especialmente em seus núcleos antigos. A Carta está disponível em: <<http://migre.me/wvHJJ>> Acesso em: 26 abr. 2017.

deveriam ser consideradas monumentos nacionais.¹⁵

Logo em seguida, em 1937, esse Instituto foi extinto e no lugar dele foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que, posteriormente, passou a ser chamado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje conhecido como IPHAN.

O SPHAN estava subordinado ao Ministério da Educação e foi o ministro Capanema quem convidou Rodrigo Melo Franco de Andrade para dirigir a instituição recém-fundada. De 1937 até 1969, quando morreu, Rodrigo Melo Franco de Andrade manteve seu cargo de diretor do Patrimônio. A instituição veio a ser posteriormente Departamento, Instituto, Secretaria e, de novo, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como se chama atualmente.¹⁶

Já no estado da Paraíba acredita-se que as primeiras preocupações se deram com a criação, em 1971, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) e, em João Pessoa, em 1975, época em que o governo municipal, através do Plano Diretor de João Pessoa¹⁷, apresentou a primeira definição de uma poligonal de preservação do patrimônio cultural e histórico para algumas áreas da cidade, estando entre elas a área do Varadouro

Em 1992, o Plano Diretor de João Pessoa¹⁸ foi revisado e, nessa revisão, lhe foi atribuída uma seção especial para tratar da definição da área delimitada. Até então, no primeiro documento, não havia uma definição a respeito do lugar que hoje conhecemos como Centro Histórico de João Pessoa. Portanto, após a revisão essa área recebeu o status de Centro Principal da Cidade e, aos poucos, o espaço delimitado foi ganhando forma e definição.

No âmbito estadual, o processo de delineamento do Centro Histórico de João Pessoa deu-se pela atuação do IPHAEP em 1982. Foi por meio do Decreto 9.484/82 (ver Anexo II) publicado por esta Instituição que foi delimitado o Centro Histórico inicial de João Pessoa. O perímetro delimitado pelo IPHAEP foi mais amplo quando comparado ao perímetro definido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa através de seu Plano Diretor de 1975.

O delineamento do Centro Histórico inicial de João Pessoa (fig. 6), conforme Gonçalves

¹⁵ Dicionário do Patrimônio Cultural. Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). Disponível em: <<http://migre.me/wmZs2>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

¹⁶ Diretrizes do Estado Novo (1937-1945), Serviço do Patrimônio Histórico e Cultural. Disponível em: <<http://migre.me/wmZsq>>. acesso em: 28 mar. 2017.

¹⁷ Plano Diretor de João Pessoa de 1975. Disponível em: <<http://migre.me/wmZsC>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

¹⁸ Plano Diretor da Cidade de João Pessoa revisado em 1992. Disponível em: <<http://migre.me/wc2YH>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

(2014), deu-se de modo visual, isto é, sem a realização de estudos ou inventários que pudessem fornecer critérios que guiassem a equipe técnica do IPHAEP na delimitação do perímetro. Neste caso, a área do Porto do Capim foi considerada como área a ser preservada. É bom assinalar que nessas primeiras delimitações não houve ainda separação a respeito da área do entorno e da área preservada rigorosamente.



Figura 6 — Poligonal (em vermelho) de tombamento do IPHAEP, 1982
Fonte: Imagem do Google Earth, Irley David, mar. 2017.

Foi a partir de 1987 que houve uma mudança mais significativa em relação ao perímetro configurado como Centro Histórico de João Pessoa, especialmente em relação à área do Porto do Capim. Neste ano foi estabelecido um convênio internacional entre o Brasil e a Espanha e essa cooperação bilateral introduziu o Centro Histórico de João Pessoa no Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Ibero-América, Programa, na época, mantido pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI)¹⁹.

Uma das primeiras ações desse Convênio foi criar a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa (CPDCHJP)²⁰, financiada tanto pelo Governo Brasileiro quanto pelo Governo Espanhol, sobretudo por este último. A Comissão era formada por agentes públicos de todas as esferas dos governos, assim como por técnicos de órgãos de preservação do patrimônio histórico e cultural, como o IPHAN da Paraíba e o

¹⁹ A AECI é vinculada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação da Espanha e visa contribuir para a implementação de políticas de promoção e gestão do patrimônio cultural e histórico, buscando desenvolvê-lo à luz de interesses econômicos.

²⁰ A Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa foi criada através do Decreto Estadual 12.239/87.

IPHAEP, além de membros da AECI.

No mesmo ano, em 1987, a CPDCHJP buscou definir uma nova política de tombamento para o perímetro do Centro Histórico de João Pessoa. Dessa vez, foram realizados estudos sobre a área que compreendia os dois planos topográficos em que a cidade foi fundada.

Dos estudos realizados, os membros da referida Comissão elaboraram um Projeto contendo procedimentos e diretrizes com o objetivo de implementar intervenções urbanísticas no Centro Histórico de João Pessoa, especialmente na área do Porto do Capim. Esse projeto recebeu o nome de Projeto de Revitalização da Área do Varadouro e do Antigo Porto do Capim.

O delineamento (fig. 7) considerado pela Comissão do Centro Histórico de João Pessoa foi significativamente menor se comparado com o perímetro inicial apresentado pelo IPHAEP em 1982. No entanto, em 2004, através da publicação do Decreto 25.138, republicado em 2005, o IPHAEP redefiniu a delimitação da área do Centro Histórico da Cidade de João Pessoa (fig. 8), estabelecendo dessa vez a área de preservação rigorosa e a área de preservação do entorno. O objetivo da redefinição, a nosso ver, não foi nem tanto estabelecer uma restrição ou aumento quanto ao perímetro do Centro Histórico, mas definir exclusivamente as áreas de preservação “rigorosa” e a do “entorno”.

Essa ação, conforme Gonçalves (2014), reflete uma unificação da atuação da Comissão do Centro Histórico de João Pessoa e do IPHAEP. Em nossa compreensão, essa redefinição do perímetro do Centro Histórico, especificamente a definição da área do entorno e da área de preservação rigorosa, vai expressar convergência de interesses. Uma estratégia que visa deixar de fora do perímetro de “preservação rigorosa” a área do Porto do Capim com o objetivo de colaborar com os interesses que se têm para o lugar.

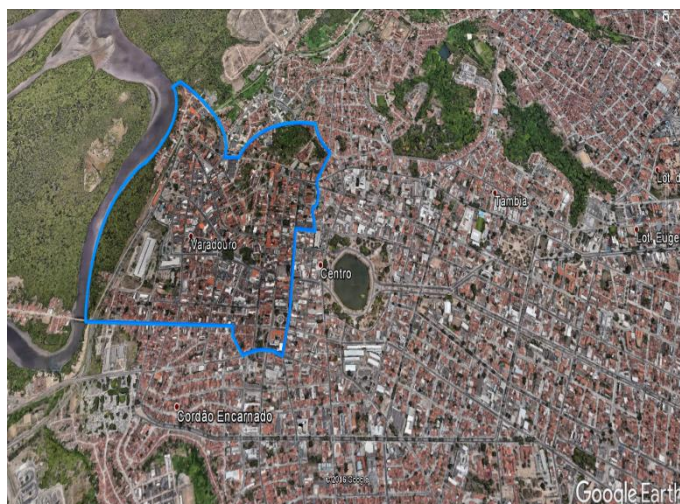


Figura 7 — Perímetro (em azul) do Centro Histórico apresentado pela CPDCHJP, 1987
 Fonte: Imagem do Google Earth, Irley David, mar. 2017.



Figura 8 — Poligonal de tombamento do IPHAEP, 2004
Fonte: Imagem do Google Earth, Irley David, mar. 2017.

De maneira engenhosa, o IPHAEP abriu alas para que fosse possível deixar de fora o Porto do Capim da área de “preservação rigorosa” (em amarelo, na imagem acima, a área de preservação rigorosa). Isto expressa uma quebra de valores em relação ao gerenciamento do patrimônio histórico e cultural por uma entidade que, em tese, deveria proteger não só o lugar dotado de significação histórica, mas sobretudo a comunidade que ali habita há mais de 75 anos, desenvolvendo atividades que a caracterizam como uma comunidade tradicional e ribeirinha, reconhecida, como dissemos, pelo Ministério Público Federal.

O mesmo Decreto que excluiu o Porto do Capim da área de “preservação rigorosa”, define este termo como:

Conjunto dos logradouros públicos, dos lotes e edificações com qualquer limite voltado para eles, que possuam ao menos uma das seguintes características, cujos elementos que o compõem, inclusive o próprio traçado urbano, devam ser preservados, valorizados, restaurados ou adaptados às características arquitetônicas e urbanísticas originais: concentra grande densidade de exemplares significativos da arquitetura religiosa, civil, institucional e militar; possua conjuntos de edificações que, pela continuidade, harmonia e uniformidade, mesmo tratando-se de construções de natureza popular, formam a ambiência de edifícios significativos; está relacionado a acontecimentos históricos ou a personalidades locais, estaduais e nacionais; constitua testemunho de práticas e tradições de uma época ou de um momento da sociedade; exemplifica a evolução estilística ou tecnológica da arquitetura; possua elementos naturais portadores de significação histórica, paisagística ou ambiental.²¹

²¹ Paraíba. Decreto N° 25.138, de 28 de junho de 2004. Aprova o tombamento do centro histórico inicial da cidade de João Pessoa.

O próprio Decreto que determina a exclusão do espaço do Porto do Capim da área de preservação rigorosa entra em contradição, demonstrando uma grande incoerência na própria argumentação institucional, o que só aponta que esta decisão foi política e com o objetivo de colaborar para a remoção da comunidade que ali habita²².

A área do Porto do Capim foi a porta de entrada dos colonizadores e importante área comercial durante praticamente quatro séculos, o que o configura não apenas como uma área que presenciou o testemunho de práticas e tradições de uma época em um dado momento, mas de vários momentos e em várias épocas.

Além disso, a própria área natural do Porto do Capim, com seu mangue e o rio Sanhauá, possui elementos naturais portadores de significação histórica, paisagística e ambiental, que agora estão na iminência de serem destruídos, em razão dos interesses para o local. Foi através do rio Sanhauá que os colonizadores atracaram na área que hoje é conhecida como João Pessoa e foi por meio do rio que desenvolveram o comércio. A paisagem natural do Porto do Capim possui importante ligação histórica com a fundação da cidade de João Pessoa, não sendo adequado deixá-lo fora do perímetro de proteção rigorosa.

Não deixa dúvida de que não só as coisas criadas pelo homem podem ser objetos de tombamento, como também os chamados “monumentos”, “sítios” e “paisagens naturais”. Nessas denominações podem ser incluídas quaisquer espécies de elementos da natureza, isto é, poderá ser uma rocha, ou poderá ser um sítio florestal, ou mesmo uma paisagem litorânea. (RABELLO, 2009, p. 83)

Assim como em âmbito estadual, houve também interesse em tombiar o Centro Histórico a nível nacional (fig. 9), isto é, a nível federal. Em 2002, a Associação do Centro Histórico de João Pessoa (ACEHRVO), entidade surgida a partir das ações da Comissão do Centro Histórico, encaminhou ao IPHAN um ofício solicitando o tombamento nacional do Centro Histórico de João Pessoa.

Na visão da Associação do Centro Histórico de João Pessoa, tombiar o Centro Histórico de João Pessoa em âmbito federal configurou-se como um grande marco para o reconhecimento e a valorização desta área em nível nacional.

Tombiar esse universo, restrito geograficamente, mas amplo em sua sinergia, é a materialização dos avanços, percalços, erros e acertos de um pólo tão

²² A remoção da comunidade do Porto do Capim faz parte das ações do Projeto de Revitalização, pois só removendo a comunidade é que se poderá transformar a área histórica/paisagística do Porto do Capim em um produto para a fruição de um outro público (turistas, etc.).

antigo quanto a própria memória nacional possa alcançar. Além de tudo, é lindo de se ver. O rio invade a urb e o casario penetra o mangue, num espetáculo de rara plasticidade, cuja preservação passa, necessariamente, por uma regulamentação federal. Assim, impõe-nos a obrigação em pleitear um tombamento nacional. (ACEHRVO, 2002 apud GONÇALVES, 2014, p. 37)

O Centro Histórico de João Pessoa mantém significativo potencial em sua paisagem natural, perenizando o vínculo existente entre o Rio Sanhauá e a cidade. A identidade paisagística que se relaciona com o meio físico e seus elementos hidrológicos, topográficos e biológicos, compreendendo uma paisagem natural e construída ratificam o valor do Centro Histórico de João Pessoa como um conjunto a ser objeto de reconhecimento nacional. (ACEHRVO, 2002 apud GONÇALVES, 2014, p. 39)

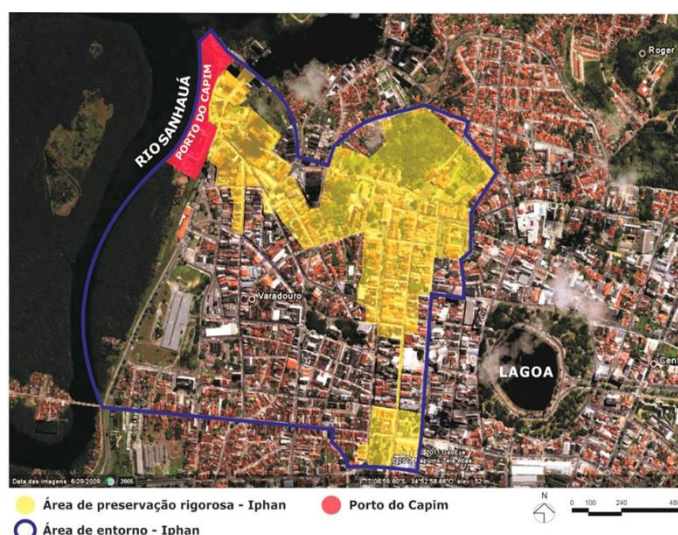


Figura 9 — Poligonal de tombamento Federal, 2007

Fonte: Disponível em: <<http://migre.me/wvFqD>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

De igual modo, assim como no processo de tombamento²³ do Centro Histórico pelo IPHAEP, adotou-se a mesma política em relação à exclusão do Porto do Capim da área de preservação rigorosa (em amarelo, a área de preservação rigorosa (fig. 9)). Coube ao IPHAN da Paraíba, sob orientação do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN, realizar os ajustes necessários para o tombamento do Centro Histórico de João Pessoa.

Seria otimismo atribuir ao IPHAN a preservação rigorosa da área do Porto do Capim, uma vez que, conforme Gonçalves (2014), muitos dos técnicos que fizeram parte da Comissão do Centro Histórico e da elaboração do Projeto de Revitalização, ocupam, hoje, cargos em instituições de proteção e preservação do patrimônio histórico e cultural. Isso nas três esferas

²³ O processo de tombamento federal recebeu o número 1501-T-02.

de governos, municipal (Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa), estadual (IPHAEP) e federal (IPHAN/PB).

Primeiro foi formada a Comissão em 1987, composta por membros do IPHAEP, IPHAN/PB e de membros da Prefeitura Municipal de João Pessoa e da AECI, logo depois o Projeto foi elaborado a partir de estudos que constataram a presença de uma comunidade carente na área do antigo Porto do Capim, em seguida o IPHAEP, em 2004, redefine o perímetro do Centro Histórico, deixando de fora da área de preservação rigorosa o Porto do Capim.

Posteriormente, por provocação da ACEHRVO, entidade formada a partir das ações da Comissão do Centro Histórico, o IPHAN, em 2007, tomba o Centro Histórico a nível nacional e formaliza a definição de um perímetro que coloca o antigo Porto do Capim na área do entorno, levando-nos a supor que, diante da conexão entre estes órgãos e de interesses convergentes, já estivesse planejado anteriormente desse modo.

No processo de tombamento do Centro Histórico de João Pessoa a nível federal, Gonçalves (2014) ressalta que é intrigante e ao mesmo contraditório o fato de que toda a narrativa, que justifica a poligonal de tombamento nacional do Centro Histórico, está baseada na relação entre o “rio e a cidade”, todavia, se buscarmos olhar direito, perceberemos que nem as margens e nem o rio se encontram na área de proteção rigorosa. Pelo contrário, as margens figuram na área do entorno e o rio, de extrema importância para o surgimento da cidade, não conta com nenhum tipo de proteção na legislação patrimonial.

Na visão dos autores²⁴ do Relatório de Violações aos Direitos Humanos dos moradores do Porto do Capim (RVDHPC), a delimitação do perímetro de proteção do Centro Histórico de João Pessoa pelo IPHAN da Paraíba:

Reflete uma astúcia política que não vê com bons olhos a presença de uma “comunidade de baixa renda” dentro de um perímetro de proteção patrimonial. Essa postura técnica não condiz com as atuais recomendações internacionais e nacionais voltadas para as políticas de patrimônio, excluindo dos limites do tombamento relevantes setores do sítio histórico, entre eles, o mais importante espaço de fundação da cidade [Porto do Capim], dentro da narrativa do encontro dos povos. (RVDHPC, 2014, p. 27)

Como assinalado pela equipe técnica do Centro de Referência em Direitos Humanos (2014), as ações dos órgãos de preservação em consonância com as políticas de atuação da Comissão parecem refletir interesses que buscam, no final das contas, estabelecer quem eles querem e quem eles não querem dentro de um perímetro de proteção patrimonial.

²⁴ Pablo Nascimento, Hugo Belarmino, Thaís Bandeira, Tayná Lemos, Otto Motta e Hanna Brito.

O processo de preservação e tombamento do sítio histórico de João Pessoa nos três níveis de governo, com foco maior para o processo de tombamento em âmbito estadual e federal, ao todo se deu de modo arbitrário e contraditório, isto é, sem levar em consideração, de fato, os espaços e monumentos que possuem significativos valores históricos e culturais para a memória da cidade de João Pessoa.

2.3 Projeto de Revitalização do Porto do Capim

A discussão agora se dá em torno do processo de elaboração do Projeto de Revitalização, de modo que torna possível assimilar as forças internas e externas e os interesses que estão incorporados nele. Além disso, buscamos colocar em questão se a comunidade do Porto do Capim, enquanto parte interessada, também participou da elaboração do Projeto ou se este foi elaborado de modo distópico, isto é, sem levar em consideração a opinião da sociedade civil organizada ou dos moradores do Porto do Capim.

2.3.1 Elaboração do Projeto de Revitalização

Analizado sob a perspectiva do aproveitamento turístico e cultural, em 1987, o Centro Histórico de João Pessoa passou a ser visto como um possível objeto de exploração econômica. Surge, então, a ideia de “revitalização”. Segundo o dicionário Aurélio, vitalizar é um processo pelo qual buscamos dar vida, dar existência, energia. Assim, no nosso entendimento, podemos compreender (re) vitalizar como o processo pelo qual buscamos fazer de novo, isto é, dar nova existência, retornar ao fazer novamente, de modo que possamos um dia “acertar”. No caso do Centro Histórico de João Pessoa, traduz-se na ideia de (re) modelar os espaços, dando-lhes novas funcionalidades e usos, visto que o “re” avoca recomeço.

Nada mais coerente que inserirmos no debate a definição de “revitalização urbana” a partir da própria ótica do planejamento urbano. De acordo com a Carta de Lisboa, documento produzido no 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, ocorrido em Lisboa entre os dias 21 e 27 de outubro de 1995, “a revitalização urbana consiste em operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas”²⁵.

É importante mencionar que a ideia de “revitalização” já foi profundamente objeto de discussão no âmbito dos estudos do planejamento urbano e de intervenções urbanas. Em geral,

²⁵ Carta de Lisboa, elaborada em 1995, no 1º Encontro Luso Brasileiro de Reabilitação Urbana. Disponível em: <<http://migre.me/wn0GN>>. Acesso em 01 de abril de 2017.

essas intervenções com caráter de revitalização buscam resgatar as tradições de um lugar e devolver a ele os espaços histórico e cultural que foram enfraquecidos com o decurso do tempo, mas, sobretudo, resgatar a centralidade econômica, social e política que esses espaços um dia possuíram. Podemos, a título de ilustração, visualizar a aplicação da revitalização em centros históricos de cidades como Salvador e Recife, que, inclusive foram referências para a elaboração das ações do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa.

Subjacente à ideia de resgatar o patrimônio histórico e cultural, Motta (2000) destaca que essas estratégias de revitalização geralmente buscam enobrecer os espaços, imprimindo-lhes novos usos para consumo e potencializando-os para disputarem o turismo internacional, transformando, ou melhor, tentando transformar os centros históricos das cidades em produtos. Scocuglia (2004), no mesmo sentido, compreende tais implementações como processos que buscam dar novos usos ao patrimônio com o objetivo de fortalecer o dinamismo cultural e turístico no local.

Assim, a argumentação de preservar os patrimônios histórico e cultural à luz de procedimentos revitalizadores é, em nossa visão, apenas um pano de fundo para colocar em execução os reais interesses atribuídos ao espaço. Em outras palavras, trata-se de fabricar, sob a batuta da preservação, um espaço para atender aos anseios da indústria turística e, no caso do Porto do Capim, atender tanto a turística quanto a indústria náutica (passeio de lancha, barcos etc.).

A elaboração das ações do Projeto de Revitalização do Porto do Capim, planejado pela Comissão do Centro Histórico²⁶, seguiu basicamente a mesma linha pragmática de atuação da Agência Espanhola de Cooperação Internacional nos centros históricos espanhóis. Segundo Silva (2016), as ações da AECI eram pautadas na conjugação da recuperação dos núcleos antigos alinhadas com o desenvolvimento econômico e a promoção do turismo.

Na fase de idealização do Projeto, foi realizado, com base no perímetro de proteção delimitado pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa em 1987, um inventário a respeito da área do Centro Histórico de João Pessoa. Foi com base nesse estudo que as intervenções foram propostas. Após esse levantamento, a equipe da Comissão chegou a dar o seguinte laudo técnico.

²⁶ Segundo Scocuglia (2004), a Comissão do Centro Histórico de João Pessoa foi presidida pelos arquitetos José Saia Neto, responsável pelo Escritório Técnico da Fundação Pró-Memória na Paraíba, e Maria Luiza Cerrilhos. Logo em seguida, eles foram substituídos pelos arquitetos Amparo Gómez-Pallete, da Espanha e Hêlvio Polito, responsável por representar o IPHAN no âmbito regional. No início, a AECI acompanhava todas as atividades desenvolvidas pela Comissão Permanente do Centro Histórico, juntamente com os técnicos do estado e do município de João Pessoa.

O Centro Histórico de João Pessoa encontra-se dentro dos limites de uma área urbana muito consolidada, como zonas homogêneas distintas, afetadas por problemas concretos e diferenciados: aumento, com características de invasão; abandono do uso residencial que, atualmente, só se encontra no entorno dos edifícios históricos da cidade alta; escassíssimo equipamento cívico assistencial; predomínio da propriedade privada da edificação e dos alugueis como regime de ocupação, com graves problemas de falta de vínculo da população inquilina com as edificações. (...). Outro problema é o processo continuado e acelerado de ruptura e destruição da imagem urbana (demolições, alterações, etc.) com zonas especialmente negativas, onde, por concentração de problemas (usos, abandonos, invasões, etc.), acumulam-se alarmantemente os fatores de deterioração. (PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA, 2007, p. 165).

Ainda que os moradores do Porto do Capim estejam na localidade bem antes do estudo realizado pela Comissão, ou melhor, bem antes de sua constituição em 1987, eles foram, como se vê, tratados como invasores, como inquilinos sem vínculo com o local. Como um agravante que, a partir do laudo, gerava a desvalorização do ambiente e a negativação da imagem urbana. Do estudo realizado, a Comissão elaborou um documento contendo 26 intervenções urbanísticas, estando entre elas a ribeira do rio Sanhauá, área que a comunidade Porto do Capim habita.

Assentada em área de patrimônio da União a favela Porto do Capim é caracterizada como uma invasão, ou seja, ocupação ilegal e irregular. Apesar desta situação todos os entrevistados em nossas pesquisas reclamaram o direito de propriedade de seus imóveis, segundo eles, construídos à custa de muitos sacrifícios. São, na maioria, imóveis próprios inseridos na área próxima ao mangue, alguns ocupando um trecho já parcialmente urbanizado com arruamento e coleta de lixo, construídos em alvenaria, com água encanada e energia elétrica, alguns com linha telefônica, porém sem esgotamento sanitário. (SCOCUGLIA, 2010, p. 80)

As propostas de intervenções, nesse primeiro levantamento realizado pela Comissão, deveriam ser concluídas em 1992, período em que o Brasil iria comemorar a metade de um milênio. Todavia, por conta da falta de recursos para o financiamento das obras de revitalização urbana, além da resistência da população local, sobretudo os comerciantes, as propostas ficaram no papel por aproximadamente dez anos (1987-1996), conforme Scocuglia (2004).

Nesse segundo momento, a partir de 1997, época em que, de fato, começa o processo de revitalização, algumas áreas próximas ao Porto do Capim foram contempladas, sendo elas: a Praça Anthenor Navarro (fig. 10), o Largo de São Frei Pedro Gonçalves e algumas áreas da cidade baixa.



Figura 10: Praça Anthenor Navarro, Centro Histórico de João Pessoa
Disponível em: <<http://migre.me/wn43w>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

Na Praça Anthenor Navarro, por exemplo, restaurada em 1998 em cores diversas, foi adotada uma política que insere a revitalização da Praça no modelo de standardização de centros históricos de cidades do Brasil: a aplicação de cores fortes e vibrantes nas fachadas dos edifícios antigos como uma forma de chamar a atenção de novos públicos, atrair investimentos privados e eventos em geral, dada a nova realidade do cenário e a funcionalidade que o local iria desempenhar, e devolver ao lugar o status de “moderno”. Assim aconteceu também em Recife (fig. 12), Olinda (fig. 11), Salvador (fig. 13), entre outras cidades, como Fortaleza (fig. 15) e Rio de Janeiro (fig. 14), conforme podemos ver nas imagens.



Figura 11: Centro Histórico de Olinda
Disponível em: <<http://migre.me/wn41A>>.
Acesso em: 22 mar. 2017.



Figura 12: Centro Histórico de Recife
Disponível em: <<http://migre.me/wn44E>>.
Acesso em: 22 mar. 2017.



Figura 13 — Centro Histórico de Salvador
Disponível em: <<http://migre.me/wn46G>>.
Acesso em: 22 mar. 2017.



Figura 14 — Centro Histórico do Rio de Janeiro
Disponível em: <<http://migre.me/wn49b>>.
Acesso em: 22 mar. 2017.



Figura 15 — Centro Histórico de Fortaleza
Disponível em: <<http://migre.me/wn47X>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

Hoje, quem passeia na Praça vai perceber facilmente o lugar pelas variadas cores que fazem parte de tal cenário. Trata-se da aplicação de uma tendência oriunda das cidades europeias, o estilo art déco, conforme Gonçalves (2014). Para Corrêa (1999), em construções novas ou em fachadas reformadas nas cidades brasileiras, a linguagem déco foi, durante o contexto do século XX, a expressão de renovação da arquitetura moderna de maior alcance junto a diferentes segmentos da população.

A revitalização da Praça Anthenor Navarro se deu, vale dizer, somente a partir do momento em que houve uma maior participação da Prefeitura Municipal de João Pessoa e do Governo Estadual junto à Comissão do Centro Histórico. Essa participação foi se fortalecendo na medida em que novas políticas de captação de recursos financeiros voltados para o desenvolvimento do turismo foram sendo criadas. A revitalização da Praça Anthenor Navarro, por exemplo, só foi possível a partir dos recursos liberados pelo Programa de Ação para o

Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR/NE)²⁷.

O PRODETUR/NE influenciou, sem dúvidas, o reordenamento das ações do Projeto de Revitalização elaborado pela Comissão do Centro Histórico. Esse programa objetivava, em termos gerais, promover o turismo às custas, entre outros, da revitalização e transformação do patrimônio histórico e cultural das cidades em plataformas turísticas, estimulando, na área, investimentos privados.

Segundo informações do Relatório Final do Projeto do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste, produzido em 2005, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi responsável por financiar em torno de 60% do valor total do PRODETUR NE/PB.

Tais investimentos foram distribuídos a partir da escolha de atrativos considerados estratégicos para o desenvolvimento do turismo local, sendo eles: sol, *sítio histórico*, ecologia e mar. No Sítio Histórico de João Pessoa foi investido em torno de 4% do total financiado pelo BID.

Em 1997, as intervenções urbanísticas no núcleo antigo de João Pessoa buscaram alcançar basicamente os seguintes objetivos: a recuperação do patrimônio histórico; incrementar a realização de eventos; a geração de fluxos de visitantes; e, por fim, a geração de oportunidades de renda.

De acordo com o Relatório Final do PRODETUR/NE, em parte, os objetivos do Projeto de Revitalização, especificamente da revitalização da Praça Anthenor Navarro, foram atingidos.

Um fluxo de visitantes que transbordou por todo o entorno e monumentos vizinhos. Houve também um significativo incremento no que diz respeito à realização de eventos. Deve-se, ainda, ressaltar que no entorno das intervenções, observa-se o início da procura de imóveis para novos investimentos privados. (...). As informações disponíveis não detectam a criação de oportunidade de renda para a população da comunidade do antigo Porto do Capim, entretanto, é provável que alguma melhoria tenha ocorrido em face da geração de um novo fluxo de visitantes (BANCO DO NORDESTE, Relatório Final Prodetur/NE, 2005, p.65).

No entanto, conforme Gonçalves (2014), apesar de, no período final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, essa região do centro histórico ter se tornado núcleo de consumo, assim como palco de manifestações festivas, o que se percebe é que se criaram espaços de sociabilidade efêmeros, pois o que gradativamente voltou a ocorrer com o passar dos anos foi

²⁷ O PRODETUR/NE é um programa implantado pelo governo federal em 1992, através do Ministério dos Esportes e Turismo e elaborado em parceria com o BNDES, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) além dos governos estaduais nordestinos, tendo como foco ampliar a infraestrutura da região nordeste e atrair investimentos para o setor turístico. Fonte ou responsável: <<http://migre.me/wn561>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

um novo esvaziamento do local. As festas já não eram tão frequentes, os bares e as casas de shows fechavam, reabriam e fechavam as portas novamente, colocando em xeque, portanto, os fundamentos da revitalização, que prometiam relançar no espaço de forma contínua vida social, econômica e cultural.

Ao longo dos anos 2000 foi retomada a discussão a respeito da viabilidade do Projeto de Revitalização do Porto do Capim. Assim, diversos eventos como fóruns, reuniões e *workshops* foram organizados com a finalidade de construir um consenso em torno do Projeto de Revitalização do Porto do Capim e estabelecer novas estratégias para viabilizar a sua execução.

Um outro objetivo desses encontros, segundo Silva (2016), foi fazer com que a sociedade civil tivesse concepção do Projeto e do planejamento das ações para a área do Porto do Capim. O que, em tese, parecia um convite à sociedade civil organizada para participar das reuniões a respeito do Projeto de Revitalização vai caracterizar apenas uma estratégia para legitimar o desenvolvimento do Projeto na área do Porto do Capim perante a sociedade.

Foi no *Workshop* realizado nos anos de 2000, de título *Construindo o Futuro*, organizado pela Comissão do Centro Histórico, IPHAN e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que alguns membros da comunidade Porto do Capim passaram a participar de forma pontual dos fóruns realizados por esta Comissão. Até então, conforme Silva (2016), nenhum convite oficial tinha sido encaminhado à comunidade ribeirinha, embora algumas das propostas do Projeto de Revitalização a atingissem diretamente.



Figura 16 — *Workshop* Construindo o Futuro, 2000
Fonte: Acervo da Comissão Permanente do Centro Histórico de João Pessoa, 2000.

Segundo Gonçalves, (2014), ainda que a comunidade do Porto do Capim fizesse parte de algumas reuniões da Comissão do Centro Histórico, a participação se dava de modo passivo, isto é, sem direito à intervenção no sentido de contribuir para o reordenamento das ações que se propunham para a área do antigo Porto, visto que, na maioria das vezes, a Comissão já tinha estabelecido os procedimentos e as diretrizes a serem desenvolvidas na área. Assim, antes mesmo de ouvir e dialogar efetivamente com a comunidade, os membros da Comissão do Centro Histórico já buscavam tomar as decisões previamente, sem que a comunidade pudesse e tivesse a oportunidade de participar da discussão.

Essa participação deu-se de forma muito pontual e esporádica. Nunca houve uma participação efetiva dessas entidades (organizações e associações, como a Associação Comercial da Paraíba, Associação Comunitária do Porto do Capim, Associação Paraibana de Imprensa, etc.) no processo de elaboração do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. Essas entidades eram convocadas apenas quando se fazia necessário o aval da sociedade civil. (SILVA, 2016, p. 161)

Ainda que tal realidade possa ser comprovada com base em entrevistas realizadas pela autora em setembro de 2013 com alguns dos moradores da comunidade Porto do Capim, a exemplo de membros da Comissão Mulheres do Porto do Capim, como Rozeane da Silva Mendes, a Comissão do Centro Histórico tem fortalecido o argumento de que a proposta é legítima e democrática.

A participação é opinião, o que a gente acha, como teve uma oficina, tudo sobre o projeto do Porto do Capim, como é, como não é, as condições, as vantagens, e a gente participou de três dias, foi um fórum, mas foi apenas para apresentar o projeto (...). Agora a comunidade fica sem entender (...) é um projeto de muita dificuldade.²⁸

A participação da sociedade civil no processo de gestão do Centro Histórico legitima as ações previstas, ao mesmo tempo em que serve de elemento de controle e acompanhamento constante, possibilita o engajamento da população nas intervenções previstas e a atração de investimentos para o desenvolvimento econômico e social. Outro aspecto a considerar é que através desta participação facilita-se o processo de validação das propostas apresentadas na medida em que a partir da sociedade estas propostas foram estabelecidas. Neste sentido, desde 1997 que a Comissão vem aprofundando o diálogo com a sociedade. (PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO VARADOURO E DO ANTIGO PORTO DO CAPIM, 2007)²⁹

²⁸ Entrevista realizada por Silva (2016) com Rozeane Mendes. Disponível em: <<http://migre.me/wvtDw>> Acesso em: 25 abr. 2017.

²⁹ Trecho do Projeto de Revitalização do Porto do Capim que integra as considerações a respeito dos eventos que foram organizados pela referida comissão ao longo dos anos 2000. Fonte: Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. *Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim*. João Pessoa: CPDCHJP, 2007.

Organizado pelo IPHAN, AECI e a Arquidiocese da Paraíba, ocorreu, em 2005, o I Fórum de Construção de Parcerias para a Promoção do Desenvolvimento Socioeconômico do Porto do Capim³⁰. Em síntese, o evento teve por objetivo reunir estratégias com a finalidade de desenhar um modelo cooperativo que viabilizasse as ações do Projeto de Revitalização do Porto do Capim.



Figura 17 — I Fórum de Construção de Parcerias para a Promoção do Desenvolvimento Socioeconômico do Porto do Capim, 2005

Fonte: Comissão do Centro Histórico de João Pessoa, 2005.

Assim como no evento dos anos 2000, conforme Gonçalves (2014), a participação da comunidade do Porto do Capim no “I Fórum de Construção de Parcerias para a Promoção do Desenvolvimento Socioeconômico do Porto do Capim” deu-se na qualidade de ouvinte, inclusive chegou-se a ocultar a presença da comunidade no material de divulgação do evento, conforme podemos ver na imagem acima (fig. 17). De acordo com a autora, naquele momento, a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico apresentou aos moradores do Porto do Capim o Projeto de Revitalização por meio de palestra realizada pelo arquiteto do IPHAN da Paraíba e ex-membro da Comissão, Cláudio Nogueira, que depois virou presidente do IPHAN-PB.

Na visão da Comissão, essa seria uma “oportunidade” para os moradores do Porto do Capim participarem. Contudo, pelo que consta no Relatório Final do I Fórum, conforme Silva

³⁰ O evento contou com a participação de várias instituições, a saber: Ministério do Turismo e da Cultura do Governo Federal, Caixa Econômica Federal, Secretaria do Patrimônio da União, Governo do Estado, Prefeitura Municipal de João Pessoa, Comissão do Centro Histórico de João Pessoa, entre outros órgãos.

(2016), o evento teve apenas caráter informativo e de esclarecimento.

Tal gestão antidemocrática também foi percebida pela equipe técnica do Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba, segundo Relatório desenvolvido em 2014. Embora estejamos tratando do I Fórum, convém trazer o relato da equipe técnica do CRDH/UFPB, pois isso demonstra que esse tipo de gestão autoritária vem sendo uma marca daqueles que estiveram e estão à frente, hoje, do Projeto de Revitalização.

O que se constatou é que a intervenção do território ribeirinho está sendo pensada separando-se “quem nós queremos e “quem nós não queremos” no espaço e isso é levado a efeito no estágio do pensar o Projeto. A hostilidade dispensada aos moradores se verifica de maneira escancarada ao se considerar que a Associação Comunitária [do Porto do Capim] já houvera suplicado o direito de participar das reuniões da Comissão do PAC-Cidades Históricas, juntamente ao Sr. Ruy Leitão, presidente da Comissão, com o propósito de influenciar o teor das decisões políticas, tendo sido ignorada pelo gestor. Um arquiteto do município é designado por moradores como pessoa “extremamente grosseira” no lido com pessoas de baixo poder aquisitivo, tendo-se este negado a fornecer cópia do projeto pretendido. (RVDHPC, 2014, p. 9-10)³¹

Ainda que o Projeto de Revitalização do Porto do Capim tenha sido elaborado nos anos de 1990, segundo Gonçalves (2014), no Relatório Final do I Fórum, hoje, quase 20 anos depois, o Projeto apresenta as mesmas propostas de intervenções para a área.³²

Tal Projeto, por diversas questões, ainda não foi realizado. Os principais embaraços para a não realização do Projeto se deram, na época, pela falta de financiamento e pelas mudanças nas gestões governamentais, tanto em âmbito estadual como em âmbito municipal. No contexto atual, isto é, nessa segunda década do século XXI, um dos principais impasses para a não realização do Projeto tem sido a forte resistência da comunidade ribeirinha Porto do Capim, questão que será abordada no próximo capítulo.

Contudo, desde 2013 a comunidade Porto do Capim tem enfrentado ameaças constantes em relação à sua remoção para um outro ponto da cidade que, decerto, acabará por destruir as suas referências culturais, a sua relação afetiva com o lugar e com o rio. Isso porque em agosto do citado ano, mesmo existindo uma contraproposta³³ mais adequada à realidade da

³¹ Disponível em: <<http://migre.me/ww7no>> Acesso em: 27 abr. 2017.

³² No entanto, cumpre dizer que, depois que o MPF, em 2015, reconheceu a comunidade como ribeirinha e tradicional — através de muita luta e mobilização — um acordo foi feito entre os envolvidos para que fosse elaborado um projeto de intervenção que não mais a ameaçasse, mas que pudesse garantir a ela uma esperança de vida melhor no mesmo local que habita há décadas.

³³ Em 2013, parte dos técnicos do IPHAN da Paraíba (Emanuel Braga, Carla Gisele, Kleber Moreira, Luciano de Souza, Maria Olga), insatisfeitos com a ideologia do Projeto de Revitalização, elaborou uma contraposta, de título Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau, e, ao contrário do Projeto de Revitalização

comunidade do Porto do Capim e, em nossa visão, mais coerente com as legislações patrimoniais, o Projeto de Revitalização concebido nos anos de 1990 foi contemplado³⁴ pelo PAC 2 Cidades Históricas³⁵. Dentre as obras contempladas, estão todas as propostas elaboradas pela Comissão do Centro Histórico, que juntas formam o Projeto de Revitalização do Porto do Capim.

Ainda que, na época, a Prefeitura Municipal de João Pessoa tivesse conhecimento a respeito da proposta alternativa e mais atualizada nos aspectos dos direitos humanos, ela, com o aval do IPHAN, optou por apresentar ao PAC 2 Cidades Históricas o Projeto concebido nos anos de 1997.

Embora o Gabinete da Superintendência do Iphan/PB insista em afirmar para a equipe técnica que ainda não foi definida uma proposta conceitual para o caso do Porto do Capim e da Vila Nassau, os desenhos e perspectivas enviados para Brasília no momento da candidatura de projetos a serem beneficiados com recursos do PAC 2, foram justamente aqueles elaborados pela Comissão do Centro Histórico. (GONÇALVES, 2014, p. 87-88)

2.3.2. Proposta de Revitalização para o Porto do Capim

A proposta de Revitalização para o Porto do Capim consiste basicamente em promover o Porto do Capim, imprimindo na cidade de João Pessoa um espaço para divulgação e intercâmbios culturais que transformará a área do Porto em um espaço para eventos, concentrações e contemplação.

É importante mencionar que o Projeto de Revitalização foi baseado no discurso do “abandono”, ou seja, para os autores do Projeto, o centro histórico de João Pessoa, precisamente o Porto do Capim, encontrava-se sem vida econômica, social e cultural. Assim, o Projeto é produto de um discurso que não vê, embora exista vida e significado, a comunidade do Porto do Capim como capaz de devolver ao lugar a sua vida social, cultural e econômica.

Nunca há um abandono pleno de tais bairros antigos e sim um processo dinâmico de desocupação e reocupação constante. Entretanto, o poder público, nos níveis local, estadual e federal, normalmente, não vê com bons olhos esta dinâmica. Por isso, costuma aplicar os termos “abandono” e

dos anos de 1990, buscou respeitar o desejo da comunidade em permanecer na área. Para mais informação a respeito do Dossiê do Porto do Capim e da Vila Nassau, acessar: <<http://migre.me/ww7T9>> Acesso em: 27 abr. 2017.

³⁴ Os projetos aprovados pelo PAC Cidades Históricas estão disponíveis no link: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>

³⁵ O PAC Cidades Históricas é um programa derivado do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado pelo Governo Lula em 2007. O PAC Cidades Históricas foi criado em 2013 e tem por objetivo fornecer financiamento de recursos voltados para a preservação dos patrimônios históricos e culturais tombados pelo IPHAN. Disponível em: <<http://migre.me/wnbBI>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

“degradação” para justificar novos usos desses espaços. (BRAGA e MORAES, 2016, p. 27)

Além disso, busca-se também resgatar o vínculo “rio/cidade”, com a transformação do rio, do antigo porto e do varadouro em núcleo turístico da cidade, com a criação de infraestrutura e equipamentos, inclusive píer, necessários para seu aproveitamento e que transforme a área em mais um polo atrativo para João Pessoa, conforme podemos ver na fig. 18.



Figura 18 — Perspectiva da Arena de Eventos e o Píer para turismo Náutico
Fonte: Acervo da Comissão Permanente do Centro Histórico de João Pessoa, 2005.

A praça (fig. 19) que se pretende construir servirá, na visão do poder público, para proporcionar ao turista uma visão privilegiada do rio Sanhauá, pois hoje esse rio encontra-se escondido pela casa dos moradores do Porto do Capim. Assim, removê-los³⁶, em sua concepção, seria a solução mais adequada.

³⁶ Conforme Gonçalves (2014), o poder público tinha por objetivo remover os moradores do Porto do Capim para unidades mínimas de habitação de interesse social, tendo cada unidade habitacional cerca de 42m².



Figura 19 — Perspectiva da Praça Porto do Capim

Fonte: Acervo da Comissão Permanente do Centro Histórico de João Pessoa, 2005.

Entretanto, essa medida tem dividido opiniões e gerado polêmica, uma vez que, segundo Braga e Moraes (2016), a comunidade não foi considerada como parte da cidade de João Pessoa, visto que a Comissão do Centro Histórico fundamentou o Projeto na concepção de que o rio deve ser devolvido à cidade, como se o vínculo entre a comunidade e o rio não representasse essa relação.

A sociedade, nesse caso, pode ser entendida como as populações de classe média e rica, habitantes de João Pessoa e os visitantes oriundos de outras localidades. Enquanto esses grupos não frequentassem o centro histórico, este estaria sempre fadado ao abandono, mesmo que o espaço fosse ocupado por extratos sociais marginalizados ou por moradores, a exemplo daqueles presentes no Porto do Capim. (BRAGA E MORAES, 2016, p. 37)

Embora a comunidade do Porto do Capim tenha se manifestado contundentemente no sentido de não aceitar a proposta para a área do Porto, diversas justificativas têm sido sustentadas pelo poder público (IPHAN e Prefeitura Municipal de João Pessoa) visando, coercitivamente, remover a comunidade da área. Paiva, desde 2008, sobre a comunidade, inclusive, uma medida judicial de remoção, conforme Relatório³⁷ produzido pelo Centro de Referência em Direitos Humanos.

Isso pode ser conferido no próprio discurso de um morador da comunidade, reverberada a partir de uma carta apresentada no Facebook em 2013.

Repetimos aqui as palavras de Seu Lagoa que vive na comunidade a mais de

³⁷ Disponível em: <<http://migre.me/ww7no>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

60 anos, de que não é um cachorro para que lhe ponham uma coleira e o arrastem para onde quiserem. A Comunidade Porto do Capim é formada por gente que trabalha, que sonha, que tem direitos! Somos uma Comunidade formada por famílias! Nesse lugar construímos nossos laços afetivos, tivemos nossos filhos, temos os nossos avós e nossas histórias de vida. Nesse lugar, muitos buscaram criar o seu próprio meio de sobrevivência, com seus pequenos e sofridos empreendimentos, construídos sem apoio com nossa própria luta e coragem.³⁸

Uma das justificativas utilizadas pela Comissão para a remoção da comunidade do Porto do Capim é que esta ocupa território da União e essa tem sido uma das justificativas reafirmada por aqueles que defendem o Projeto. No entanto, pelo que consta no Relatório de Violações aos Direitos Humanos do Porto do Capim, elaborado pelo Centro de Referência da Universidade Federal da Paraíba em 2014, o terreno à margem do rio Sanhauá teria sido cedido pela União à Prefeitura Municipal de João Pessoa em 2011.

O que se sabe são poucos relatos proferidos pela ex-superintendente do Patrimônio da União, a Sra. Daniella Almeida Bandeira de Miranda Pereira, que, em reunião que tratara do interesse da comunidade Porto do Capim na regularização fundiária do território reivindicado, o terreno à margem do Rio Sanhauá teria sido cedido pela União à Prefeitura Municipal em 2011. Na oportunidade, entretanto, a SPU (Superintendência do Patrimônio da União) não se ocupou de ouvir a comunidade quanto ao projeto pretendido e nenhum morador foi chamado a se pronunciar. (RVDHPC, 2014, p. 8)³⁹

Resumindo, primeiro tomba o perímetro do Centro Histórico ao sabor das conveniências políticas para atender ao Projeto de Revitalização (2007), depois o território é cedido à prefeitura Municipal de João Pessoa (2011), fortalecendo assim o discurso de que o lugar foi invadido, após isso o IPHAN/PB submete à proposta ao PAC 2 Cidades Históricas (2013), garimpando recursos para a execução do Projeto e, logo em seguida, o ex-superintendente do IPHAN/PB, Cláudio Nogueira, também coautor do Projeto e ex-membro da Comissão⁴⁰, repassa em 2014 os recursos oriundos do PAC Cidades Históricas à Prefeitura Municipal de João Pessoa para que se dê encaminhamento à execução do Projeto de Revitalização.

Além da justificativa ora comentada, diversas outras foram formuladas com o objetivo de fundamentar a remoção da comunidade. Segundo Gonçalves (2014), uma das justificativas foi que os moradores do Porto do Capim encontravam-se em condições insalubres, uma vez que, na visão do poder público, as moradias foram construídas basicamente sobre aterros às

³⁸ Facebook do Porto do Capim em Ação. Disponível em: <<http://migre.me/wnTH8>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

³⁹ Disponível em: <<http://migre.me/ww7no>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

⁴⁰ Conforme Relatório de Violações aos Direitos Humanos do Porto do Capim (2014), Claudio Nogueira foi o responsável pelo repasse, em 2014, dos recursos oriundos do PAC Cidades Históricas à Prefeitura Municipal de João Pessoa. Disponível em: <<http://migre.me/wnTH8>>. Acesso em: 06 abr.

margens do rio. Além desta, os técnicos também afirmaram ser impossível instalar, na área, por conta do solo e da infraestrutura do local, rede de esgotamento sanitário⁴¹, o que impossibilitaria a permanência da população do Porto do Capim.

É fato que algumas das justificativas sustentadas pelos autores do Projeto e por alguns de seus defensores não passam, em nossa visão, de estratégias perversas para remover a comunidade, pois, como pode não haver possibilidade de instalação de rede de esgotamento sanitário se é justamente no lugar onde a comunidade habita que se pretende construir uma arena de eventos para a contemplação do rio? Conforme Gonçalves (2014), em reunião realizada em 2011 no IPHAN, membros do próprio IPHAN da Paraíba continuam a defender o Projeto, baseando-se nesse argumento contraditório.

Técnicos favoráveis à aplicação do Projeto de Revitalização nos moldes em que foi concebido, prevendo a remoção da população e a construção da arena de eventos, alegaram que mesmo que a “comunidade” esteja morando no espaço desde a década de 1940, eles estão em área irregular, ocupando terras públicas. Mesmo que a situação de posse pudesse ser regularizada, restaria o problema do esgotamento sanitário, pois seria impossível a instalação de rede de tratamento de esgoto numa área tão próxima ao rio. (GONÇALVES, 2014, p. 62)

Uma outra justificativa utilizada é que a comunidade do Porto do Capim polui o rio Sanhauá e destrói o manguezal, devido a aglutinação de residências e moradores em torno do rio e do mangue. Contudo, essa justificativa, conforme a equipe técnica do CRDH, também não se sustenta. Ainda que de fato alguns moradores tenham utilizados aterros para construir algumas casas às margens do rio e sobre o mangue, a referida equipe, conforme Relatório, evidenciou que houve uma progressiva recuperação do manguezal, principalmente quando comparado com o período da construção do antigo Porto Internacional do Varadouro em 1920, financiado na época pelo governo Epitácio Pessoa. Para efeito comparativo de 1920 e 2010, podemos ver as figs. 20, 21, 22 e 23.

⁴¹ Na proposta alternativa de Requalificação do Porto do Capim, elaborada em 2013 por técnicos do IPHAN da Paraíba, constatou-se haver a possibilidade de instalação de saneamento básico no Porto do Capim, fragilizando assim o discurso do poder público. Disponível em: <<http://migre.me/ww7T9>>. Acesso em: 27 abr. 2017.



Figuras 20 e 21 — Construção do Porto Internacional do Varadouro, 1920
Fonte: Disponível em: <<http://migre.me/ww9t5>>. Acesso em: 26 abr. 2017.



Figuras 22 e 23 — Vista do Porto do Capim distante das margens do rio Sanhauá, 2010
Disponível em: <<http://migre.me/wnX58>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

Ao mesmo tempo em que a Comissão sustenta tal argumento supondo equacionar o problema da degradação ambiental, propõe a construção de uma grande arena para eventos no lugar exatamente onde eles julgam haver a degradação. Porventura, não seria a construção da arena de eventos uma grande agressão ao meio ambiente, visto que se pretende criar no lugar uma vasta área de concreto por sobre o estuário do rio Sanhauá e do manguezal, violando inclusive área de preservação permanente⁴²?

Quanto às propostas secundárias do Projeto⁴³, especificamente a que versa sobre a

⁴² Ao realizar um estudo em 2014 sobre os aspectos jurídicos ambientais do território do Porto do Capim, a equipe técnica do Centro de Referência da UFPB considerou que o espaço do Porto do Capim é qualificado como uma área de preservação rigorosa permanente, estando amparado no Novo Código Florestal do Brasil e na Resolução nº 303 do Conselho Nacional Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://migre.me/ww7no>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

⁴³ Por decisão metodológica, nos atemos apenas às propostas que atingem diretamente o Porto do Capim. Assim, as propostas relacionadas aos outros espaços do Centro Histórico de João Pessoa não foram abordadas neste trabalho. Para obter mais informações a respeito das propostas contempladas no Projeto de Revitalização, acessar:

promoção do Porto do Capim associada ao seu resgate histórico, novamente nos parece incoerente essa pretensão. O que talvez traduza a sua real intenção. Afinal, quais foram os critérios utilizados pelos autores do Projeto para considerar esse resgate histórico? Somente o espaço territorial? Em nosso entendimento, como exposto em oportunidade anterior, todo o processo histórico do antigo Porto do Capim começa no século XVI e persiste nos séculos posteriores, inclusive com a chegada da comunidade na área, tornando-a assim parte desse processo histórico e cultural, como já assinalado por vários pesquisadores⁴⁴.

Independentemente de quaisquer fatores sociais, históricos, culturais e territoriais que envolvam o Porto do Capim, enquanto fragmento do Centro Histórico, o que está sendo levado em consideração pelos idealizadores do Projeto e pelos seus defensores é, no fundo, a paisagem do lugar. A paisagem enquanto produto de mercado e de valor turístico. Pouco tem sido considerado quantos aos reais aspectos históricos do núcleo da cidade de João Pessoa, pois, se assim fosse, a área do Porto do Capim faria parte, hoje, do perímetro de preservação rigorosa, uma vez que o seu território denota significativa importância histórica para a capital da Paraíba. Além disso, a comunidade também seria levada em consideração enquanto valor patrimonial para a cidade de João Pessoa, visto a sua ocupação histórica e ligação cultural e tradicional com o local.

2.4 Comunidade Porto do Capim auto-organizada

Tomados pela insatisfação, sobretudo pelo fato de não ter havido diálogo no processo de elaboração do Projeto de Revitalização, moradores do Porto do Capim constituíram uma frente de articulação, não só em defesa de sua permanência no lugar, mas também para lutar por um projeto participativo e pelos direitos básicos dos moradores da comunidade (como saneamento básico, espaços para crianças como creches, etc.), desprezados por diversos anos pelo poder público, segundo os autores⁴⁵ do Dossiê de Requalificação do Porto do Capim, visando a remoção estratégica da comunidade. Dito de outra forma, negando os serviços públicos básicos à comunidade, pretende-se fazer com que ela não tenha capacidade de subsistir, assim, restando-lhe apenas opção de aceitar a remoção de forma pacífica.

Deixaram, ao longo de mais de sessenta anos, a comunidade do Porto do Capim sem nenhum tipo de saneamento básico sob o argumento de que aquela área é da União e foi invadida pela “favela”, não sendo passível de políticas

<<http://centrohistoricojp.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

⁴⁴ (SILVA, 2016; GONÇALVES, 2014; ARAÚJO, 2006; SILVA, 2015; CRDH, 2014; GT DO PORTO DO CAPIM E DA VILA NASSAU, 2013; etc.)

⁴⁵ Emanuel Braga, Carla Gisele, Kleber Moreira, Luciano de Souza e Maria Olga.

públicas. Além disso, grupos de voluntários vindos de bairros estruturados de João Pessoa vêm à comunidade com projetos de educação ambiental que duram uma semana e saem com seus egos de ambientalistas ativos bem alimentados, sem, contudo, garantir nenhuma aplicação de políticas de tratamento de esgoto naquele espaço. (BRAGA e MORAES, 2016, p. 37)

Contudo, vale mencionar que a referida frente de mobilização foi produto das correlações de forças que contribuíram para que esta se articulasse ativamente em defesa de sua causa. Segundo Gonçalves (2014), uma das entidades que contribuiu para a formação dessa frente foi a Fundação Cia. da Terra⁴⁶, que, através do Projeto “Subindo a Ladeira”⁴⁷, conforme podemos ver na fig. 24, conheceu os problemas que a comunidade estava enfrentando. Foi através do contato com as crianças do Porto do Capim que a equipe de tal Projeto percebeu que era recorrente na fala dos pequenos a manifestação de angústia e dúvidas sobre questões de remoção de suas moradias.



Figura 24 — Subindo a ladeira

Fonte: Disponível em: <<http://migre.me/wwWYX>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

Assim, provocados pelos anseios das crianças, os representantes da Fundação travaram

⁴⁶ Instituída em 2010, a Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra surgiu a partir do esforço conjunto da empresa Companhia da Terra Distribuidora, entidades culturais, grupos e artistas parceiros. Situada na Praça Antenor Navarro, no centro histórico de João Pessoa – próximo às margens do Rio Sanhauá –, a organização tem como principal filosofia incluir socialmente através da arte. Disponível em: <<http://migre.me/wwX7n>> Acesso em: 29 abr. 2017.

⁴⁷ O Projeto Subindo a Ladeira foi idealizado com objetivo de interferir socialmente através de ações culturais de formação e difusão, aproximando a comunidade Porto do Capim dos equipamentos, cursos, oficinas e produções artísticas e culturais desenvolvidas no Varadouro. Disponível em: <<http://migre.me/wwX7y>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

contato com os executores do Projeto Folia Cidadã⁴⁸ com a finalidade de intermediar uma conversa, visto que esta já possuía interlocução com os ribeirinhos do Porto do Capim. Segundo Gonçalves (2014), no primeiro encontro os moradores colocaram a preocupação em relação ao Projeto de Revitalização e pediram ajuda na busca em estabelecer diálogo com o poder público e recolher informações sobre a Revitalização. A partir desse encontro, acrescenta a autora, os moradores passaram a se reunir semanalmente, gerando, assim, em 2010, um grupo mobilizado, formado por moradores, que recebeu o nome “Comissão do Porto do Capim em Ação”, denominação escolhida pelos próprios residentes da comunidade.

A fundação da Comissão mesmo veio a partir da necessidade, quando o pessoal da Fundação via os meninos reclamando “não tia, não tenho expectativa de vida, porque a gente vai sair, a gente não vai planejar nosso futuro aqui, porque vai sair.” Aí o pessoal da Fundação sentiu essa necessidade de se mobilizar com os moradores, informar e trazer informações para os moradores. Como lutar, como se mobilizar, e já tinha o trabalho Subindo a Ladeira, né! E aí veio dessa necessidade que eles conheceram pelas crianças que faziam as oficinas. De tanto reclamar que ia sair, eles vieram saber que história era essa e aí encontrou com Roseane, Cida, Verônica, que estão desde o início da formação da Comissão e até hoje acompanham a gente. A formação da Comissão mesmo veio através da necessidade da comunidade com esse projeto, porque não se tinha informação nenhuma, era sempre... Hoje também não se tem tanta resposta, mas era sempre coisas muito vagas e que acabavam tirando o sono dos moradores. Hoje eles se sentem um pouco mais tranquilos, eu acredito, porque pelo fato de não ter essa confusão de informação, ou de saber que a gente está correndo atrás da informação.⁴⁹

Nos primeiros encontros, o objetivo foi discutir a iminência da remoção, a importância das relações de vizinhança e parentesco aliadas à noção de território, assim como o planejamento de ações para fortalecer vínculos comunitários. Segundo Gonçalves (2014), o objetivo foi despertar o empoderamento político dos moradores, mostrando possíveis formas de organização e mobilização social. Inicialmente, a mobilização foi conduzida pela Fundação Cia. da Terra, no entanto, com a constituição da Comissão, foram os moradores os protagonistas de sua própria história daí em diante.

Na visão de Silva (2016), esses encontros foram muito importantes para a comunidade, pois possibilitaram aos moradores que expressassem suas preocupações, angústias e medos em

⁴⁸ O Folia Cidadã faz parte do Projeto Férias, Arte e Cidadania, que é realizado durante o mês de janeiro pela Prefeitura Municipal de João Pessoa em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social. O projeto foi introduzido na comunidade Porto do Capim pela produtora cultural Valeska Asfora. Disponível em: <<http://migre.me/wwX9N>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

⁴⁹ Entrevista realizada em outubro de 2013 pela pesquisadora Gonçalves (2014) com a moradora e presidente da Comissão do Porto do Capim em Ação, Rossana Holanda. Disponível em: <<http://migre.me/wwXio>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

relação ao Projeto de Revitalização e, além disso, para a autora, proporcionaram a descoberta de seu poder de mobilização, fortalecendo-se para enfrentar o poder público.

A organização política da Comissão Porto do Capim em Ação surge como uma resposta ao poder público, uma vez que um determinado espaço da cidade passa a ser reivindicado como direito legítimo de um certo grupo social, tendo em vista que se trata de uma área de proteção patrimonial, tombada, sob responsabilidade do IPHAN, enquanto um órgão que deve preservar e mobilizar esforços para atender às reivindicações que surgem na esfera da sociedade civil organizada, em defesa de suas referências culturais. Caso contrário, o IPHAN/PB irá realizar uma política de gestão baseada no que apenas o “olhar técnico” de determinados agentes institucionais julga ser adequado, em vez de realizar uma política pública patrimonial por meio do documento, do inventário, a partir da compreensão daquilo que é importante para o usuário do espaço. (SILVA, 2016, p. 235)

A Comissão Porto do Capim em Ação é formada por dez mulheres (fig. 25)⁵⁰, responsáveis pela mediação entre o poder público (Prefeitura Municipal de João Pessoa, Secretaria de Habitação Social, Secretaria de Meio Ambiente, Defesa Civil, Ministério Público, Câmara dos Vereadores, IPHAN) e a comunidade.



Figura 25 — Mulheres da Comissão do Porto do Capim em Ação
Fonte: Disponível em: <<http://migre.me/wwZlm>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

Nessa época, as reuniões (fig. 26) ocorriam semanalmente no Bar da Penha no Porto do Capim e, nelas, eram pensadas e discutidas formas para obter diálogo com o poder público. A Comissão também se preocupou com a organização de eventos com o objetivo de fortalecer os

⁵⁰ Na figura 25, parte do grupo que forma a Comissão Porto do Capim em Ação: Adriana Lima, Giselda de Holanda, Maria Aparecida França, Maria da Penha Nascimento, Maria da Penha Silva, Odaci Oliveira, Odenice Oliveira, Roseane Mendes, Rossana de Holanda, Verônica Lima e Wilma do Nascimento.

vínculos comunitários e garantir visibilidade e força política a partir das tradições.

As festas anuais organizadas pela Comissão foram, além da Procissão de Nossa Senhora da Conceição e a festa de São João, o Carnaval, as Raízes do Porto, entre outros.



Figura 26 — Reuniões da Comissão Porto do Capim em Ação, 2013
Fonte: Disponível em: <<http://migre.me/wwZy3>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

Sob festa, muita comida e apresentação de coletivos culturais, como roda de capoeira (fig. 27), a comunidade do Porto do Capim anunciou, em maio de 2014, a criação da Associação de Mulheres do Porto do Capim, organização jurídica de direito privado sem fins lucrativo. Assim, a Comissão do Porto do Capim em Ação tornou-se a Associação de Mulheres do Porto do Capim.



Figura 27 — Apresentação de roda de capoeira
Fonte: Disponível em: <<http://migre.me/wxLnF>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

Com a criação da Associação, conforme Gonçalves (2014), tornou-se possível à comunidade buscar apoio, colaboração e parcerias não só ligadas à sua causa principal, mas também relacionadas às áreas de saúde, trabalho, meio ambiente, cultura, educação, moradia e qualidade de vida, atendendo a interesses e necessidades legítimas dos moradores da comunidade. Possibilitou também realizar parcerias e convênios com o poder público, por conta da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), formalização requerida para participar de convocações públicas relacionadas à projetos culturais e educacionais.

Como parte das estratégias, e tendo em vista o silêncio da imprensa, os moradores do Porto do Capim também passaram a utilizar as redes sociais como espaço de mobilização e resistência. Atribuíram à rede o papel central em suas formas de articulação, desenvolvendo novas maneiras de organização, com compartilhamento de objetivos, eventos e comunicações relacionadas à causa, travando discussões na esfera pública e alinhando à sua história de luta as perspectivas dos movimentos sociais contemporâneos (MACHADO, 2007), que são organizados em rede e nas ruas (ANTOUN e MALINI, 2013).

3 PORTO DO CAPIM EM AÇÃO

Um Lugarzinho Bem Ali

De todas ela é única
Banhada pelo Rio Sanhauá.
E os moradores lá afirmam
“Que é nela que querem ficar”.

Ao aproximar o fim do dia
O pôr do sol tem o papel de seduzir, Nossa
gente, nosso bairro.
Comunidade Porto do Capim.⁵¹

Neste capítulo buscamos explorar os usos das redes digitais — Facebook e YouTube, principalmente — pela comunidade do Porto do Capim, na mobilização em defesa de sua permanência no lugar e para dar visibilidade à sua causa, como forma de obter apoio diante da iminência de sua remoção.

A finalidade foi investigar se operaram como dispositivos/suportes (ZAGO E BATISTA, 2009) estratégicos de resistência e de luta e saber se estabeleceram uma comunicação capaz de reforçar os objetivos do movimento do Porto do Capim.

É importante sinalizar que a mobilização do Porto do Capim se encontra em estado de “movimento”, uma vez que, conforme a historiadora Regina Célia Gonçalves⁵², as reuniões entre o poder público e a comunidade ainda ocorrem, permitindo-nos, portanto, afirmar que o território se encontra inserido na arena da disputa e da “discussão”. Fazendo parte, inclusive, do exercício financeiro⁵³ de 2017 da Prefeitura Municipal de João Pessoa, dotação orçamentária para a execução do Projeto de Revitalização concebido nos moldes dos anos de 1990.

Assim, o processo de luta e de resistência ainda está acontecendo, perfazendo-se tanto nas redes sociais online como no espaço físico⁵⁴. Podemos afirmar, portanto, que os dados apresentados neste trabalho são um retrato da mobilização do Porto do Capim entre os anos de 2013 a maio de 2017, tanto nas redes como nas ruas.

A comunicação da etapa de mobilização do Porto do Capim foi centralizada

⁵¹ De autoria de Rossana Marlene de Holanda, 25 anos, moradora do Porto do Capim. Publicado no Facebook Porto do Capim em 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/PortoDoCapim/>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

⁵² Entrevista realizada em João Pessoa pelo autor deste trabalho, 15 mar. 2017. Para realizar a entrevista foi utilizado um aparelho celular com gravador de voz.

⁵³ Quadro de detalhamento de despesas 2017 da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Disponível em: <<http://migre.me/wCvH5>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

⁵⁴ Aplicamos neste trabalho a expressão espaço físico como sendo as ações sociais que ocorrem fora do ambiente online, ou seja, nas ruas.

principalmente na web, que funcionou como espaço de discussão, emissão e recepção de informação, assim como ambiente de compartilhamento e troca de ideias, apoio e de integração de simpatias (COSTA, 2005) e ações coletivas de fortalecimento da luta do Porto do Capim.

Os arranjos comunicacionais e interacionais ativados pela comunidade do Porto do Capim foram Facebook, Blog, YouTube, site Petição pública e Webradio Porto do Capim⁵⁵. Entretanto, considerando que nem o Blog e nem a Webradio Porto do Capim foram utilizados tão intensamente como o Facebook e o YouTube, decidimos concentrar nossos esforços apenas nestes dois sites de redes sociais, uma vez que, em nossa visão, eles oferecem um panorama a respeito da articulação do Porto do Capim em rede e mostra o seu papel na organização, agregação e repercussão de tal movimento.

3.1 Facebook

Entre as ferramentas digitais empregadas, sem dúvidas, o Facebook⁵⁶ foi a rede social que alcançou maior destaque e repercussão pública no processo de luta e mobilização da comunidade do Porto do Capim.

As possibilidades interativas (comentar, curtir, compartilhar, etc.) que este espaço proporcionou foram amplamente utilizadas para a emissão, recepção e arquivamento de dados textuais, imagéticos, sonoros e videográficos. Isso contribuiu para que fosse possível acompanhar o processo de mobilização da comunidade, uma vez que os rastros deixados (AMARAL, NATAL, VIANA, 2008) permitem não só observar, mas analisar e interpretar os dados, colaborando, assim, para a atividade netnográfica. Entre os recursos disponibilizados pelo Facebook, foram acionados, pela comunidade, a Fan Page⁵⁷, o sistema de eventos⁵⁸ e o Grupo.

⁵⁵ A Webradio Porto do Capim é produto da dissertação de mestrado em jornalismo profissional de Edileide Oliveira Bezerra. Disponível em: <<http://radioportodocapim.com.br/>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

⁵⁶ O Facebook é uma rede social que foi lançada em 2004 por Mark Zuckerberg e hoje ele é um dos sites de rede social mais populares do mundo, atingindo a marca de quase dois bilhões de usuários, sendo, por isso, o maior site de rede social do planeta terra. Disponível em: <<http://migre.me/wJdJK>>. Acesso em 26 abr. 2017.

⁵⁷ As páginas são destinadas às marcas, empresas, organizações e figuras públicas, para que possam criar uma presença no Facebook, enquanto os perfis representam indivíduos. Qualquer pessoa que tiver uma conta poderá criar uma página ou ajudar a administrar uma se receber uma função na página, como administrador ou editor. As pessoas que curtirem uma Página e os amigos delas poderão receber atualizações em seus Feeds de Notícias. Disponível em: <<http://migre.me/wCSXD>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

⁵⁸ Os eventos permitem que você organize e participe de reuniões no espaço físico com as pessoas do Facebook. É possível criar ou participar de um evento de qualquer natureza, desde um jantar de aniversário até uma reunião para levantar fundos para uma escola. Ao criar um evento, você poderá controlar quem poderá ver ou participar do evento. Disponível em: <<http://migre.me/wCT1V>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

3.1.1 Fan Page

No Facebook, a Fan Page “#PortodoCapimemAção”⁵⁹, conforme podemos ver em sua página inicial (fig. 28), foi a ferramenta que mais ganhou destaque, tornando-se um espaço de alto fluxo de entrada, processamento e saída de informações.



Figura 28 — Fan Page Porto do Capim em Ação
Fonte: Print Screen da Fan Page do Porto do Capim, Irley David, mai. 2017.

No período em que foi realizada a pesquisa de campo, entre fevereiro e maio de 2017, a página do Porto do Capim em Ação possuía cerca de duas mil e quinhentas curtidas, expressando, portanto, um número expressivo de simpatizantes (COSTA, 2005). Ela foi criada em 2012, dois anos depois da constituição da Comissão do Porto do Capim em Ação e um ano antes do resultado dos projetos que foram aprovados pelo PAC Cidades Históricas, mas foi somente em 2013 que ela passou a ser utilizada.

Computou-se, ao longo dos anos de 2013 a maio de 2017, cerca de quinhentas publicações na linha do tempo da página. As postagens realizadas na página envolveram desde agendamento de reuniões, divulgação de oficinas, eventos, passando pela publicação de estudos científicos realizados na comunidade, vídeos, textos jornalísticos, poéticos e mobilizações similares, além de denúncias quanto ao desprezo do poder público pela comunidade.

Por decisão metodológica buscamos selecionar e destacar neste trabalho apenas aquelas publicações que tiveram, em nosso entendimento, maior significado para fortalecer a luta dos moradores do Porto do Capim. O fato é que realizamos uma imersão completa em tal página e, para evitar redundâncias, otimizamos as informações e apresentamo-las aqui.

⁵⁹ Disponível em: <<http://migre.me/wCw6r>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

Uma das primeiras publicações na página foi a de uma imagem emblemática, capaz de traduzir e evidenciar os anseios da comunidade (fig. 29). Nesse sentido, Antoun (2008) diz que as redes sociais online são capazes de permitir a expressão de ideias e pensamentos, ainda que de forma metafórica, o que é o caso da figura abaixo.



Figura 29 — Publicação Pare, Olhe, Escute

Fonte: Print Screen da Fan Page do Porto do Capim, Irley David, mai. 2017.

Para a comunidade, a placa “pare, olhe e escute” (que passou a ser o seu *slogan* de luta), localizada próxima ao Porto do Capim, cujo objetivo é advertir os transeuntes de que ali passa trem, cumpre não somente este papel. Para além desta função, o “pare, olhe e escute” cumpre a missão simbólica de denunciar que, no outro lado dos trilhos, existem vida, cultura e afeto, por isso não é necessário “revitalizar” um lugar que já possui vida, mas sim implantar serviços públicos essenciais que possam levar dignidade aos moradores do Porto do Capim.

A placa está entre a comunidade e a ladeira que dá acesso à Praça Anthenor Navarro, assumindo assim um papel especial entre esses dois mundos, diferentes apenas na concepção do poder público. Enquanto um possui status de lugar que provê cultura, o outro ostenta status de abandonado, degradado, em decadência.

A Comissão Porto do Capim em Ação, pretende chegar a um consenso, e a um projeto que leve em consideração a vida dos moradores da área, a preservação ambiental e do patrimônio histórico. Reconhecemos que é preciso atender aos interesses da cidade, no entanto, sem deixar de lembrar que somos parte dela. As pessoas que vivem no Porto do Capim criaram laços de convivência entre as suas famílias e a interação com o Rio Sanhauá. O que os moradores desejam é viver em situação digna, com suas moradias em melhores condições, com saneamento básico, saúde, educação e o direito de escolha. A Comunidade Porto do Capim quer ser vista e ouvida pela cidade!

Conheça o trabalho da Comissão, colabore divulgando a nossa página! Precisamos que a nossa história e a nossa identidade sejam respeitadas. Precisamos ser ouvidos!⁶⁰

Para além da placa, os moradores do Porto do Capim se apropriaram da página para emitir e destacar as suas preocupações em relação ao Projeto de Revitalização, buscando, com isso, sensibilizar a sociedade sobre a situação que vêm enfrentando desde 1997 e denunciando um projeto que foi, a seu ver, elaborado unilateralmente (fig. 30). Rigitano (2003) diz que é muito comum a realização de denúncias na internet pelos grupos sociais afetados, pois se trata de um espaço que garante a todos as ferramentas essenciais para fazê-las conhecidas.

Além do caso do Porto do Capim, podemos ver esse tipo de prática ativista “na Associação Revolucionária de Mulheres do Afeganistão (RAWA), que publica, na internet, vídeos mostrando atrocidades cometidas por fundamentalistas islâmicos” (RIGITANO, 2003, p. 4)



Figura 30 — Denúncia realizada pela comunidade no Facebook
Fonte: Print Screen da Fan Page do Porto do Capim, Irley David, mai. 2017.

Para efeito de conhecimento, a referida publicação foi compartilhada vinte e três vezes, que, por sua vez, gerou mais compartilhamentos a partir de outros perfis, formando um agrupamento em rede em apoio ao movimento. Na imagem a seguir (fig. 31), a título de ilustração, podemos ver cidadãos em rede expressando o seu apoio.

⁶⁰ Publicado em 11 de fevereiro de 2013 no Facebook. Disponível em: <<http://migre.me/wCwSU>>. Acesso em: 25 abr. 2017.



Figura 31 — Apoio da sociedade civil em rede
 Fonte: Print Screen da Fan Page do Porto do Capim, Irley David, mai. 2017.

Os moradores do Porto do Capim encontraram, nesse espaço, uma maneira de informar à sociedade não só sobre a situação da comunidade, mas também uma possibilidade de divulgar as reuniões ocorridas entre o poder público e a comunidade ao longo dos anos, de modo que aquela pudesse acompanhar o “diálogo” entre estes e assimilar como o poder público estava lidando com a causa do Porto do Capim.

Neste primeiro encontro, onde os moradores deram seus depoimentos e expressaram suas angústias pelo total desconhecimento do destino que poderá ter a comunidade (...) foi elaborado um documento a ser entregue ao prefeito da capital. Neste documento constam todas as dúvidas e sugestões dos moradores, além da solicitação de audiência onde fosse possível dar início ao diálogo entre o poder público municipal e os moradores. O documento foi entregue ao Gabinete do então prefeito Luciano Agra, além de uma cópia que lhe foi entregue pessoalmente, por uma moradora representante da Comissão, aproveitando a presença do então prefeito na procissão de Nossa Senhora da Conceição (em 08/12/2011). Algumas semanas após, compareceram à comunidade, o então coordenador do Orçamento Democrático, e um dos engenheiros da Secretaria de Habitação do município. A reunião aconteceu com a participação de muitos moradores, mas muitas perguntas permaneceram sem respostas.⁶¹

De acordo com a comunidade, o mesmo documento (ver Anexo III) foi entregue ao prefeito Luciano Cartaxo quando este foi eleito no ano de 2013 e, mesmo assim, tanto ele como o ex-prefeito, Luciano Agra, não lhes deram a devida atenção, no sentido de elucidar as suas dúvidas, persistindo na execução do Projeto de Revitalização, por consequência, posicionando-se a favor de sua remoção para um lugar não definido.

⁶¹ Publicado em 11 de fevereiro de 2013 no Facebook. Disponível em: <<http://migre.me/wCwSU>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

Isso foi levado à público na referida página, fazendo com que mais cidadãos em rede abraçassem e defendessem a sua causa, manifestando apoio e constituindo uma rede de ações colaborativas, a partir do acionamento dos recursos do Facebook, como comentar, curtir e compartilhar, fazendo com que o movimento pudesse alcançar uma visibilidade para além da sua página e obter o reconhecimento da sociedade.

Rayan Lins: É revoltante que anos após anos, uma coisa não muda, que é a total falta de diálogo com os moradores e a descaracterização completa da área atendendo somente a fins turísticos e sem compromisso algum com a cultura do território e seu desenvolvimento equilibrado! 11 de fevereiro de 2013 às 19:29 Curtir 62

Antônio Filho: Remover a comunidade para um local completamente diferente é revoltante. E como assim um local ainda não definido? Sinceramente... A quem este projeto pretende realmente atender? A população que lá reside ou aos empresários? 6 de junho de 2013 às 12:21 Curtir 63

É frequente a expressão de insatisfação na web em relação ao desprezo que, ao longo dos anos, o poder público dispensou à comunidade. Isso se tornou visível aos olhos de todos, transformando-se em força para enfrentar o poder público, não mais de forma isolada, como bem pontuou Costa (2005) ao se referir ao sentido clássico de “comunidade”, mas agora nas mídias digitais, a partir das redes de solidariedade e da sensibilidade coletiva, que se expandem à medida que a causa é repercutida, agregando novos simpatizantes.

Pedimos a atenção de todos para que leiam e compartilhem!
A Comunidade Porto do Capim continua sendo enganada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, e pelo IPHAN, enquanto a população da cidade não se dá conta dos absurdos que vem ocorrendo. No mês de maio, tivemos a presença do Superintendente do IPHAN, Sr. Claudio Nogueira, na nossa comunidade, em uma reunião com alguns moradores e outros movimentos que apoiam a nossa causa. A reunião seria para esclarecer como funciona o PAC Cidades Históricas. O Superintendente explicou o passo a passo de todo o processo, mas omitiu toda a responsabilidade do IPHAN, assegurando que o papel dessa instituição é de apenas dar o parecer no projeto da Prefeitura. Nós sabemos que IPHAN e COPAC/PMJP vem tendo reuniões de trabalho desde 2013, inclusive encaminhamos ofício no início do ano, solicitando a participação de representantes da Comunidade nessas reuniões, para o qual não tivemos resposta. O Sr. Cláudio Nogueira, afirmou que a comunidade teria apenas duas saídas: a regularização fundiária junto a SPU (já que se trata de área da União) e o reconhecimento como comunidade tradicional, não havendo tempo hábil, segundo ele, para nenhum dos dois procedimentos. Ao mesmo tempo deixou claro que não considera que a comunidade Porto do Capim tenha características tradicionais. Ou seja, deixou a entender que a única solução para os moradores é a de aceitar passivamente a sua remoção.

⁶² Disponível em: <<http://migre.me/wCwSU>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

⁶³ Disponível em: <<http://migre.me/wCwSU>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

(...). Queremos chamar a atenção da população de João Pessoa, que a prefeitura comete um erro grave de desrespeito aos direitos humanos, de falta de transparência, e de crime ambiental com este projeto. O problema da moradia pode ser nosso, mas a área do centro histórico, as margens do Rio Sanhauá deve ser uma preocupação de toda a cidade! Pedimos a todo cidadão e toda cidadã desta cidade que a sua consciência não dê as costas a nossa luta! Em defesa dos moradores, em defesa do nosso patrimônio histórico e cultural, e em defesa do meio ambiente, procurem acompanhar a situação e vamos juntos lutar por nossa cidade!⁶⁴

Com cento e trinta compartilhamentos e setenta e nove curtidas, pode-se afirmar que a publicação sensibilizou parte daqueles que estão conectados à rede do Porto do Capim, criando, com isso, laços de cooperação e de identificação e aumentando o seu capital social (COSTA, 2005; RECUERO, 2004), conforme podemos conferir em alguns dos discursos compartilhados.

Josélia De Almeida Martins: Lutar, lutar, até vencer. Josélia
*Curtir · Responder · 1 · 8 de julho de 2014 às 20:02*⁶⁵

Claudia Almeida Rocha: O humano sempre perde para o monetário. Lutar, lutar até que as forças se acabem.
*Curtir · Responder · 1 · 8 de julho de 2014 às 16:59*⁶⁶

Ari Silva: A pressão vai ser grande em cima da comunidade, até que consigam a remoção, LUTAR!!
*Curtir · Responder · 1 · 8 de julho de 2014 às 08:14*⁶⁷

Além de ter sido utilizada para tornar públicas as reuniões ocorridas entre o poder público e a comunidade ao longo dos anos, a página também foi apropriada pelos moradores para apresentar projetos alternativos elaborados para a área do Porto do Capim, dessa vez projetos concebidos democraticamente, ou seja, com base no diálogo com a comunidade.

Com isso, os moradores do Porto do Capim buscaram informar a sociedade em rede que existe, sim, a possibilidade de se pensar projetos de intervenção urbana de forma democrática, respeitando os seus anseios em permanecer no lugar, sem, entretanto, abrir mão das requalificações para o local (figs. 32 e 33)

⁶⁴ Publicado em 8 de julho de 2014. Disponível em: <<http://migre.me/wCxap>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

⁶⁵ Disponível em: <<http://migre.me/wCxap>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

⁶⁶ Disponível em: <<http://migre.me/wCxap>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

⁶⁷ Disponível em: <<http://migre.me/wCxap>>. Acesso em: 03 mai. 2017.



Figura 32 — Apresentação de projeto alternativo por Emanuel Braga, técnico do IPHAN
Fonte: Print Screen da Fan Page do Porto do Capim, Irley David, mai. 2017.



Figura 33 — Apresentação de projeto alternativo, UFPB
Fonte: Print Screen da Fan Page do Porto do Capim, Irley David, mai. 2017.

Além disso, os moradores afirmaram ser possível idealizar intervenções que valorizem as tradições da comunidade e o meio ambiente, alinhadas ao desenvolvimento do turismo sustentável e que enxerguem os espaços em uso e o meio ambiente como oportunidades, e não como empecilhos.

O caráter participativo da rede (LÉVY, 2002) radicalizou a causa do Porto do Capim, fazendo florescer novas modalidades de engajamento e de cooperação, a partir do voluntarismo e da solidariedade. Elementos que constituem, segundo Machado (2007), a web que temos hoje.

Para se fazer ouvir pelo poder público, os moradores passaram a se apropriar da página para compartilhar e mobilizar a população conectada a assinar uma petição pública on-line (ver Anexo IV), visando, com isso, colocar em debate um projeto sustentável para o Porto do Capim,

buscando, dessa maneira, eliminar de vez o Projeto dos anos de 1990.

A petição pública, lançada no início de janeiro de 2014, foi assinada por quatrocentos e setenta e nove pessoas, pondo em evidência forte cooperação (ANTOUN, 2008) e apoio.

Regina Nogueira · *Professora em Universidade Estadual da Paraíba*

Nada mais justo do que a participação efetiva da comunidade na gestão e uso do patrimônio local. A comunidade precisa ser ouvida e suas ideias e demandas reais assimiladas por qualquer projeto que venha a ser desenvolvido na área.

*Curtir · Responder · 17 de fevereiro de 2014 21:56*⁶⁸

Isabel Miranda · *Trabalha na empresa Academia Estação do Corpo*

Projeto de extrema importância para a população ribeirinha, que vive no esquecimento, vamos apoiar esta iniciativa, e como foi dito acima é preciso que haja sim a participação dos moradores, eles precisam ser ouvidos, nossa cultura também tem que ser mantida e cultivada!

*Curtir · Responder · 23 de janeiro de 2014 10:36*⁶⁹

Fabão OliverMax · *Corretor de Imóveis em FÁBIO Máximo Corretor*

Manter a identidade histórica cultural da comunidade Porto do Capim é e será muito importante para a cidade, pois através desta pequena parcela da população pessoense, que surgiu a cidade de João Pessoa. A comunidade do Porto do Capim, esquecida por muito tempo, merece ser ouvida e respeitada!

*Curtir · Responder · 1 · 21 de janeiro de 2014 22:45*⁷⁰

José Baracho · *Trabalha na empresa Governo do Estado da Paraíba*

Vamos reestruturar mantendo a vida, a tradição, a sustentabilidade ambiental e cultural da Comunidade! Estou dizendo! Se fizerem diferente, vai ser uma vergonha, não se admite truculência nos dias de hoje. A comunidade tem razão, deve ser OUVIDA.

*Curtir · Responder · 21 de janeiro de 2014 22:29*⁷¹

Betta Romano

Iniciativa fundamental para salvar a cultura ribeirinha que ainda resiste no local emblemático do primeiro porto de João Pessoa.

*Curtir · Responder · 3 · 21 de janeiro de 2014 11:32*⁷²

Marco Vidal · *Analista Ambiental em Ibama*

... que seja criada uma Comissão para a discussão de um novo projeto com a participação direta de representantes legítimos (moradores) da Comunidade, e realizada a experiência de gestão compartilhada do espaço da comunidade, sendo formada por entidades representativas dos moradores e poderes públicos.

*Curtir · Responder · 21 de janeiro de 2014 22:29*⁷³

⁶⁸ Disponível em: <<http://migre.me/wCxpB>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

⁶⁹ Disponível em: <<http://migre.me/wCxpB>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

⁷⁰ Disponível em: <<http://migre.me/wCxpB>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

⁷¹ Disponível em: <<http://migre.me/wCxpB>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

⁷² Disponível em: <<http://migre.me/wCxpB>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

⁷³ Disponível em: <<http://migre.me/wCxpB>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

Além da petição, o Relatório de Violações aos Direitos Humanos elaborado pelo Centro de Referência em Direitos Humanos, órgão que presta assistência jurídica popular à comunidade, ganhou espaço na página, notabilizando-se como um documento de relevante contribuição para a luta dos moradores do Porto do Capim. Não deram ênfase somente ao documento, publicando em seu espaço de luta, mas solicitaram aos seus apoiadores que compartilhassem em seus perfis, de modo que com isso o relatório pudesse ser conhecido ao transitar pelas diversas infovias digitais.

Pedimos a atenção de todas as pessoas que acompanham a nossa página, para que leiam este documento e compartilhem. O documento é um relatório feito pelo Centro de Referencias em Direitos Humanos, da UFPB, e mostra as violações de direitos que nós, moradores da Comunidade Porto do Capim, estamos sofrendo por parte do Poder Público Municipal. A prefeitura vem avançando com o projeto sem que haja diálogo e transparência nas ações. O problema do Porto do Capim não é só nosso, dos moradores, é de todo cidadão e cidadã, pois o que fazem com a gente fazem com a cidade inteira! O documento já foi encaminhado ao Ministério Público. Queremos ser ouvidos, queremos que todos tomem conhecimento da violência que a comunidade vem sofrendo. PEDIMOS A COLABORAÇÃO DE TODOS! DIVULGUEM, COMPARTILHEM ESSE RELATÓRIO O MÁXIMO POSSÍVEL!⁷⁴

O referido documento recebeu mais de cinquenta compartilhamentos e, na medida que os atores sociais em rede compartilhavam em seus perfis, denunciavam a maneira como o poder público estava conduzindo a questão referente ao Porto do Capim, projetando a sua causa para além de seus limites geográficos e virtuais e acionando, com isso, a mobilização em massa, a partir da participação da sociedade hiperconectada (LÉVY, 2002).

Hostilio Nitao FH via Porto Do Capim em Ação
É interessante que a população de nossa cidade leia e se posicione sobre o assunto, o Porto do Capim é nosso.
28 de março de 2015⁷⁵

Lilia Tandaya via Porto Do Capim em Ação
Insegurança e desinformação não acontecem só no Porto do Capim... A questão habitacional, de regularização fundiária, é um problema nacional, surpreende q o "enfrentamento" seja realizado violando tantos direitos socioambientais.
28 de março de 2015⁷⁶

Acácio Lopes via Porto Do Capim em Ação
Agora me dedicando à Extensão universitária, observo de perto como a ação de órgãos de todas as instâncias têm uma visão de espetacularização dos sítios

⁷⁴ Publicado em 28 de março de 2015. Disponível em: <<http://migre.me/wCxFD>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

⁷⁵ Disponível em: <<http://migre.me/wCxFD>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

⁷⁶ Disponível em: <<http://migre.me/wCxFD>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

urbanos e de negação do espaço público. Se não nos movemos, eles atropelam a sociedade, a razão, a justiça.
3 de maio de 2015⁷⁷

Basicamente, a página funcionou para tornar transparente a forma como o poder público estava lidando com as reivindicações dos ribeirinhos e para informar à sociedade sobre projetos e denúncias relacionados ao Porto do Capim.

Vale dizer que as reuniões ocorreram não só entre os moradores e o poder público, mas também entre a comunidade e diversas instituições (UFPB, Fundação Casa da Cultura Cia. da Terra, Museu do Patrimônio Vivo, Coletivo Mundo⁷⁸, etc.) que abraçaram a causa, colocando-se à disposição dos ribeirinhos para, juntos, se articularem e lutarem pelo território e pensarem em ações de enfrentamento, tanto na web como nas ruas.

Tanto estas reuniões, como aquelas, foram propagadas em rede, permitindo acesso livre a todos aqueles que tivessem interesse em acompanhar a luta da comunidade, bem como apoiá-la. No entanto, convém mencionar, as principais ações de resistências vão ocorrer, de fato, quando a comunidade passa a agendar eventos nas redes e nas ruas, de forma integrada. (ANTOUN E MALINI, 2013).

3.1.2 Eventos

3.1.2.1 #OcupePortoCapim

Pode-se afirmar que um dos pontos culminantes da mobilização em relação ao movimento da comunidade do Porto do Capim em rede se deu na realização do evento #OcupePortoCapim, que nasceu nas infovias digitais e tomou forma nas ruas do Porto do Capim no dia 1 de junho de 2013.

O objetivo dessa mobilização é realizar uma ação informativa e cultural que traga mais visibilidade à luta da população do Porto do Capim. A mobilização é um ato a favor da permanência da comunidade no Porto do Capim e da

⁷⁷ Disponível em: <<http://migre.me/wCxFD>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

⁷⁸ O Coletivo Mundo fazia parte da rede nacional de coletivos culturais chamado Fora do Eixo que abrange mais de 100 conjuntos em todo território nacional. A organização surgiu do Festival Mundo, no qual a música independente é o grande destaque. O Coletivo Mundo ganhou vida nas imediações do Porto do Capim; no centro Histórico de João Pessoa. O objetivo de ampliar o projeto deu origem a esse grupo, que passou a utilizar as estratégias do modelo associativo para desenvolver outras ações, como produção de eventos e promoção artísticas. O trabalho girou em torno de atividades nas áreas de cinema, artes visuais e cênicas, além de ações de conscientização socioambiental e política. Entre os projetos do grupo estavam Festival Mundo, Grito Rock, Semana do Audiovisual (SEDA), a PósTV e o próprio Centro Cultural que recebe atrações o ano todo. Disponível em: <<http://migre.me/wCy77>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

requalificação urbana da área, e não um simples evento. Nesse sentido, os moradores da comunidade, através da Comissão Porto do Capim em Ação, em conjunto com a sociedade civil que abraçou a causa, planejaram um dia de ações contra o projeto da PMJP. Ocupe você também o Porto do Capim!⁷⁹

O evento contou com um rico arranjo virtual e comunicacional, sendo acionada uma página específica no Facebook para organizá-lo⁸⁰, com logotipo (fig. 34), artes que facilitaram a sua logística (fig. 35), programação e espaço para interação e elucidação de dúvidas, além de convocação pública em vídeo⁸¹, produzido pelos próprios moradores do Porto do Capim e compartilhado tanto na página do evento quanto na página do #PortodoCapimemAção.



Figura 34 — Logotipo do evento #OcupeoPortodoCapim
Disponível em: <<http://migre.me/wCyhu>>. Acesso em: 05 mai. 2017.



Figura 35 — Como chegar no Porto do Capim
Fonte: Disponível em: <<http://migre.me/wCyhu>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

⁷⁹ Disponível em: <<http://migre.me/wCyhu>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

⁸⁰ Disponível em: <<http://migre.me/wCyhu>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

⁸¹ Disponível em: <<http://migre.me/wCyig>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

O evento teve confirmação de participação de seiscentas e vinte pessoas⁸² em sua página no Facebook e contou com uma gama de atividades que enfatizaram quão rica é a comunidade do Porto do Capim e o quão importante é a sua luta, como apresentações de vários artistas influentes no cenário cultural local, a exemplo de Escurinho, Glaucia Lima, Adeildo Vieira, Baluarte, Los Iranzi, Carrinho PB Pop, VJS Spencer e FM e Valentim, oficina de cobertura colaborativa, oficina de serigrafia e bazar comunitário, além de intervenções que aconteceram nas ruas, realizadas pelas pessoas interessadas na melhoria da comunidade.

Para garantir visibilidade à mobilização, uma das primeiras ações dos moradores do Porto do Capim foi solicitar, através de sua página no Facebook, que aqueles que confirmaram presença na página do evento e até mesmo aqueles que não confirmaram levassem camisetas brancas para a oficina de serigrafia (uma das atividades ofertadas), com a finalidade de personalizá-las com a estampa #OcupePortodoCapim, conforme podemos ver (fig. 36).



Figura 36 — Personalize sua camiseta com a logo #OcupePortodoCapim
Fonte: Disponível em: <<http://migre.me/wCyhu>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

O evento contou com cobertura colaborativa independente, realizada tanto por aqueles que participaram do evento quanto por fotógrafos profissionais e amadores, ou seja, enquanto o evento acontecia nas ruas do Porto do Capim, ele era propagado em rede, fortalecendo e dando visibilidade a causa da comunidade.

A atividade foi ofertada no evento e os participantes foram treinados para realizar a cobertura do que se passava ali e assim garantir visibilidade ao movimento a partir de estratégias

⁸² Convém esclarecer que o quantitativo de confirmação de presença em eventos criados no Facebook não indica, de fato, que tal número de confirmação compareceu ao evento. De todo modo, marcar presença em um evento criado no Facebook revela a intenção de apoiar o evento ou participar dele.

de divulgação. Utilizando, cada qual, o seu aparelho celular com recurso de registro fotográfico e de gravação de vídeo ou uma câmera fotográfica, a causa do Porto do Capim se ramificou (MACHADO, 2007) na rede, deixando suas raízes de apelo.

Dessa maneira, todo o evento passou a ser não somente acompanhado pelos que se fizeram presentes no #OcupeoPortodoCapim, mas também por aqueles que estavam conectados tanto à página #PortodoCapimemAção quanto à página do evento e aos diversos perfis dos usuários que fizeram a cobertura. Possibilitaram à sociedade hiperconectada não só acompanhar o evento, vale dizer, mas também participar, a partir de comentários, curtidas, compartilhamentos, divulgação, etc.

Uma das primeiras atividades a ganhar visibilidade em rede foi o Fórum de Discussão com o tema “Porto do Capim: Por que ficar?” (fig. 37), que também foi difundido ao vivo no PósTV, site responsável pela transmissão de sons e imagens por meio de programas de entretenimento⁸³.



Figura 37 — Fórum de Discussão – Porto do Capim: Por que ficar?
Fonte: Disponível em: <<http://migre.me/wCyhu>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

Na ocasião, foram discutidos os motivos que tornaram possível a permanência dos moradores na comunidade e foram apresentadas propostas de atualização, modernização e implementação de atracadouros e bases para esportes náuticos nas margens do Rio Sanhauá e contrapropostas de melhoria da qualidade de vida da comunidade. Além disso, Rossana Holanda, representante dos moradores do Porto do Capim, aproveitou o momento para:

Reforça que os moradores do Porto do Capim não querem sair de onde vivem e sempre viveram. Rossana expõe em sua fala emocionada a luta contra o preconceito de quem não conhece a comunidade ou seus moradores, daqueles

⁸³ Disponível em: <<http://www.ustream.tv/>>. Acesso em: 07 mai. 2017.

que são a favor da retirada dos mesmos do local para que a área seja destinada a fins turísticos, extorquindo sua região ⁸⁴

O Fórum de Discussão contou com a participação de membros da Fundação Casa de Cultura Cia. da Terra, UFPB e IPHAN, além de representantes da comunidade, e gerou cerca de vinte e dois compartilhamentos no Facebook do Porto do Capim em Ação, além de comentários avaliativos, reforçando o capital social do movimento dos ribeirinhos, a exemplo dos que podemos conferir logo abaixo.

Conde Gilmário Kassandro – É fundamental... e extremamente necessária essa discussão de um assunto tão delicado e crucial!
Curtir · Responder · 2 de junho de 2013 às 14:1385

Regina Nogueira – O Fórum foi muito interessante, esclarecedor mesmo.

Curtir · Responder · 3 de junho de 2013 às 12:2086

Em seguida, tanto a página do evento como a página do Porto do Capim receberam a exposição de imagens que revelaram a história de vida das famílias que fazem parte do Porto do Capim. A ação, que ganhou fôlego se apropriando de um varal, conforme podemos ver (fig. 38), exposta agora estava aos olhos de todos, sendo projetada não só no perfil do Porto do Capim no Facebook, mas também em outros perfis.



Figura 38 — Exposição de imagens dos moradores do Porto do Capim
Fonte: Disponível em: <<http://migre.me/wCyhu>>. Acesso em: 05 mai. 2017

⁸⁴ Publicado em junho de 2013 no Facebook do Porto do Capim. Disponível em: <<http://migre.me/wCyhu>>. Acesso em: 05 mai. 2017

⁸⁵ Disponível em: <<http://migre.me/wCyhu>>. Acesso em: 05 mai. 2017

⁸⁶ Disponível em: <<http://migre.me/wCyhu>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

Praticamente todos os artistas que se apresentaram no evento, contribuindo com a causa, aproveitaram a oportunidade para discursar em favor da permanência da comunidade no lugar, e isso também tomou as ruas das redes, de modo que suas vozes puderam ecoar e a luta da comunidade pôde se projetar e ganhar novos afetos, interesses e estima.

Nome forte da música paraibana, Escurinho faz sua apresentação no #OcupePortoDoCapim e levanta o público até debaixo de chuva. O cantor aproveitou a oportunidade para discursar seu apoio à permanência da comunidade e arranca aplausos ao dizer que os moradores do Porto do Capim têm direito a ter raízes.⁸⁷

O Porto do Capim é isso, é a gente junto celebrando nossa história. E isso não pode mudar! Todos nós somos Porto do Capim, esse lugar é a nossa história e não podemos deixar isso mudar. Esse foi o discurso de Seu Valentin, morador e sanfoneiro.⁸⁸

Os anseios dos ribeirinhos não foram apenas colocados em questão nos cartazes fixados no muro da escola Padre João Félix, tal como podemos observar (fig. 39), mas também foram postos em destaques na web, para que todos que acompanhavam pudessem aderir à causa e empreender uma luta em comum, em nome da democracia e dos direitos da comunidade em ter a sua cultura reconhecida e as suas práticas tradicionais respeitadas e valorizadas.



Figura 39 — Ato ocorrido no #OcupePortoDoCapim
Fonte: Disponível em: <<http://migre.me/wCzc1>>. Acesso em: 06 mai. 2017.

Estimulados a pensar, a ação coletiva representada na figura acima, que teve por objetivo convidar os ribeirinhos e os visitantes a deixarem suas mensagens nos cartazes sobre

⁸⁷ Disponível em: <<http://migre.me/wCyhu>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

⁸⁸ Disponível em: <<http://migre.me/wCyhu>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

o Porto do Capim, acionou, principalmente, o poder mobilizador daqueles que são considerados o futuro da comunidade: as crianças. Nelas, encontraram a possibilidade de aliar esperança, perspectiva de vida e resistência.

É possível perceber isso a partir de um olhar mais atento. As crianças são felizes e essa é a principal razão pela qual elas querem continuar a viver ali, às margens do rio Sanhauá, cercadas pela natureza e por um povo que luta para manter viva as suas histórias de vida.

3.1.2.2 Porto do Capim em Ação

O “Porto do Capim em Ação” foi cenário de mais uma ação de fortalecimento da identidade ribeirinha e de luta pelos direitos territoriais dos moradores e, assim como no #OcupePortodoCapim, também se perfez em rede, contando com uma estrutura similar, possuindo página⁸⁹ e artes que contribuíram para a sua visibilidade, organização e operacionalização.

O evento foi realizado em maio de 2015 e contou com a parceria do Museu do Patrimônio Vivo⁹⁰, principalmente no que diz respeito à organização.

A nossa página no Facebook é de muita importância para mostrar a nossa luta e denunciar a nossa situação. Temos 1.927 pessoas acompanhando a página. Hoje queremos lançar uma campanha, um pedido, que cada uma das pessoas que seguem a nossa página, não apenas "curta", mas deixe seu comentário, fazendo deste espaço também um canal de discussão, de apoio. E aqueles que defendem o direito de nossa comunidade, por favor, compartilhem para que possamos alcançar mais pessoas.⁹¹

O “Porto do Capim em Ação” teve a confirmação de aproximadamente trezentos e cinquenta pessoas em sua página no Facebook e foi realizado para se tornar um momento de

⁸⁹ Disponível em: <<http://migre.me/wCzu8>>. Acesso em: 06 mai. 2017.

⁹⁰ O Projeto Museu do Patrimônio Vivo, criado em 2012, objetivava a criação de um Museu Vivo que se constitua como espaço de pesquisa, discussão, divulgação, formação e salvaguarda do patrimônio imaterial de João Pessoa a partir da formação de jovens agentes culturais, moradores de bairros tradicionais da cidade, que são responsáveis pelos inventários dos bens identificados. Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa, em outras palavras, é uma forma de valorização e divulgação de patrimônios constituídos por pessoas, lugares, narrativas, calendários festivos, expressões culturais e que, desta feita, são considerados imateriais. Esta ideia de imaterialidade é relativa aos saberes populares de determinada comunidade, sendo esta última a responsável e agente da salvaguarda de bens como, por exemplo, brincadeiras expressas pela ciranda, coco, cavalo marinho, boi de reis, lapinha, quadrilhas, capoeira, maculelê e, ainda, bens como as celebrações manifestas pelas novenas católicas, pelo culto da jurema sagrada, umbanda e candomblé. Os bens imateriais também abrangem ofícios e conhecimentos tradicionais como a pesca artesanal, o ofício da parteira, do curandeiro e do rezador. Disponível em: <<http://museudopatrimoniiovivo.blogspot.com.br/p/o-projeto.html>>. Acesso em: 06 mai. 2017.

⁹¹ Publicado em maio de 2015 no Facebook do Porto do Capim. Disponível em: <<http://migre.me/wCzu8>> Acesso em: 06 mai. 2017.

homenagem, reconhecimento e valorização dos grupos e pessoas que mantêm vivas as práticas culturais da comunidade.

Antes do evento e na ocasião de sua realização, os moradoras colocaram à venda no Facebook camisetas (fig. 40) para reforçar os objetivos da mobilização, assim como para projetar o evento para além de suas fronteiras geográficas, rompendo assim com os limites espaciais. Rigitano (2003), Zago e Batista (2009), Antoun (2008), Costa (2005) e outros autores reconhecem o poder mobilizador das redes, que agora possibilitam afiliações individuais que transcendem os limites do espaço-tempo e colaboram para o empreendimento de lutas.

Cada camiseta chegou a custar em torno de R\$ 18,00 e o valor arrecadado foi revertido para a manutenção do ponto de cultura localizado na comunidade, sede não só da etapa de pensar as estratégias de resistência do Porto do Capim, mas também para ofertar aos moradores da comunidade cursos de formação cultural, voltados para a educação popular.



Figura 40 — Vendas de camisetas Porto do Capim em Ação

Fonte: Disponível em: <<http://migre.me/wCzQ1>>. Acesso em: 06 mai. 2017.

Quem participou do evento ou acompanhou, seja pela página no Facebook ou presencialmente, pôde confirmar que a riqueza dos elementos tradicionais da comunidade compõe um mosaico em meio à diversidade cultural da cidade.

Em mais uma ação para valorizar os elementos tradicionais da comunidade, o Museu do Patrimônio Vivo colocou, naquela ocasião, a exposição “Somos todos Porto do Capim” (fig. 41).



Figura 41 — Somos todos Porto do Capim

Fonte: Print Screen da Fan Page do Porto do Capim, Irley David, mai. 2017.

No momento as histórias de vida dos moradores e suas relações com o lugar ganharam um novo espaço e significado na visão daqueles que puderam conhecer um pouco de sua trajetória através das redes sociais, conforme podemos ver em alguns discursos que coletamos.

Patri Assad – Bonito de ver, mesmo que de longe, o fortalecimento da comunidade na luta pela permanência em seu território tradicional, e à exigência de respeito com sua gente, sua cultura, instigada pela Associação de Mulheres do Porto do Capim. A beleza e a força da causa ficam mais evidentes ainda quando a gente vê também o fortalecimento do apoio que a comunidade tem recebido, de pessoas e instituições com um posicionamento sério, bonito e comprometido, como o Subindo a Ladeira, o Museu do Patrimônio Vivo, a ONG Porta do Sol - Projetos Culturais, o Centro de referência em Direitos humanos, e as tantas pessoas que ultrapassam o nome das instituições das quais fazem parte, e as que aparecem na comunidade pra conhecer um pouco melhor, pra dar um "salve" pra causa. Parabéns Porto do Capim, e principalmente à garra das mulheres da Associação, que está fazendo com que toda essa força aconteça.

Curtir · Responder · 11 de maio de 2015 às 21:45⁹²

Regina Nogueira – Parabenizo a garra dessas mulheres pela bonita festa que ocorreu no dia 09 de maio, que o pedido de compartilharmos essa luta seja realmente realizada. Só por meio do apoio das pessoas, instituições, coletivas culturais, fundações, vamos à luta.

Curtir · Responder · 20 de junho de 2015 às 23:43⁹³

Contando com a presença de diversos segmentos da sociedade civil, coletivos, instituições e indivíduos de diversas localidades da grande João Pessoa, o “Porto do Capim em

⁹² Disponível em: <<http://migre.me/wCzu8>>. Acesso em: 06 mai. 2017.

⁹³ Disponível em: <<http://migre.me/wCzu8>>. Acesso em: 06 mai. 2017.

Ação” mobilizou centenas de pessoas. Isso não somente no espaço físico, como também no Facebook.

Conforme cobertura realizada pelos moradores da comunidade e por parceiros comprometidos com a luta de resistência, acionando os seus dispositivos móveis, como celulares, câmeras digitais e outros equipamentos, e publicada no Facebook, na ocasião, instituições se posicionaram publicamente em favor da luta dos moradores do Porto do Capim.

Representando o programa de extensão da Universidade Federal da Paraíba “Abraça o Porto do Capim”, primeiro colocado em nível nacional no edital ProExt⁹⁴, do Ministério da Educação, Araci Almeida apresentou um manifesto (ver Anexo V) em que diversos especialistas se posicionaram favoráveis a um projeto mais participativo e que visasse a efetiva requalificação da área, rejeitando a ideia de remoção compulsória dos moradores, conforme podemos ver (fig. 42).



Figura 42 — Leitura do Manifesto do PROEXT/UFPB

Fonte: Print Screen da Fan Page do Porto do Capim, Irley David, mai. 2017.

Cumprir fazer um destaque acerca do projeto “Abraça o Porto do Capim”. O programa, que na época era coordenado pelas professoras da UFPB Elisabetta Romano e Régina Célia Gonçalves e integrado por docentes e estudantes de cursos de História, Geografia, Ciências Jurídicas, entre outros, desenvolveu um papel fundamental no fortalecimento das ações do movimento do Porto do Capim. O programa desenvolveu cinco projetos — Assistência técnica

⁹⁴ O Programa de Extensão Universitária (ProExt), criado em 2003 pelo Governo Federal, tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Disponível em: < <http://migre.me/wCAHn>>. Acesso em: 06 mai. 2017.

para melhoria da habitação, Assistência Jurídica, Educação Patrimonial e Ensino de História, Memória e Documentação e Requalificação Ambiental — junto à comunidade, orientados, de um modo geral, para o seu empoderamento e o encontro de soluções democráticas para resolver os problemas que a mesma enfrentava.

O ativista Gabriel Moura, membro do Conselho Estadual de Cultura, realizou a leitura da moção de apoio (fig. 43) à comunidade e o Centro de Referência em Direitos Humanos apresentou o Relatório de Violações aos Direitos Humanos encaminhado ao Ministério Público Federal (MPF) em fevereiro de 2015 (ver Anexo VI), em que o ente denuncia abusos e ilegalidades cometidos pela Prefeitura de João Pessoa e pelo IPHAN no processo de implantação do PAC-Cidades Históricas no Porto do Capim. Ação, que, inclusive, culminou na entrada do MPF.

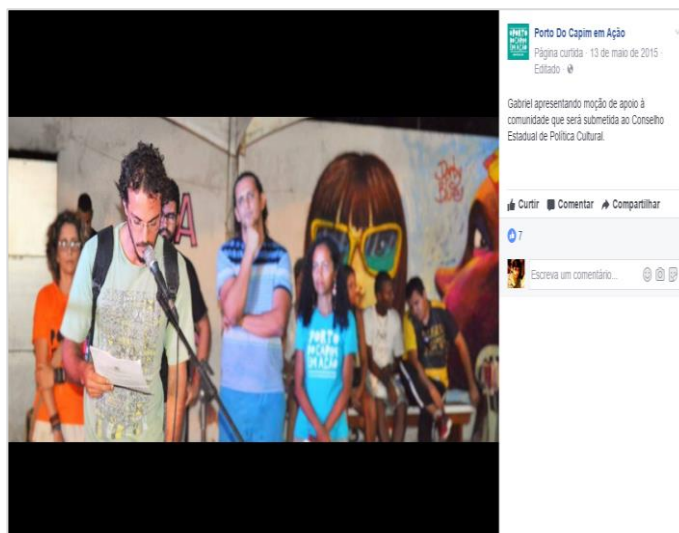


Figura 43 — Leitura de moção de apoio à comunidade por Gabriel Moura
Fonte: Print Screen da Fan Page do Porto do Capim, Irley David, mai. 2017.

A partir da entrada do MPF, especificamente da Procuradoria Regional dos Direitos dos Cidadãos da Paraíba, através do procurador José Godoy, que foi instaurado o processo colaborativo envolvendo diversos órgãos, como a Prefeitura Municipal de João Pessoa, o IPHAN, a Defensoria Pública, o Patrimônio da União e a comunidade, tecnicamente assessorada pela UFPB.

Após a entrada de tal órgão, um grupo de trabalho, sob a liderança do procurador José Godoy, foi criado com o objetivo de construir um projeto participativo que tivesse o consenso de todos e que fosse um que deixasse de ser uma ameaça para se tornar uma esperança para os moradores do Porto do Capim.

Tendo por título “Mosaico de Soluções”, o documento que contou com a colaboração

de professores da UFPB, colocou em discussão, junto ao GT, uma série de reflexões e propostas concatenadas com os anseios da comunidade.

O documento é fruto de uma série de oficinas que foram realizadas junto ao Porto do Capim, durante o ano de 2015, tais como “Mapas dos desejos”, “Mutirão do levantamento”, “Banho de realidade”, “Porto fala o Porto e o “Porto do que sonhamos.”

A construção participativa do projeto iniciou com o Mutirão de Levantamento, realizado na comunidade no dia 8 de maio de 2015, em que os próprios moradores registraram, com o auxílio da equipe técnica (do Abrace o Porto do Capim), não apenas as condições de suas casas, como também quantificaram os núcleos familiares onde residem. Dando continuidade ao processo participativo foi realizada, no dia 4 de julho, a segunda oficina, denominada Mapa dos Desejos, em que os moradores, cientes dos seus próprios direitos, puderam expressar livremente suas ideias, apontar as soluções, registrar seus pedidos. (ROMANO, GONÇALVES, CATARINO, SILVA E MORAES, 2015, p. 131-132)

O documento apresenta as questões sobre as quais é possível encontrar uma solução compartilhada e outros pontos sobre os quais a comunidade tem uma opinião contrária. (ROMANO, GONÇALVES, CATARINO, SILVA E MORAES, 2015). Para Rossana Holanda, presidente da Associação de Mulheres do Porto do Capim:

Esse documento de fato externalizou nossos desejos para que tenhamos um projeto que realmente requalifique nossa comunidade. Com a ajuda técnica da Universidade, a gente conseguiu materializar nossos anseios, porque até esse diálogo travado com a UFPB, a gente só sabia que não queria sair daqui.⁹⁵

O laudo antropológico em que o MPF reconhece a tradicionalidade do Porto do Capim, convém dizer, foi fundamental para garantir proteção jurídica à comunidade, dando-lhe o direito de permanecer no território e poder de decisão e veto com relação ao local.

De um modo geral, o documento traz propostas de construção e reformas de praças, instalação de um parque urbano e de centros comerciais para que a comunidade tenha oportunidade de obter renda. Além disso, propõe a urbanização de vias, como a Frei Vital, e a requalificação de casas e a realocação de outras. Assim, o impacto das mudanças é bem menor se comparado com o projeto dos anos de 1990.

No entanto, cumpre ressaltar, conforme a professora de Arquitetura da UFPB, Elisabetta Romano⁹⁶, cabe à comunidade o acompanhamento, o monitoramento e a solicitação dos ajustes necessários para que, de fato, o poder público honre com os seus compromissos e inove no que

⁹⁵ Jornal Contraponto, folha A-8, edição de 14 a 20 de outubro de 2016.

⁹⁶ Entrevista concedida pela professora de Arquitetura Elisabetta Romano ao jornal Extramuros. Edição de Julho de 2016.

diga respeito à construção de projetos de construção civil.

Em nome da Associação de Mulheres do Porto do Capim, Verônica Lima apresentou o texto do abaixo-assinado proposto pela comunidade, que está circulando na internet (<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR68817>).

Enquanto diversos documentos de apoio aos moradores foram expostos aos presentes, grafiteiros davam um novo rosto aos muros urbanos da comunidade (fig. 44), apoiando a luta através da arte de rua.



Figura 44 — Grafite nos muros do Porto do Capim

Fonte: Print Screen da Fan Page do Porto do Capim, Irley David, mai. 2017.

Em meio ao ato de resistência política, o Museu do Patrimônio Vivo (MPV) emitiu certidão (fig. 45) reconhecendo a área da comunidade do Porto do Capim como um território tradicional ribeirinho e recomendando aos governos municipal, estadual e federal a garantia da permanência da população que compõe a comunidade no local, bem como o compromisso com a salvaguarda das práticas tradicionais culturais e de seus modos de vida.



Figura 45 — MPV concedendo Certidão de Reconhecimento do território tradicional do Porto do Capim
Fonte: Print Screen da Fan Page do Porto do Capim, Irley David, mai. 2017.

Convém mencionar que o desacordo com o projeto de remoção dos moradores proposto pela prefeitura não se limita a instituições locais. Em julho de 2014, a Associação Brasileira de Antropologia emitiu nota de repúdio⁹⁷ contra o IPHAN, chamando atenção para a necessidade de reconhecimento pelo poder público das formas de apropriação dos espaços pela população local, considerando a intervenção limitada e elitista, sem consonância com a visão contemporânea das políticas públicas de gestão dos centros históricos.

Porto Do Capim em Ação - 23 de julho de 2014

Pedimos a atenção de todos para a NOTA DE REPÚDIO da Associação Brasileira de Antropologia ao projeto de "revitalização" da área da Comunidade Porto do Capim. Leiam, divulguem, compartilhem!⁹⁸

Enquanto o evento ocorria, os participantes puderam prestigiar a mariscada do Porto do Capim (prato tradicional da comunidade, vendido no Bar de seu Danda) e contemplar a beleza do rio Sanhauá e do verde que o cerca.

Além do Coletivo Grafiti Paraíba, o evento contou com a apresentação do projeto Subindo a Ladeira, Xote das Meninas, Grupo Raízes, DJ Kylt, a ciranda improvisada de Dona Maria, moradora da comunidade, conforme podemos visualizar (fig. 46), e terminou ao som do forró de Valentim, sanfoneiro do Porto do Capim.

⁹⁷ Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/.../NotaRepudio_Porto_Capim.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2017.

⁹⁸ Disponível em: <<http://migre.me/wCAVB>>. Acesso em: 07 mai. 2017.



Figura 46 — Dona Maria encantando com sua Ciranda
 Fonte: Print Screen da Fan Page do Porto do Capim, Irley David, mai. 2017.

Em diversos momentos, tanto presencial quanto em rede, a Associação Mulheres do Porto do Capim prestigiou os moradores da comunidade, deixando evidente a clara ligação que eles mantêm uns com os outros e estes com o local. Assim, moradores mais antigos foram homenageados, a exemplo de dona Hosana (fig. 47), moradora da comunidade há 60 anos, e Seu Pintinho (Edermilson Gomes) (fig. 48), que mora e criou seus filhos, netos e bisnetos no local.



Figura 47 — Hosana da Silva Lima sendo homenageada
 Fonte: Print Screen da Fan Page do Porto do Capim, Irley David, mai. 2017.



Figura 48: Seu Pintinho sendo homenageado

Fonte: Print Screen da Fan Page do Porto do Capim, Irlev David, mai. 2017.

São vidas que se enraizaram no lugar, concebendo nele significados próprios, íntimos ao seu cotidiano e as suas práticas de habitar o mundo. Além do “#OcupePortodoCapim” e o “Porto do Capim em Ação”, a mobilização da comunidade em rede tomou outras formas, mais sensíveis, lidando diretamente com as suas tradições.

3.1.2.3 Estratégias de enfrentamento

Para reafirmar a sua identidade, as suas tradições e seus valores culturais, os moradores se valeram do Facebook não só para agendar eventos pontuais, mas também para reforçar que, naquele lugar, existe cultura e que, portanto, com a remoção, as suas referências tradicionais poderão ser destruídas.

Dessa maneira, pode-se afirmar que encontraram em suas tradições um lugar de fala para resistir aos interesses do poder público e acionaram as redes como ferramentas para dar visibilidade a essa forma comunicativa de habitar e de se fazer existir, fortalecendo tanto o seu movimento de resistência em si como a sua identidade aliada à noção de território.

A procissão de Nossa Senhora da Conceição (fig. 49) é uma das tradições da comunidade e acontece há cerca de 25 anos. Foi Dona Penha, moradora da comunidade, que iniciou a prática, em razão de Nossa Senhora da Conceição ter atendido a um de seus pedidos. Assim, essa devoção se incorporou à comunidade, fazendo parte de sua história, cultura e tradição.

Nas palavras dos próprios moradores, publicado no Facebook em 2016, trata-se de “um caminho de fé e tradição”.⁹⁹



Figura 49 — Procissão de Nossa Senhora da Conceição
Fonte: Print Screen da Fan Page do Porto do Capim, Irley David, mai. 2017.

Desde que a página “Porto do Capim em Ação” foi criada, a Procissão ganhou projeção e um novo espaço para habitar, ultrapassando seu limite espacial, fazendo com que ela, a cada ano, passasse a ter um ambiente próprio, específico, no Facebook, a partir do acionamento do sistema de evento, para tratar não só da divulgação e (re) afirmação da tradicionalidade da comunidade, mas também para colocar em cena todo o processo de organização da procissão, de maneira que pudesse ser assimilado que em torno dessa atividade há todo um ritual, alimentado pelas práticas, hábitos e costumes dos moradores do Porto do Capim (fig. 50).

⁹⁹ Publicado em dez. de 2016. Disponível em: <<http://migre.me/wCBww>>. Acesso em: 08 mai. 2017.



Figura 50 — Organização da Procissão de Nossa Senhora da Conceição
Disponível em: <<http://migre.me/wCBww>>. Acesso em: 08 mai. 2017.

Com isso, eles ressaltam que a procissão mexe com a dinâmica cultural e comunitária da comunidade, incentivando o trabalho participativo e cooperativo, e enfatizam que são esses pequenos detalhes que fazem a comunidade constituir uma identidade.

Antes da procissão, os moradores se reúnem para dar um novo rosto às ruas do Porto do Capim. Elas são decoradas com bandeiras nas cores azul e branca, principalmente aquelas que fazem parte do trajeto da tradição. O trapiche, região de embarcação, também passa por reformas, recebendo uma nova pintura e balões nas cores azul e branca, cores que representam, simbolicamente, conforme Gonçalves (2014), Nossa Senhora da Conceição.

A Ilha da Santa, ponto final do ritual, também é preparada para as festividades. No período prévio ao evento, alguns pescadores se encarregam de cortar o capim, limpar o terreno e pendurar as bandeirinhas.

A celebração da procissão é feita pelos moradores das áreas ribeirinhas que frequentam a igreja de São Frei Pedro Gonçalves, que é conduzida pelo pároco e padre Alexandre. No dia da celebração, 8 de dezembro, os devotos se reúnem às sete da manhã em frente à Igreja e, na ocasião, é realizado um café da manhã coletivo, com diversas frutas, sucos, café, leite, pão e bolo, entre outras especiarias. Tanto os moradores como os visitantes participam do café social (fig. 51).



Figura 51 — Café coletivo na Procissão de Nossa Senhora da Conceição
Fonte: Print Screen da Fan Page do Porto do Capim, Irley David, mai. 2017.

Após o café coletivo, a imagem da Santa sai da igreja para seguir o percurso da procissão. O trajeto terrestre segue até o trapiche, onde a Santa é colocada num barco e é levada, pelo Sanhauá, até a Ilha Santa. No trajeto pelo rio, moradores, padres e outras pessoas da cidade acompanham em barcos e canoas a procissão até a Ilha (fig. 52).



Figura 52 — Trajeto da Procissão pelo rio Sanhauá até a Ilha Santa
Fonte: Print Screen da Fan Page do Porto do Capim, Irley David, mai. 2017.

Essa ação nas redes, além de representar um marco na história da cidade, surge como uma resposta política que busca, principalmente, desconstruir o discurso do poder público, quando afirma que aquele lugar se encontra “abandonado”, “degradado”, em “decadência”, como uma estratégia para deslegitimar o uso empreendido no local. Assim, os moradores

passam não somente a dar visibilidade ao processo de preparação, mas a todo trajeto da procissão, da parte terrestre até à fluvial.

Não só quem participa tem a oportunidade de conhecer e acompanhar o evento, mas também quem está conectado à página do Porto do Capim em Ação e à página específica que trata da tradição. Enquanto o ritual é realizado e publicizado na rede, hashtags, como #O_Porto_Vive_E_Resiste, #Tradição e #É_existência_com_Resistência, são indexadas nas publicações, de modo que fique claro que a procissão faz parte das tradições da comunidade e é também por ela que a resistência acontece.

Também é exibida nas redes sociais a festividade que tem por nome “Ala Ursa” (fig. 53), brincadeira típica que tem por objetivo resgatar as tradições míticas da comunidade no período carnavalesco, como o Pai do Manguê¹⁰⁰. Na ocasião, moradores tomam as ruas do Porto do Capim, uns ficando responsáveis pela orquestra carnavalesca, com batuque que anima toda a vizinhança, e outros se transformando em ursos, que saem andando pelas ruas, assustando uns e divertindo outros.



Figura 53 — Pai do Manguê da Comunidade Porto do Capim

Fonte: Print Screen da Fan Page do Porto do Capim, Irley David, mai. 2017.

Com tal ação, os moradores do Porto do Capim destacam as suas relações comunitárias e seus laços socioafetivos com o local, pois o Pai do Manguê é uma tradição que se fortaleceu ali, às margens do Rio Sanhauá, fazendo parte da experiência imaginária e popular da

¹⁰⁰ Para entender a influência do Pai do Manguê na formação da identidade da comunidade Porto do Capim, consultar estudo realizado por Araci Farias Silva e Patrícia Assad. Nele, as autoras estudam não só o fenômeno do Pai do Manguê, mas também a da Comadre Fulozinha na formação identitária desse povo. Disponível em: <<http://rei.biblioteca.ufpb.br:8080/jspui/handle/123456789/696>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

comunidade, graças ao conto lendário reproduzido de geração em geração. Constitui-se, portanto, como parte da história do Porto do Capim e um patrimônio imaterial que une pessoas e estimula sentimentos em relação ao lugar.

Aniely Pereira Fernandes – Isso sim é a minha comunidade que amo porto do capim nunca esqueço das minhas origens. Amo.

Curtir Mostrar mais reações

· Responder · 14 de fevereiro às 09:38101

Johatan Santos – Saudades de vocês, sinto muita falta de estar presente nessa comunidade.

Curtir Mostrar mais reações

· Responder · 14 de fevereiro às 17:44102

O Arraiá do Porto do Capim é também um dos eventos que reforçam os laços comunitários da comunidade, a sua história e suas práticas culturais.

O Arraiá do Porto do Capim, mais do que um festejo junino representa a vida e a tradição cultural da comunidade! É um evento de grande importância para os moradores, onde reunimos as nossas famílias nessa comemoração, que tem para nós o significado de vida e resistência. Existem vidas no Porto do Capim, existem as nossas tradições culturais. Convidamos a todos (as) para compartilharem deste momento! Tem muito forró de verdade, comidas típicas, apresentação da quadrilha junina infantil, do grupo Xote das Meninas, e muito, muito mais, numa festa de paz, amor, alegria! #ArraiaDoPorto: #Comunidade #Família #União #Tradição¹⁰³

O evento, que ocorre no mês de julho, conta com uma gama de atividades, que vão desde a apresentação de grupos, como o Xote das Meninas (fig. 54), e artistas da comunidade, passando pela realização de bazar, ofertas de comidas típicas e exibição de fotos e vídeos sobre o cotidiano dos moradores do Porto do Capim.

¹⁰¹ Disponível em: <<http://migre.me/wCBVB>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

¹⁰² Disponível em: <<http://migre.me/wCBVB>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

¹⁰³ Publicado em junho de 2015 no Facebook. Disponível em: <<http://migre.me/wCC1I>>. Acesso em: 10 mai. 2017.



Figura 54 — Apresentação do grupo “Xote das Meninas”
 Fonte: Print Screen da Fan Page do Porto do Capim, Irley David, mai. 2017.

Assim como a Procissão, o Arraiá do Porto do Capim dispõe de uma página (<https://www.facebook.com/events/302478813627049/>) no Facebook para reforçar a organização da comemoração e, de igual modo, o Natal Cultural do Porto do Capim (fig. 55), outro evento que é realizado pela comunidade no final do ano, em dezembro. Assim como as demais práticas culturais que fazem parte da história da comunidade, o Natal Cultural tem por objetivo acionar a resistência colocando em evidência o que o Porto do Capim tem de mais vivo, as suas tradições.



Figura 55 — Natal Cultural Porto do Capim
 Fonte: Print Screen da Fan Page do Porto do Capim, Irley David, mai. 2017.

O Natal Cultural objetiva reunir todos os moradores da comunidade para confraternizarem nas ruas o período natalino como uma grande família, fortalecendo suas relações e criando um espaço em que seja possível a troca de afetos e amizades. Para isso, conta com uma programação que dura seis dias.

Além dos eventos mencionados, no Porto do Capim ainda são realizados outros que representam as peculiaridades da comunidade, como o Raízes do Porto, que é apresentado pelos moradores como sendo um encontro cultural em comemoração ao nascimento da cidade de João Pessoa, o Porto, o local onde tudo começou. Todos eles são destacados nas redes e são compartilhados, conquistando apoio e participação social.

3.1.3 Grupo de mobilização

Os grupos no Facebook, assim como foram as comunidades no *Orkut*¹⁰⁴, são espaços que fornecem a possibilidade de pessoas trocarem ideias e conversarem sobre assuntos de interesse comum.

Na visão de Costa (2005), os grupos que hoje podemos criar são formas de comunidades virtuais de propagação de capital social e isso pôde ser visto de forma clara na experiência do Porto do Capim, que constituiu uma comunidade em torno de sua “causa”, rompendo o espaço-tempo e estabelecendo laços sociais de troca de ideias, ajuda e apoio. Quer dizer, não apenas na visão de Costa (2005), mas também na de Rheingold (1996), quando afirma que as comunidades online não são apenas espaços de troca de ideias, mas se constituem como um ambiente de alta potência para organizar e agenciar ações coletivas.

Hoje, é possível criar grupos para quaisquer fins, como reuniões de trabalho, de escola, faculdade, equipe esportiva, clube de livros, vendas de produtos, de jogadores de games, em suma, para uma infinidade de coisas. Basta acionar palavras-chaves e inserir na ferramenta de busca do Facebook para encontrar vários grupos, uns privados, outros públicos, versando sobre diversos temas.

Na sua criação, é permitido personalizar as configurações de privacidade de acordo com quem você deseja que participe e veja o grupo, além de ser possível carregar fotos, vídeos, arquivos, criar enquetes, documentos e eventos, estabelecendo-se, assim, como um espaço de diversas possibilidades interacionais.

¹⁰⁴ O Orkut foi uma rede social filiada ao Google, criada em 24 de janeiro de 2004 e desativada em 30 de setembro de 2014. O alvo inicial do Orkut era os Estados Unidos, mas a maioria dos usuários foram do Brasil e da Índia. No Brasil, a rede social teve mais de 30 milhões de usuários, mas foi ultrapassada pelo Facebook, maior rede social do mundo. Disponível em: <<http://migre.me/wCTgw>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

Nesse sentido, os grupos de Facebook no início deste século têm assumido uma posição central e fundamental nos processos de organização, articulação e operacionalização de movimentos e ações coletivas.

A inteligência coletiva (LÉVY, 2003) em rede, as afiliações individuais solidárias e as agregações de simpatias, decerto, são o motor propulsor dos movimentos sociais contemporâneos, mas são os recursos que o Facebook, assim como outras redes sociais, como YouTube, disponibiliza que tornam possível o engajamento de ações afirmativas, colaborando para a luta de uma sociedade menos desigual social, econômica e culturalmente.

Basta realizar uma rápida busca no Facebook para perceber os diferentes movimentos em ações coletivas, como a Marcha da Maconha¹⁰⁵, Marcha das Vadias¹⁰⁶, Ocupe Estelita¹⁰⁷, entre outros, todos se articulando a partir dos diversos recursos disponibilizados para lutar em favor de suas causas.

Nessa esteira, a comunidade Porto do Capim acionou o Grupo no Facebook Porto do Capim em Ação¹⁰⁸. O grupo foi criado em agosto de 2014 e reuniu cerca de quinhentos e cinquenta membros, pessoas de toda a João Pessoa, incluindo o autor deste trabalho, além de representantes de instituições como Coletivo Mundo, Centro de Referência em Direitos Humanos, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba, produtores culturais, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, etc.

Para ingressar no “Porto do Capim em Ação” foi necessário solicitar participação, uma vez que as suas configurações foram personalizadas para que ele se tornasse um grupo privado entre aqueles com interesse em acompanhar a luta da comunidade, assim como apoiar e contribuir com sugestões.

Dessa maneira, para se fazer presente, foi necessário que algum dos membros que fazem parte do grupo ou mesmo o moderador aceitasse a solicitação de participação, que aparece no início do referido espaço. O moderador é o membro responsável não só pela criação do grupo, mas também pela sua administração, podendo ele delegar esse papel a outros membros, criar normas de comportamentos, banir membros, censurar comunicações, etc. No caso do Porto do Capim, a figura do moderador praticamente não existiu.

Porto Do Capim atualizou a descrição.

17 de agosto de 2014

Grupo criado para facilitar a comunicação entre os parceiros e defensores da

¹⁰⁵ Disponível em: <<http://migre.me/wE6Vc>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

¹⁰⁶ Disponível em: <<http://migre.me/wE6ZY>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://migre.me/wE71a>>. Acesso em: 16 mai. 20017.

¹⁰⁸ Disponível em: <<http://migre.me/wE749>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

luta da comunidade Porto do Capim. Um espaço para deixar sugestões, recados, convites, agenda de reuniões e discussões acerca da causa.¹⁰⁹

De imediato, é possível verificar que todos os envolvidos diretamente na causa da comunidade se manifestaram em relação à criação do grupo, uns lançando sugestões, outros colocando-se à sua disposição e alertando-a sobre a necessidade de disponibilizar informações a respeito da programação dos eventos culturais, de modo que estes pudessem circular tanto nos espaços privados (grupo) quanto na página pública da comunidade (página Porto do Capim e páginas de eventos).

André Antério – Ótima idéia. Tamo junto. o/
18 de agosto de 2014 às 16:34 ·
Curtir

Rayan Lins – Perfeito, galera. Coletivo Mundo a disposição para o que precisarem!
20 de agosto de 2014 às 13:14 ·
Curtir

Hugo Belarmino 😊
22 de agosto de 2014 às 20:30 ·
Curtir

Pablo Honorato Nascimento – Boa ideia! Era bom que Rossana Holanda (moradora da comunidade) ou Valeska Asfora divulgassem a agenda de atividades programadas... serve pra quem quer participar poder se programar e também pra ajudar a memória.
22 de agosto de 2014 às 20:41 · *Editado* ·
Curtir

Hugo Belarmino – isso.
22 de agosto de 2014 às 21:03 ·
Curtir

Valeska Asfora – Leia aí, viu, Rossana Holanda? Divulgar a agenda. 😊
22 de agosto de 2014 às 23:35 ·
Curtir¹¹⁰

Ao contrário de muitos grupos no Facebook, que ativam o filtro do que vai ser ou não publicado, a partir da moderação do administrador, que funciona como uma espécie de gatekeeper¹¹¹, o Grupo Porto do Capim em Ação não ativou esse recurso, possibilitando,

¹⁰⁹ Disponível em: <<http://migre.me/wE74K>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

¹¹⁰ Disponível em: <<http://migre.me/wJh34>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

¹¹¹ A teoria do Gatekeeper surgiu nos anos 50, nos Estados Unidos, em referência ao jornalismo e ao seu poder. O conceito de Gatekeeper tem relação com o processo de produção de informação e o processo de escolha, no qual o fluxo de notícias tem que passar por diversos "gates" (portões) até a sua publicação. Disponível em: <<http://migre.me/wE7K2>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

portanto, que todos os membros pudessem emitir textos, assim como arquivar imagens, vídeos e documentos.

Isso, por um lado, colaborou para que os membros tivessem autonomia para publicar sugestões e comunicações relacionadas à causa do Porto do Capim sem submeter ao processo de filtragem, porém, por outro, permitiu que alguns membros, ao publicarem comunicações de cunho diverso, fugissem do objetivo principal que fundou o grupo.

Assim, encontrou-se nesse ambiente publicações com teor diverso, umas relacionadas diretamente à luta da comunidade, como estudos sobre a proteção ao meio ambiente, direito ao território, lutas similares engajadas por outros grupos sociais, formas de ocupação de espaço social e de fortalecimento de identidade, notícias da imprensa relacionada à comunidade e revitalizações ocorridas em cidades europeias como ponto de partida para a reflexão, já outras, pouco tinha relação com sua luta, como a venda de produtos, ofertas de cursos de vendas, etc. Isso implica afirmar que o recurso de “filtro” de informação proporcionado pelo grupo no Facebook é, em se tratando de um ato organizado, necessário, pois contribui para que todos os membros focalizem suas comunicações em prol daquilo que se luta, apoia.

Entre agosto de 2014 e maio de 2017 foram computadas mais de quinhentas postagens, a maioria delas relacionadas à fase de pensar e discutir ações coletivas que pudessem contribuir para a luta dos ribeirinhos, estimuladas tanto pelos moradores como pelos membros parceiros, a exemplo da comunicação logo abaixo, publicada no grupo em setembro de 2014.

Rayan Lins

ATO NA APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Pessoal, vamos puxar um ato para a quinta (4) [de setembro] durante a apresentação do projeto pela prefeitura? Já temos um release pronto para enviar para imprensa, pensamos em fazer cartazes e mobilizar os interessados nas redes sociais. O que acham? Vamos em frente? Chamar atenção da população e da mídia, tentar levá-los até essa apresentação para verem nosso ato?? Aguardo posicionamento de todos para saber se seguimos em frente!¹¹²

Vamos dar o pulo do gato, minha gente! Vamos divulga que estaremos lá à noite, mas vamos é onde a mídia vai estar: na coletiva de imprensa! É muito mais visibilidade para a causa e para o outro lado da moeda! Com certeza nem metade irá à noite, que será apenas para a população, não mais para a imprensa. O que acham? Concordam em nos articularmos internamente para ir à coletiva de imprensa e não na apresentação à noite??¹¹³

¹¹² Disponível em: <<http://migre.me/wCWP9>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

¹¹³ Disponível em: <<http://migre.me/wE9oA>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

Em resposta à Rayan Lins, ex-membro do Coletivo Mundo, na mesma publicação.

Giuliano Barreto – Com certeza vamos sim, precisamos trazer a imprensa para o nosso lado e se preciso for acho até que devemos pensar em uma ação judicial.

Valeska Asfora – Eu acho uma boa ideia, e necessária, e vocês são bons nisso. Desde já minha opinião é que se deixe essa parte de cartazes, mobilização nas redes, com vocês. Embora saiba que teremos pouquíssimo tempo, né? [...] na minha opinião deveriam ser ações: ato público, ocupação no Sesi, mobilização nas redes, etc... Também estou preocupada com o pouco tempo, mas penso que estamos todos conscientes da causa e prontos para agir.¹¹⁴

Munidos, cada qual, de seus dispositivos móveis e de seus *desktops*, conectados à internet e ao grupo, estratégias eram formuladas e se tornavam reais tanto nas redes quanto nas ruas.

A possibilidade de reagir às publicações, sejam pelos comentários, curtidas ou compartilhamentos, tornou possível a formação de redes de colaboração (PRETTO e SILVERA, 2008) e informação e foram a partir dessas formas de participação que o sucesso do agendamento afirmativo pôde acontecer, mesmo o evento programado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa sendo cancelado, em razão da distribuição à imprensa de nota informativa sobre o protesto agendado e posterior divulgação pelo Jornal da Paraíba¹¹⁵, conforme membros do grupo.

Luiza Areas – Pessoal, falamos agora com Carol Queiroz, assessora de Rômulo Polari da SEPLAN, e nos foi informado que os dois eventos de amanhã (a coletiva de imprensa pela manhã e a apresentação pública do projeto à noite no SESI) foram CANCELADOS! Alegaram que ainda precisam fazer alguns reajustes no projeto, sem data prevista para nova apresentação. Será que essa nota que saiu hoje no Jornal da Paraíba teve influência? (Resultado do release enviado para imprensa) 3 de setembro de 2014¹¹⁶

Os encontros pessoais para deliberar sobre possíveis formas de mobilização entre os representantes da comunidade e as correlações de forças colaborativas que antes ocorriam em espaços físicos, como no bar da Penha, com o grupo, eles passaram a ocorrer no ambiente virtual, possibilitando que aqueles que não puderam comparecer às reuniões tomassem ciência do andamento do que foi acordado, das discussões, das sugestões, em suma, de tudo aquilo que

¹¹⁴ Disponível em: <<http://migre.me/wCWP9>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

¹¹⁵ Release enviado à imprensa. Disponível em: <<http://migre.me/wE9IK>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

¹¹⁶ Disponível em: <<http://migre.me/wCWP9>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

teve relação com a pauta da comunidade.

Isso se deve ao fato de que tudo que é publicado na rede, caso não seja editado, apagado ou haja restrição de privacidade, deixa rastros que permitem ao nosso campo de visão conferir tudo, até mesmo as publicações que sofreram alterações, conforme Amaral, Viana e Natal (2008).

Diversas reuniões, convocações e informes foram agendados no grupo pelos moradores, a exemplo da apresentada logo abaixo, de modo que todos os membros pudessem acompanhar e se manifestar, sugerindo, apoiando ou assumindo o compromisso de colaborar com a luta da comunidade, fortalecendo assim o seu capital social.

Rossana Holanda

28 de agosto de 2014

Pessoal!

Representando a Associação de Mulheres do Porto do Capim comunico que, devido aos recentes acontecimentos por parte da PMJP sobre a apresentação dos Projetos de implantação do PAC das Cidades Históricas e sobre as recentes reuniões que tivemos com a SEMHAB decidimos que chegou a hora de fazer o Nosso Barulho e decidimos o seguinte:

1. Durante os últimos meses fizemos reuniões de formação da nossa Associação e hoje somos uma entidade organizada com direito a voz, o que era fundamental para a luta da comunidade. Também realizamos reuniões e conversas com os moradores para tentar conscientizar a todos da situação. Nesta semana vamos realizar uma reunião só de moradores para dar as informações mais recentes e convocar todos para uma manifestação.

2. Estamos convidando todos os movimentos, instituições e pessoas que estão com a gente nesta luta para no dia 02/09 (Terça Feira) às 19h no Centro Comunitário com o objetivo de: Informar os acontecimentos e mobilizar o máximo de pessoas para fazer a Manifestação contra a forma que a PMJP e outras Instituições como SPU e IPHAN vem conduzindo o processo desse projeto. Queremos junto com vocês decidir o que vamos fazer de Movimento Contra a Remoção da Comunidade.

Peço que sinalize as Instituições, Movimentos, Coletivos e Pessoas que tenham o interesse de somar. Peço a colaboração para divulgar esse convite, pois infelizmente não tenho muito tempo para acessar as redes devido as minhas atividades que não permite tempo para me dedicar a esta convocação que é urgente.

Vamos à luta!¹¹⁷

A comunidade em rede foi se fortalecendo e atraindo a solidariedade de diversos entes, que passaram não só a se mobilizar junto com ela, conforme os discursos logo abaixo, mas também utilizaram o grupo para promover uma conscientização em relação aos seus direitos de ficar no lugar, com a disponibilização de documentos que estimularam a reflexão sobre o direito à cidade, ao território e o de ter os seus valores culturais respeitados e reconhecidos perante o

¹¹⁷ Disponível em: <<http://migre.me/wCWP9>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

poder público.

No caso do protesto agendado pela moradora e representante da comunidade, Rossana Holanda, é notável a participação dos membros e parceiros, inclusive, com possíveis reuniões de ações afirmativas.

Rayan Lins – Coletivo Mundo presente!
28 de agosto de 2014 às 16:45

Pablo Honorato Nascimento – Coletivo Jaraguá, CRDH/UFPB e Museu do Patrimônio Vivo presentes!
28 de agosto de 2014 às 16:47

Regina Celia Gonçalves – Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra e Probex-UFPB presentes!
28 de agosto de 2014 às 16:48

Giuliano Barreto Giuliano Barreto – presente.
28 de agosto de 2014 às 16:49

Emanuel Braga – Dia 2 estarei com vocês.
28 de agosto de 2014 às 17:44

Yna Martins – Sim, VAMOS FAZER BARULHO!
28 de agosto de 2014 às 17:50

Regina Nogueira – Estaremos aí.
29 de agosto de 2014 às 19:25

Nai Gomes – Estarei junto fazendo barulho também.
31 de agosto de 2014 às 21:20 ¹¹⁸

Mesmo a Prefeitura Municipal de João Pessoa resistindo aos interesses dos moradores do Porto do Capim, a comunidade não se calou e, em setembro de 2014, se reuniu, junto com todos os entes e cidadãos pessoenses que se comprometeram com sua luta, registrando presença no grupo, para realizar um protesto nas ruas de João Pessoa contra o Projeto de Revitalização (fig. 56). O protesto conseguiu chamar a atenção da imprensa, conquistando parte de seus objetivos em relação à visibilidade da luta, como o Portal Correio¹¹⁹, Programa de TV Bom Dia PB¹²⁰ e Portal G1¹²¹.

¹¹⁸ Disponível em: <<http://migre.me/wCWP9>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

¹¹⁹ Disponível em: <<http://migre.me/wCZem>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

¹²⁰ Disponível em: <<http://migre.me/wCZjO>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

¹²¹ Disponível em: <<http://migre.me/wCZrY>>. Acesso em: 16 mai. 2017.



Figura 56 — Protesto Porto do Capim

Fonte: Disponível em: <<http://migre.me/wCYPZP>> Acesso em: 16 mai. 2017.

A comunidade saiu em direção ao Terminal de Integração de João Pessoa, onde conseguiu parar o trânsito por mais de duas horas e apresentar suas pautas à população pessoense. O movimento contou com a participação de crianças e idosos, demonstrando que a luta não pertence somente a uma parcela do Porto do Capim, em especial aos mais jovens, mas é fruto das diversas gerações que compõem e formam a comunidade.

A cada ação empreendida nas redes e nas ruas, as avaliações eram realizadas e publicadas no grupo, permitindo assim que os erros ocorridos pudessem ser conhecidos e tomados como reflexão para não os cometer mais.

Rossana Holanda

10 de setembro de 2014 · João Pessoa

Pessoal!

Tivemos reunião segunda dia 08/09 para avaliar as ações da semana passada
Avaliação feita pela Associação Mulheres do Porto do Capim em Ação e pelo Centro de Referência em Direitos Humanos representado por Hugo Belarmino
A) Sempre pensar e planejar muito bem as ações prévias desses atos (reuniões, publicações entre outros) para que não haja vazamento e consequentemente desmobilização.

B) Sempre estarmos acompanhados por um dos advogados, para um caso de necessidade.

C) Usar com inteligência os espaços na mídia. E sempre fazer gravações paralelas. Entre os demais pontos, avaliamos que foi uma semana produtiva de ações que vieram para somar ainda mais com a luta.¹²²

Sistematicamente, as ações do Porto do Capim foram engajadas não só em sua página

¹²² Disponível em: <<http://migre.me/wEbet>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

no Facebook ou nas diversas páginas criadas a partir do acionamento de eventos, mas também em seu grupo, consistindo em uma articulação de mobilização estratégica, a partir do esgotamento do uso dos recursos disponíveis no Facebook.

Vale mencionar que o Grupo foi utilizado para agenciar outras estratégias de resistência e para discutir várias possíveis ações coletivas em prol da comunidade, sempre de modo coletivo e democrático entre todos os envolvidos na luta.

Em suma, enquanto a página assumia a função de propagar a causa do movimento com maior potência, convidando a sociedade hiperconectada a aderir, e as páginas dos eventos acionavam uma nova forma de organização de mobilização social, que partia das redes para as ruas, o grupo cumpria a missão de fomentar a discussão, a fase de pensar as ações de resistência, funcionando como espaço de reflexão, reuniões, agendamentos, críticas e reorganização.

3.2 YouTube

O YouTube consiste numa rede social que permite aos seus usuários carregarem e compartilharem vídeos em formato digital. A plataforma foi fundada em 2005 e, desde então, tem se tornado uma das principais ferramentas no que diz respeito à difusão de ideias, propagandas, filmes, webséries, programas de entretenimento, político, em suma, tem sido utilizada para diversos fins, inclusive para fabricar famosos da internet.

Trata-se de um fenômeno recente que tem atraído a atenção de diversos usuários que se utilizam do espaço para virar youtuber, figura que se vale do entretenimento para chamar a atenção de outros usuários para se inscreverem em seu canal e, ao mesmo tempo, gerar renda, seja através do Google AdSense¹²³, seja através de publicidade e anúncios de marcas e empresas.

Ainda que estas sejam proeminentemente algumas de suas principais usabilidades, a plataforma também tem se tornado uma ferramenta de relevante contribuição para a difusão e agenciamento de ações afirmativas.

Diversos protestos se valeram não só do YouTube, mas também de outros espaços de comunicação distribuída, para organizar, comunicar e sensibilizar a população sobre os problemas que lhes acometeram em determinados momentos da história. Exemplo marcante, a nível global, foi a Primavera Árabe, do qual já comentamos.

Assim como em diversos movimentos sociais, a exemplo do citado acima, o YouTube também fez parte da experiência de enfrentamento e mobilização da comunidade Porto do

¹²³ O Google AdSense é uma forma gratuita e simples de ganhar dinheiro veiculando anúncios em seu website. Disponível em: <<https://www.google.com.br/adsense/start/>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

Capim. Convém mencionar, a princípio, que o canal no YouTube foi criado em setembro de 2014, mas somente lançado em novembro de 2015, conforme moradores do Porto do Capim.

Porto Do Capim em Ação
11 de novembro de 2015 ·
Olá, Pessoal.
Pensando em facilitar as pesquisas por vídeos que abordam assuntos que falam da nossa comunidade Porto do Capim,
O Porto do Capim em Ação lança hoje, o seu canal no YouTube.
Agradecemos.
E para acompanhar os nossos vídeos é só clicar no link abaixo e se inscrever no nosso canal.
Em breve, novos vídeos.¹²⁴

Vale ressaltar que os vídeos publicados no YouTube foram produzidos tanto pelos coletivos e grupos de apoio à comunidade assim como por ela mesma. No caso dos grupos, a ação é saldo da mobilização da comunidade na rede e nas ruas, o que despertou programas televisivos tanto vinculados aos meios de comunicação vertical quanto aos espaços de comunicação horizontal.

Outro fato importante é que as ações em rede foram empreendidas de forma articulada, isto é, produzida para o YouTube, mas compartilhada no Facebook, formando circuitos de resistência agregados em diversos espaços, o que significa afirmar que os produtos criados transitaram em outras redes de conexão. Eis aí uma das vantagens da rede, possibilitar o agregamento de sites de redes sociais a partir de recursos como compartilhar, presente nos próprios sites e possível o compartilhamento para uma outra rede. Exemplo: compartilhar do YouTube para o Facebook.

Ao longo do processo de luta da comunidade, mais de quatorze vídeos foram publicados no YouTube.

Alguns deles relacionados às entrevistas concedidas por Rossana Holanda, presidente da Associação Mulheres do Porto do Capim, a mídias alternativas como o PósTV e Pé na Rua¹²⁵. Ao contrário da imprensa tradicional, o PósTV e o Pé na Rua deram vozes aos ribeirinhos, proporcionando a estes um espaço para debater e discutir os rumos do Porto do Capim, assim como para denunciar o Projeto de Revitalização e o impacto que este, caso executado, poderá causar aos seus valores tradicionais.

¹²⁴ Disponível em: <<http://migre.me/wFF7u>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

¹²⁵ Conforme o que consta em seu canal no YouTube, trata-se de um programa sobre as pessoas e para as pessoas, realizado pela Ateliê Produções e que vai ao ar aos domingos, às 20h, pela TVU (canal 11 no Recife) e às quartas, às 18h30, pela TV Pernambuco (46 no Recife, 12 em Caruaru, 13 em Petrolina, 11 em Fernando de Noronha). Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/penaruape/about>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

Já outros, relacionados aos “avanços” proporcionados pela luta da comunidade, a exemplo do vídeo¹²⁶ que retrata a Sessão Especial ocorrida na Câmara dos Vereadores de João Pessoa em abril de 2013 para discutir junto à comunidade a requalificação do Porto do Capim. Ainda que este “debate” tenha ocorrido, ele não promoveu grandes mudanças no que diz respeito ao atendimento dos anseios dos moradores em permanecer no lugar.

3.2.1 Memórias ribeirinhas

É fato que as entrevistas concedidas pela representante da comunidade, assim como a ação ocorrida na Câmara dos Vereadores, contribuíram para dar certa visibilidade à luta da comunidade no YouTube e projetar o seu lugar de fala. No entanto, pode-se afirmar que as ações mais importantes nesta plataforma vão ocorrer, de fato, quando ela passa a funcionar como um museu digital que retrata as memórias dos ribeirinhos¹²⁷.

A partir dela, as memórias dos moradores do Porto do Capim ganharam sentidos e passaram a se tornar visíveis. Nesse jogo, o oculto se tornou aparente e acionou um discurso de mundo, relacionado ao Porto do Capim, conjugando sensibilidade, inteligência, criatividade, resistência e enfrentamento.

As vozes romperam o silêncio e explicitaram a ligação histórica e a relação afetiva com o lugar, cada qual expressando o seu universo e instaurando elos de significação e experiência, que agora ganhava o mundo, através da conexão, princípio defendido por Lemos e Lévy (2010), no qual expressa a relação entre emissão e projeção.

Existe um lugar em João Pessoa onde o quintal de casa é um rio, o apito de um trem faz parte do dia-a-dia e onde, de tempos em tempos, as pessoas se arrumam, se enfeitam e fazem ensaios para os festejos em homenagem aos santos juninos. Existe um bairro na nossa querida cidade onde os vizinhos põem cadeiras na calçada nos fins de tarde e falam da vida alheia, dos namoros que começaram ou terminaram, dos sonhos para o futuro dos filhos e sobre o último capítulo da novela das sete. No passado remoto e no presente sofrido, poucas áreas de João Pessoa concentram em um mesmo espaço tanta vida, tanta história e diversidade cultural como o Porto do Capim. Com sua convivência diária junto do rio, suas lorotas de pescador, seus pastores evangélicos de voz forte e Bíblia na mão, seu artesanato de biscuit, seu comércio miúdo, de dose de cachaça, de quilo de arroz, de saco de pão, o cotidiano desses moradores oferece, sem exigir nada em troca, mais beleza à

¹²⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=riPcx8KFlnQ>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

¹²⁷ Dos 14 vídeos publicados, três foram sobre as raízes e memórias do Porto do Capim. Por considerar que dois deles abordam praticamente os mesmos moradores, realizando entrevistas, iremos apresentar apenas dois vídeos, sendo um deles chamado Memórias Ribeirinhas, produzido pelo IPHAN da Paraíba em parceria com a comunidade, e o outro chamado “Porto do Capim em Ação”, produzido pelos moradores da comunidade a partir da utilização de celulares com câmeras. Convém, porém, esclarecer que o projeto “Memórias Ribeirinhas” apresenta a complexidade das tensões e conflitos internos no IPHAN da Paraíba, onde há grupos que divergem em relação à permanência da comunidade no lugar por ela ocupado.

paisagem do Centro Histórico da capital paraibana, tombado em 2007 como Patrimônio Cultural do Brasil. Memórias Ribeirinhas, trabalho realizado pela Casa do Patrimônio de João Pessoa, vem ao grande público mostrar um pouco da história desse povo que há mais de setenta anos nos ensina a viver dignamente diante de condições adversas e que, entre memórias e sorrisos, nos traz mais este belo presente. (BRAGA E MORAES, 2016, p. 21)

Conforme Braga e Moraes (2016), é assim que o trabalho Memórias Ribeirinhas traduz um pouco do cotidiano dos ribeirinhos. Na fala mansa dos moradores do Porto do Capim são abertas frestas entre os tempos e as gerações, que requerem do observador em rede uma interpretação sistemática que automaticamente o conduza às transformações sociais e paisagísticas que ocorreram naquele espaço. A memória é utilizada como mediação entre os diversos contextos históricos que se configuraram naquele local e como processo básico de comunicação que realça a forte relação entre o autor e o lugar.

Envolvidos por composições musicais que convocam imagens sonoras, transportando-nos para espaços imagéticos que retratam as tradicionalidades de um povo, suas histórias e suas festas, os moradores potencializaram os seus lugares de fala, reivindicando as suas memórias fotográficas, criando e nutrindo novas formas de resistências e fazendo de trilhas sonoras, incorporadas à produção de vídeos, suas maiores forças de expressão e de luta.

Na nova terra
 Novos povos, novas línguas,
 Pelourinho, dor, à mingua,
 Nunca mais pude voltar.
 E mesmo escravo
 Nas caldeiras das usinas,
 Nas senzalas e nas minas
 Nova raça fiz brotar.
 Hoje essa terra
 Tem meu cheiro, minha dor,
 O meu sangue, meu tambor,
 Minha saga para lembrar.¹²⁸

Como numa reunião entre os moradores nas calçadas das ruas do Porto do Capim, as falas foram acionadas e se encontraram, formando vozes que, juntas, ecoaram para fortalecer o mesmo objetivo. Foi Dona Biana, moradora da comunidade, uma das primeiras a comentar sobre a sua relação com o local.

Emergida em um universo bastante peculiar, sentada em uma cadeira de balanço

¹²⁸ Trecho da trilha sonora incorporada ao vídeo publicado no YouTube que aborda as memórias dos moradores do Porto do Capim. A composição é de autoria de Antônio Nóbrega. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=QKJDuqSyH-M>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

próxima ao mangue e de costas para o rio Sanhauá, Biana lembra com detalhes as suas primeiras experiências no Porto do Capim, relatando a sua chegada ao local e destacando como era a sua paisagem na época. “Quando eu cheguei aqui, os pescadores sempre atracavam aqui no Porto do Capim, no trapiche que tem aqui, que é ali na entrada perto da casa de Lima. Aí tinha de tudo, de tudo que você queria, jerimum, quiabo, tudo tinha, manga, siri. Hoje não tem mais nada disso”.¹²⁹

Em seguida, Giuliano convoca as suas lembranças e enfatiza ser morador do Porto do Capim desde que nasceu e que a sua família foi constituída ali, naquele espaço, coberto por muito verde, margeado por um belo rio e formado por um povo trabalhador, o qual moradores como Dona Penha, reconhece não como povo, mas como uma grande família que foi constituída aos poucos, e entre eles, à medida que o local era preenchido por outros moradores ao longo dos anos.

Para Giuliano, toda a sua existência está vinculada diretamente ao território do Porto do Capim, às suas vielas e ao rio.

A minha infância aqui foi muito boa. Eu tenho ótimas recordações. Tenho dois amigos até hoje que são os mesmos, sabe. Eu brincava muito aqui, corria pela rua, jogava bola na rua. Assim, graças a Deus, aqui sempre foi muito livre. Eu sempre me senti muito livre. [...] O rio é maravilhoso. É uma coisa que é nossa. As paredes se acabam, as paredes mudam, mas o rio não, o rio sempre vai existir, sempre vai ter esse rio. O importante para a gente. Que pena que nem todo mundo sabe disso, não tem noção do quanto esse rio é importante para a gente.¹³⁰

Dona Ivanildes é também uma das moradoras que não economizou palavras para expressar a sua história com o local. Em seu discurso, é possível perceber o seu forte vínculo com a região e assimilar que a sua história de vida naquele espaço é fruto de muita luta e diversas tentativas de se firmar e construir uma moradia que pudesse, na época, prover a necessidade básica de sua família em ter, ao menos, um teto para se proteger.

Tinha um bocado de tijolo, telha, terreno, bem alto ali, aí minha mãe chegou pedindo ao seu Francisco Guimarães, que era o dono daqui, sabe, ele pagava a capitania, aí ele tinha direito. Ele chegou, aí minha mãe pediu a ele. Como ele gostava muito da minha mãe, aí ele fez aí um ranchinho para você. Como muita gente estava fazendo casa, aí chegou o filho do velho para desmanchar as casas. Aí botaram as casas a baixo. Minha mãe conhecia um

¹²⁹ Transcrição da fala de Dona Biana (0:44/1:14) no vídeo Memórias do Porto do Capim. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QKJDuqSyH-M>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

¹³⁰ Transcrição da fala de Giuliano (4:04/4:31 – 5:59/6:22) no vídeo Memórias do Porto do Capim. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QKJDuqSyH-M>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

moço que era lá da capitania, Valdir, aí minha mãe chegou lá onde estava ele, minha mãe e o vizinho. Chegaram lá e Valdir disse assim, tu trazes a planta de lá e uma foto. Aí minha mãe foi, mediu o terreno dela, o vizinho também, bateram foto e levaram. Quando eles chegaram lá que ele olhou, ele disse vá, entregou uma ordem a minha mãe e ao vizinho, e faça a casa de vocês. Quando chegarem lá para colocar a casa abaixo, vocês apresentam a ordem. Aí ela chegou, foi falar com os meus primos e eles tiraram muitas folhas de coqueiro, muitas folhas de coqueiro mesmo, aí botaram em um barco. Aí quando chegaram aqui à noite, a minha mãe, e a gente mesmo, quebramos as telhas e rapamos as palhas, aí levantamos a casa todinha e tapamos e cobrimos com palha e a gente foi para dentro da casa. (Dona Ivanildes, moradora da Comunidade Porto do Capim)¹³¹

Numa relação que se pode chamar de íntima, Ivanildes não consegue esconder a importância que o rio representa na vida dos moradores. “É o que sustenta nós, né, é de onde a gente tira o sustento”¹³², afirma ela.

O rio, além de se incorporar às tradições do Porto do Capim, fazendo parte de suas principais festividades, é o manancial de onde eles tiram a sua subsistência econômica e familiar. Seu Costa, pescador e um dos moradores mais antigos do Porto do Capim, não esconde a sua forte relação com o rio quando afirma “eu pesco todos os dias, a geladeira está cheinha de peixe”¹³³, em resposta a entrevistadora que pergunta se ele ainda possuía o hábito da pesca, em razão de sua idade avançada.

A lenda do Pai do Mangue também faz parte das memórias ribeirinhas e é resgatada a partir das lembranças de Dona Arlete. Segundo a moradora, a história surgiu a partir de uma experiência em que um dos moradores “saiu de três horas da manhã para a maré, aí lá ele viu o pai do mangue”¹³⁴. Complementa ela, “aí ele saiu doido, saiu doido de dentro da maré. Ele disse que era um menino de tamanho médio. Aí ele disse que deu uma foiçada no menino”¹³⁵.

Engana-se quem pensa que a lenda do Pai do Mangue se limita apenas ao conto que circula de boca em boca na comunidade. A lenda produziu costumes e regras, impondo uma nova forma de viver e de se relacionar com o rio e com o mangue.

E outra coisa, quando a pessoa está dentro da maré, não pode chamar nome,

¹³¹ Transcrição da fala de Dona Ivanildes (1:37/3:11) no vídeo Memórias do Porto do Capim. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QKJDuqSyH-M>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

¹³² Transcrição da fala de Dona Ivanildes (6:23/6:27) no vídeo Memórias do Porto do Capim. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QKJDuqSyH-M>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

¹³³ Transcrição da fala de Seu Costa (6:36/6:41) no vídeo Memórias do Porto do Capim. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QKJDuqSyH-M>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

¹³⁴ Transcrição da fala de Dona Arlete (7:22/7:29) no vídeo Memórias do Porto do Capim. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QKJDuqSyH-M>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

¹³⁵ Transcrição da fala de Dona Arlete (7:22/7:29) no vídeo Memórias do Porto do Capim. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QKJDuqSyH-M>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

se estiver carregado não pode entrar dentro da maré (não tem a mulher no tempo, no tempo menstrual, não pode entrar dentro da maré). Lá se perde e lá a maré se fecha se você chamar nome, se você estiver com o corpo aberto (menstruada). Você pode estar pertinho de casa, entrou dentro da maré você se perdeu, você não sabe nem como voltar mais. Com todo mundo é assim.¹³⁶

Questionados sobre a possível ameaça de remoção que ronda a comunidade, os moradores mais antigos do Porto do Capim não conseguiram ocultar a sua insatisfação e seu descontentamento. “Eu fiz isso aqui com o meu suor, não aproveitei de nada de ninguém, me apossei daquilo que era meu, e essa casa é minha. E para fazer aqui, eu fui lá na prefeitura”,¹³⁷ afirma Seu Alagoas, complementando que se tirarem eles daquele lugar, vão fazer uma grande covardia. No mesmo sentido, Ivanildes é firme ao afirmar que eles vivem num lugar que, para ela, é maravilhoso, portanto, expressando não querer sair do local.

Nós aqui moramos no céu. Porque aqui não vemos essa coisa de ladrão, de drogas, de matança, ninguém vê nada disso. Aqui é um lugar santo para todo mundo morar. Eu só penso nesse negócio de sair daqui, só é o que eu penso, que tão com um negócio de um projeto que é para tirar todo mundo do Porto do Capim. Mas eu já estou pensando, meu Deus, eu vou morar em um canto tão longe, para vir de um canto tão longe, mas eu não deixarei de pescar. Eu não deixo de pescar. Eu só deixo de pescar um dia quando eu morrer.¹³⁸

Seu Cosminho, pescador e produtor de rede de pesca, também não conseguiu disfarçar a sua preocupação. “Eu moro muito perto da maré, eu vivo da pescaria, e quem vive da pescaria tem que morar perto da maré. Se colocarem a gente nesses lugares distantes, como eu vou saber se a maré está boa ou não para a pesca? Eu gosto de morar aqui, eu gosto mais daqui, né”¹³⁹, afirma ele.

Para seu Izidro, a remoção não vai apenas afetar a sua cultura, seu vínculo com o rio e com o chão, mas, como ele mesmo diz, “vai ser mesmo que uma morte minha, sabe porque, porque a minha vida está todinha aqui, desde quatorze anos que vivo aqui, desde garoto, e agora querem me tirar daqui. Aqui, se for possível, a gente dorme com a porta aberta”, afirma.¹⁴⁰

¹³⁶ Transcrição da fala de Dona Arlete (7:30/8:00) no vídeo Memórias do Porto do Capim. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QKJDuqSyH-M>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

¹³⁷ Transcrição da fala de Seu Alagoas (8:09/8:30) no vídeo Memórias do Porto do Capim. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QKJDuqSyH-M>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

¹³⁸ Transcrição da fala de Dona Ivanildes (8:33/8:56) no vídeo Memórias do Porto do Capim. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QKJDuqSyH-M>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

¹³⁹ Transcrição da fala de Seu Cosminho (9:03/9:28) no vídeo Memórias do Porto do Capim. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QKJDuqSyH-M>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

¹⁴⁰ Transcrição da fala de Seu Izidro (9:33/9:42) no vídeo Memórias do Porto do Capim. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QKJDuqSyH-M>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

Cada memória apresentada no trabalho audiovisual “Memórias Ribeirinhas”, de duração aproximada de 12 minutos, traz a narrativa histórica e as relações sociais e culturais dos moradores do Porto do Capim, contribuindo para desenhar um espaço de resistência e de articulação política.

As memórias, nesse caso, colaboraram de maneira positiva para enfrentar os conflitos político-econômicos instaurados pelo poder público e, conjugada às mídias digitais, elas se estabeleceram e se projetaram, transitando-se para além de seus limites mentais, espaciais e temporais, funcionando como mediação entre mundos e contextos.

3.2.2 Depoimento de Seu Valentim

Além do trabalho “Memórias Ribeirinhas”, usando equipamentos próprios, as representantes dos moradores do Porto do Capim, Rossana Holanda, Andréia Farias e Joyce Lima, produziram um documentário sobre o Porto do Capim¹⁴¹, com o objetivo de conscientizar os moradores da comunidade a se mobilizarem e aderirem às ações culturais e educacionais ofertadas pelo centro cultural localizado no ambiente.

Munidas, cada qual, de um dispositivo móvel com câmera integrada e com recurso de conexão à internet, elas saíram às ruas da comunidade, colhendo depoimentos de moradores.

Um dos moradores a concederem o seu depoimento foi Seu Valentim, estimado sanfoneiro do Porto do Capim. “Aqui eu acho lindo, aqui eu estou realizado. Não tenho do que reclamar. Gostaria de até apresentar aos senhores a minha casa humilde e ao mesmo tempo convidá-los para conhecer o meu quintal que considero meu paraíso. Estão todos convidados. Queiram me acompanhar”¹⁴², é assim que seu Valentim inicia seu depoimento.

Com bastante carisma e um sorriso no rosto, prestes a se levantar de seu sofá, Valentim conduz não somente as entrevistadoras pelos cômodos de sua humilde casa (fig. 57), como ele mesmo afirma, mas também todos aqueles que, curiosamente, buscam conhecer um pouco mais da história da comunidade e de seus moradores, assim como as suas relações com o local, bastando, para isso, acessar a produção pelo canal do Porto do Capim no YouTube.

¹⁴¹ O documentário possui aproximadamente 5 minutos.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CD0IVUpq2_U>. Acesso em: 26 mai. 2017.

¹⁴² Transcrição da fala de Seu Valentim (1:56/2:28) no vídeo Porto do Capim em Ação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CD0IVUpq2_U>. Acesso em: 27 mai. 2017.

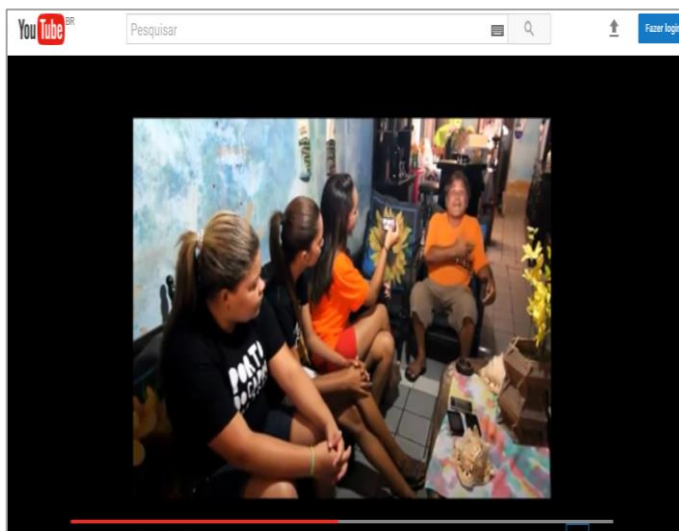


Figura 57 — Casa de Seu Valentim

Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CD0IVUpq2_U>. Acesso em: 26 mai. 2017.

A cada cômodo transitado, Seu Valentim não consegue ocultar que os espaços são vivos e que eles proporcionam convivência, afeto e boas relações sociais, além de serem possuidores de lembranças, que não somente ele e sua família são capazes de sentir, mas também todos aqueles que acompanham vivamente os espaços por entre suas paredes.

Ao passar pela sala de estar, composta por uma mesa com quatro cadeiras e uma cômoda com uma pequena televisão, além de vários objetos artesanais, como pinturas em telhas que dão ao lugar significado próprio, denunciando que aquele cômodo foi construído de forma especial, ele fala que é ali que reúne os seus amigos para se divertirem e conversarem.

Apesar dos cômodos dentro de sua casa guardarem lembranças vivas sobre suas comemorações, festas, relações sociais, configurando-se como espaços importantes para manter viva a sua memória, seu bem-estar e sua relação de identificação, é em seu quintal que ele se realiza, ou melhor, é em seu “paraíso”, nome atribuído pelo próprio depoente, que ele encontra uma relação de plena satisfação.

Constituídas por muitas árvores, pequenas casas de madeira e canoas, além de duas mesas e cadeiras, Seu Valentim se enche de orgulho para falar sobre o seu quintal. “É aqui o nosso deleite, o nosso prazer, o nosso lazer, principalmente aos domingos”¹⁴³, comenta ele, complementando que nunca precisou comprar água de coco, pois os seus coqueiros não cessam de satisfazê-lo. Nem os cocos secos caídos escapam em seu quintal, pois, de acordo com ele, eles são utilizados para os preparos de tira-gostos, como peixe e caranguejo.

¹⁴³ Transcrição da fala de Seu Valentim (2:55/2:59) no vídeo Porto do Capim em Ação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CD0IVUpq2_U>. Acesso em: 27 mai. 2017.

Aqui, a gente brinca de cozinhar, coisa de criança. E hoje talvez isso não exista mais. E nessa brincadeira de criança, a gente fica até a noitinha cozinhando o nosso próprio tira-gosto. Quando começa a borbulhar, como dizem no interior, na primeira fervura, aí alguém já diz, está na hora de experimentar. E aí a gente começa a nossa brincadeira, que vai até a gente matar à vontade, às vezes adentrando a noite.¹⁴⁴

É notável que o seu quintal é mais do que apenas um território geográfico a serviço do poder público e do capital, é onde ele se sente acolhido e onde costumes, hábitos e afetos ganham vidas e formas, através das relações comunitárias, dos laços sociais e expressões comunicacionais.

Nele, seu Valentim não tem receio algum de invocar a sua fé, especialmente quando se depara com o verde que o cerca e o rio, os quais ficam às margens de seu quintal, formando uma ecologia que para ele representa o seu pequeno céu aqui na terra. “Olhe o desfrute que nós temos aqui, o visual da natureza viva, é onde nós sentimos a presença de um ser superior, de um ser maior, Deus”, concluiu ele, emocionado, demonstrando uma relação que encontra um forte espaço no campo dos afetos.

3.3 Instagram

Ao se falar de imagens e vídeos, hoje e, a primeira rede social online que vem à mente, praticamente de maneira automática, é o Instagram. Plataforma voltada para a publicação de imagens, vídeos e, mais recentemente, de stories. Sobre este último, é uma forma de interação que se dá através da publicação e compartilhamento de momentos de usuários através de fotos e vídeos personalizados —filtros, desenhos, emoticons, sons etc. — que ficam à disposição de outros perfis/usuários pelo prazo de 24 horas. É possível também destacá-los e assim fazer com que fiquem por mais tempo na rede.

Assim como no Facebook, pode-se encontrar no Instagram ferramentas que possibilitam maior interação e formas de expressão entre os usuários, como “gostei” ou “curti”, que se materializa a partir do clique em um desenho em formato de coração, e mensagens de textos, que podem ser deixadas em cada foto/vídeo ou até mesmo nos stories, valendo-se do direct. Uma espécie de chat da plataforma.

Além disso, quando uma imagem é postada ou até mesmo um vídeo, e um usuário coloca uma #hashtag, o termo que ele utiliza é associado a uma grande rede de informação, que

¹⁴⁴ Transcrição da fala de Seu Valentim (3:10/3:44) no vídeo Porto do Capim em Ação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CD0IVUpq2_U> Acesso em: 27 mai. 2017.

contempla imagens, texto e outros tipos de dados. Por exemplo, se pegarmos uma tag que se refira a um local, como “João Pessoa”, e indexarmos tal expressão a uma imagem, ela será, automaticamente, colocada à disposição de qualquer usuário que procure por esse nome.

Convém, entretanto, fazer uma observação. Ainda que o usuário indexe uma palavra-chave ou tag a uma de suas publicações, ela só será, de fato, vista, caso o perfil dele esteja em modo público. No Instagram é possível privar ou deixar em modo público suas postagens e seus momentos históricos.

Consideramos pertinente fazer essa breve explanação para que o leitor seja capaz de compreender o básico a respeito da estrutura do Instagram e, assim, consiga nos acompanhar para o que de fato nos interessa aqui: o Porto do Capim visto a partir do olhar clínico e da subjetividade imagética do outro, através de imagens que foram postadas e colhidas, por nós, a partir da busca no sistema de pesquisa da plataforma.

Podemos entender por subjetividade imagética, nesse contexto, como sendo a forma com que a gente condensa a nossa subjetividade e nosso modelo de perceber e ver os outros (VAZ DA COSTA, 2013). O outro pode ser compreendido, aqui, como um cenário, uma paisagem, um local, uma pessoa e qualquer outra forma que nos possibilite apreender e colocar em cena os nossos pensamentos através da técnica fotográfica: da lógica do invisível/visível.

Na busca que fizemos no sistema de pesquisa do Instagram utilizando a palavra-chave/tag “#PortodoCapim”, apareceram nos resultados 470 imagens publicadas por pessoas diversas, que, numa rápida olhada, decerto, são membros da própria comunidade, visitantes, empresas do segmento turístico, curiosos ou cidadãos que estiveram juntos ao povo do Porto, lutando pela sua causa durante os últimos anos.

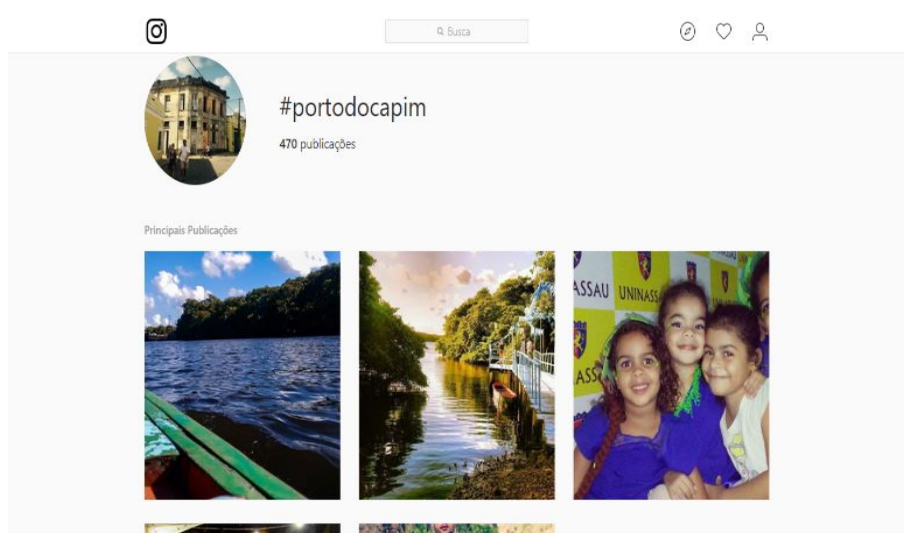


Figura 58 — Sistema de busca orgânica do Instagram

Fonte: Disponível em: <<https://www.instagram.com/explore/tags/portodocapim/?hl=pt-br>>.

Acesso em: 11 jun. 2018.

As imagens tiradas do Porto do Capim pelos usuários do Instagram e reunidas a partir da associação que se dá pelo uso do termo, são reveladoras, e, ainda que algumas não tenham a função precípua de ser fonte de resistência política, servem plenamente a esse objetivo, pois apresentam um Porto do Capim poético, forte, tradicional, histórico, de todas as pessoas da cidade de João Pessoa, contrastando, dessa maneira, com a visão sustentada pelo poder público.

Para melhor ilustrar, vamos, adiante, explanar algumas imagens que selecionamos das 470 disponíveis. Para escolhê-las, buscamos seguir, basicamente, os seguintes critérios: obter aquelas que foram tiradas somente por visitantes (não fizemos acepção entre instituição e pessoas)¹⁴⁵; aquelas que estão bem enquadradas e que revelam ângulos significativos segundo a percepção de seus autores.

É importante ressaltar que a leitura que fizemos acerca das imagens conta com o apoio de mensagens deixadas pelos usuários em suas publicações, o que facilitou, de certo modo, entender a relação entre os visitantes e o Porto do Capim.

Assim, a todo momento, recorreremos aos discursos indexados às imagens, pois eles, como sabido, são dispositivos dotados de sentidos e revelam as intenções, os desejos, os afetos de seus autores para com aquilo que exibem.

Não podemos esquecer, também, que a própria imagem é uma forma de texto e tomamos elas nesse sentido. Para Duncan (2004), a imagem é uma forma de linguagem e pode, portanto,

¹⁴⁵ Convém esclarecer que antes de selecionarmos as imagens no “banco digital” de associação da tag “#PortodoCapim”, visitamos os perfis dos autores, com o objetivo de identificar se eles eram realmente o outro, ou seja, o visitante.

ser lida como um texto, pois ela atua, diz o autor, como instrumento de transmissão de significados e sentidos.

O olhar e a percepção, nesse sentido, seriam uma espécie de caneta que descreve e recorta a realidade, não a realidade de todos, mas a realidade do autor para com aquilo que é construído, enquadrado, exibido. O processo de construção da realidade, diz Vaz da Costa (2013), leva em consideração a perspectiva do autor, ou seja, a sua forma de constituir uma história através daquilo que se enquadra. Assim, também podemos entender a imagem como uma “história” contada de forma não-verbal.

Adauto Novaes (2005) complementa, afirmando que as imagens são fontes de discursos e podem ser compreendidas a partir do mundo que elas representam.

Poderíamos apresentar as 470, porém, por decisão metodológica e para evitar redundâncias imagéticas e textuais, limitamo-nos a ler/compreender parte delas. Contudo, deixamos, em nota de rodapé¹⁴⁶, o link para consulta do acervo completo (associação de imagens a partir da tag) disponível no Instagram, podendo ser acessado por toda e qualquer pessoa que tenha perfil nesta plataforma.

3.3.1 Poesias do Porto do Capim

O Porto do Capim é visto ou apreciado pelos seus visitantes não apenas pelas paisagens que dispõe, mas também pela força e garra de seu povo. Exemplo é o registro fotográfico de Keyci Victor (fig. 59). Na imagem, encontra-se o Seu José Valentim pegando caranguejo próximo às margens do rio Sanhauá. A autora o descreve como a “simpatia em pessoa” e complementa afirmando que ele revela um “misto de serenidade e força”.

¹⁴⁶ Associações de imagens publicadas sobre o Porto do Capim no Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/explore/tags/portodocapim/?hl=pt-br>>. Acesso em: 11 jun. 2018



Figura 59 — Registro de Seu José Valentim por Keicy Victor

Fonte: Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/yFup-uj4xA/?hl=pt-br&tagged=portodocapim>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

Ainda que a autora não quisesse expressar, explicitamente, os seus pensamentos para com o povo do Porto do Capim, o que foi impossível, porque ela fez questão de qualificar o Seu José Valentim como sendo simpático e símbolo de força e serenidade, o seu enquadramento é revelador e expressa, de certo modo, a forma como ela vê os membros da comunidade Porto do Capim.

Para Mello (1998), o modo como enquadrarmos a realidade e uma fatia do tempo condensa o quanto estamos inseridos no contexto fotografado, em termos perceptivos, subjetivos e afetivos. Um outro elemento que entra na construção da realidade, é, diz o autor, a sensibilidade. A forma como a gente se comunica com o mundo ao nosso redor, captando cenas, paisagens e pessoas.

É a sensibilidade que possuímos, complementa Mello (1998), que vai guiar o nosso olhar, a nossa forma de ver e perceber aquilo que está ao nosso redor. Assim, entre tantas cenas e paisagens, ao optar por enquadrar o Seu José Valentim catando caranguejo, como bem diz a autora em sua legenda, ela transmitiu uma mensagem, um sentido, a respeito de uma comunidade que é exemplo de força, coragem e de muita garra para conquistar o pão de cada dia.



Figura 60 — Registro do Porto do Capim a partir do olhar do Vila do Artesão
 Fonte: Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/777E2KGAIR/?hl=pt-br&tagged=portodocapim>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

Publicada pelo Instagram Vila do Artesão (fig. 60), esta imagem é, em nossa visão, emblemática e pitoresca e o seu enquadramento é capaz de revelar a intenção do autor, ao fazer um jogo entre discurso, lugar e povo. O autor da publicação descreve a cena como “Na parte mais antiga da cidade, um momento de volta ao tempo”.

Faz sentido, afinal o Porto do Capim é o berço da cidade de João Pessoa e já assistiu, ao longo de seu tempo histórico, vários povos, práticas, costumes e hábitos.

Mas existe uma outra coisa nesta imagem que revela, talvez, que a intenção do autor não foi apenas enfatizar o Porto do Capim enquanto lugar que simboliza um marco para a história e cultura da cidade. O senhor que aparece, com seu chapéu, chinelo e vestimenta clara e com um objeto que é segurado pelo seu antebraço, representa a simplicidade da comunidade do Porto do Capim e a força para vencer os desafios do tempo.

Além disso, evoca, em nossa percepção, que o autor talvez tenha objetivado demonstrar que a comunidade é tão antiga quanto o local, que já foi palco de revoluções, expansões em direção a outras regiões da cidade e casa para vários povos ribeirinhos, que ali encontraram o aconchego, a subsistência e o contato com a natureza, extraindo o peixe, caranguejo, mariscos e frutos, conforme assinalou Seu Cosminho em sua Memória Ribeirinha (v. p. 116), alimentos que os fizeram ter muita fibra para lutar contra aqueles que defendem a remoção da comunidade.

De igual modo, o registro feito por BeissoSilva (fig. 61) revela a força de um povo que resiste ao tempo, criando no local seus filhos e netos por gerações.



Figura 61 — Registro do Porto do Capim a partir do olhar de BeissoSilva
Fonte: Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BiuLkTGfCvy/?hl=pt-br&tagged=portodocapim>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

O Porto do Capim é também visto a partir da criançada que forma a comunidade, deixando-a mais bonita, jovial e encantadora. O clique de Valmir Borba revela (fig. 62) uma cena típica na comunidade Porto do Capim.



Figura 62 — Registro do Porto do Capim a partir do olhar de Valmir Borba
Fonte: Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BMyiT2kxft/?hl=pt-br&tagged=portodocapim>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

Para Valmir Borba, esta cena poderia representar o recomeço, como podemos ver em sua legenda, o momento em que os estrangeiros chegaram ao local e atracaram, constituindo suas bases para permanecer na região. Em seu discurso, é possível perceber, nas entrelinhas, o

que ele está querendo dizer: a comunidade do Porto do Capim deveria ser melhor valorizada, na história da cidade de João Pessoa, ao invés de fixarmos a história contada a partir daqueles que detêm instrumentos para narrá-la, imputando um discurso de cima para baixo.

O recomeço, como pontua o autor, não é uma palavra vazia, despida de significado. Ao enquadrar o verde do Porto do Capim, as crianças, o rio Sanhauá, quer dizer que a comunidade vive, é jovem, pulsa e é feita por crianças que encontraram no rio uma forma de brincar e de recomeçar todo o dia.

Como disse Braga e Moraes (2016), por décadas os poderes públicos deixaram a comunidade — que é composta por cerca de 450 famílias — sem serviços básicos, como infraestrutura e lazer, mas isso não tirou a felicidade e a energia das crianças, que viram no local diversas formas para desfrutar das brincadeiras de infância.

E o clique de Valmir Borba foi fundamental para visualizarmos esse Porto do Capim que não se deixa levar pelas situações excludentes, pelo contrário, toca a vida mesmo diante do descaso do poder público para com a comunidade e não se encontra abandonado.

Como dissemos no início deste subtópico, o Porto do Capim, além de ser visto a partir da comunidade que o integra, é visualizado pelos seus visitantes, em suas capturas, pelas paisagens poéticas do lugar (fig. 63).



Figura 63 — Registro do Porto do Capim por Sandro Alves

Fonte: Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BPENzhJhyaF/?hl=pt-br&tagged=portodocapim>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

Ao mirar no pôr do sol, que se esvai entre as árvores que fazem parte do lugar, espelhando-se no rio Sanhauá, tornando-o laranja tão como o sol, Sandro Alves deixa claro que o local está longe de se tornar um problema de degradação ambiental, como defendido pelos poderes públicos que querem ver a comunidade fora desse espaço.

Pelo contrário, o Porto do Capim e suas margens chamam a atenção pela sua beleza e capacidade de fazer com que fiquemos anestesiados pelo espetáculo que ele oferece ao entardecer, como é possível notar a partir da captura de Sandro Alves. Assim, o Porto e a sua comunidade estão longe de se tornar um obstáculo entre o rio e a cidade.

Como vimos, a partir do olhar do outro, o Porto do Capim não se encontra abandonado, nem tampouco degradado. Pelo contrário, os fotógrafos revelaram que a comunidade é bem frequentada pelos visitantes que desejam conhecer o que o lugar tem e pode oferecer em termos contemplativos e afetivos.

A comunidade Porto do Capim está longe de ser enquadrada como um povo sem vínculo com o local, como assim defendeu o poder público. As crianças e os adultos revelam que existe um vínculo forte da comunidade com o território e isso pode ser visto desde as atividades simples, como as brincadeiras das crianças no manguezal, no rio e nas árvores que compõem o cenário do ambiente, até nas de subsistência, como a pesca artesanal.

São marcas que revelam, como dissemos, a experiência de um povo que luta a todo custo não só para se manter no lugar, mas também para garantir o que o local oferece: os meios básicos para a sobrevivência da família.

4 CONSIDERAÇÕES

O que nos motivou a realizar este trabalho foi, principalmente, descobrir o papel das redes sociais no processo de luta da comunidade Porto do Capim e entender como contribuíram para o alcance dos objetivos do movimento. No entanto, até o alcance desse objetivo, resvalamo-nos em questões que foram fundamentais para compreender os fatores que levaram a comunidade a se auto-organizar em defesa de seu território, memórias e tradições.

O levantamento histórico que fizemos sobre os principais fatos políticos, econômicos e culturais que atravessaram a região do Porto do Capim nos ajudou a entender como surgiu a comunidade. Constatamos que esta surgiu em decorrência de alguns fatores, como: desativação do antigo Porto do Capim, que foi transferido para Cabedelo, por conta do assoreamento do rio Sanhauá e do declínio da econômica local; modernização da cidade, com a construção de praças, ferrovias e avenidas, a exemplo da Eptácio Pessoa, fazendo com que ela se expandisse em outras direções, principalmente em direção às praias de Cabo Branco e Tambaú.

O processo de modernização, aliado aos fatos citados, fez com que a região do Porto do Capim fosse esvaziada. A vida social, econômica e cultural já não existia como antes neste lugar. Podemos observar que, à medida que a cidade crescia, novos equipamentos de lazer e entretenimento foram instalados, atraindo pessoas que anteriormente se divertiam neste território. A elite, que antes se agregava aí, seguiu a dinâmica de transformação da cidade, transferindo-se para outros espaços e construindo casas de verão, à beira-mar, para seu lazer.

As políticas públicas e os interesses comerciais também se concentraram em garantir o avanço da cidade e estimular novos investimentos por parte do empresariado. Tanto que hoje podemos constatar que no local ainda não foi instalado saneamento básico e nem praça para o lazer dos que ali residem. A omissão do poder público é clara e expressa um descaso histórico para com a comunidade.

O conjunto de fatores que destacamos fez com que no local surgisse a comunidade Porto do Capim, que é formada por ex-trabalhadores do antigo Porto e por pessoas de localidades distintas, sendo parte delas imigrantes da zona rural. Fenômeno muito comum no século XX, devido ao espectro da modernização.

Apesar de pouco discutido na literatura, observamos, a partir da pesquisa, que a região do Porto do Capim sempre guardou relação com ribeirinhos e a comunidade que, hoje, se faz presente naquele espaço é apenas um novo grupo social. Isso, de certo modo, fortalece o discurso que defende que o lugar manteve, desde o Brasil Colônia, um íntimo diálogo com grupos que já faziam dele sua morada e rompe com a narrativa sustentada pelo poder público,

de que o local se encontra abandonado e só teve vida social, econômica e cultural enquanto funcionava como motor de desenvolvimento até o início do século XX, excluindo assim a presença da comunidade do local.

Constatamos que o processo de tombamento do Centro Histórico de João Pessoa se deu de modo contraditório e arbitrário. O levantamento documental que foi feito permite observar que as autoridades públicas não buscaram proteger, como deveriam, o espaço do Porto do Capim, local dotado de valor histórico e cultural para a capital.

A associação de interesses para o lugar permitiu que ele fosse excluído da área de proteção rigorosa e figurasse apenas como área de entorno, passível de intervenções, o que possibilitou a feitura do Projeto de Revitalização do Porto do Capim entre o final dos anos de 1980 e início de 1990.

O Projeto de Revitalização compreende, conforme a investigação, um conjunto de ações para a área que atualmente é ocupada pela comunidade Porto do Capim. As propostas que fazem parte desse projeto expressam, em nossa consideração, uma política higienista e que não vê com bons olhos uma comunidade carente que habita o local há mais de 75 anos.

Assim como no processo de tombamento do Centro Histórico de João Pessoa, aconteceu o mesmo com relação à elaboração do Projeto de Revitalização. Vimos que o processo de feitura se deu de modo arbitrário, contraditório e não-participativo. A comunidade Porto do Capim, ainda que convidada, não teve a oportunidade, de fato, de expressar sua opinião e desejo em relação ao local. Apesar do descaso, os órgãos públicos sustentam a informação de que o Projeto tem aceitação da sociedade civil. Com isso, quer dizer que a comunidade Porto do Capim não faz parte da sociedade civil, pois se fizesse teria sido escutada, o que não aconteceu, conforme depoimento dado pelos próprios moradores e apresentado neste trabalho.

Além disso, percebemos que as justificativas criadas pelas autoridades públicas para viabilizar a execução do Projeto são frágeis e refletem os interesses daqueles que desejavam, a todo custo, remover a comunidade. O que parece, na verdade, é que o espectro da modernização permeia os interesses daqueles que desejam remover o que eles consideram como uma mácula para a cidade perfeita. Com isso, em vez de propor um projeto sustentável, baseado em interesses comuns, vê a comunidade como um problema que precisa ser colocado em baixo do tapete, longe da vista dos turistas e dos interessados no local.

Disseram que a comunidade poluía o rio Sanhauá e degradava o meio-ambiente. No entanto, propõe para o local a construção de uma arena, também chamada de “concretão” pelos moradores, que, por certo, destruiria o mangue e cobriria parte das margens.

Falaram que era impossível implantar saneamento básico, em razão da topografia do

local. Entretanto, para construir a arena do Projeto que buscam viabilizar é necessário a instalação de saneamento básico.

O confronto das justificativas apresentadas com os documentos que foram elaborados por órgãos, como Centro de Referência em Direitos Humanos, entre outros, e por autores interessados na luta da comunidade, permitiu que pudéssemos enxergar que por trás do Projeto de Revitalização havia interesses, que agora se apresentam de forma mais clara.

Cumpramos ressaltar que a forma como foi elaborado o Projeto de Revitalização do Porto do Capim é similar a outros que foram executados em cidades do Brasil, a exemplo de Salvador e São Paulo. Foram marcados por uma política higienista, que busca devolver ao lugar a vida social, cultural e econômico que um dia ele possuiu e limpá-lo de pessoas indesejadas, na maioria pobres (baixa renda) que são incapazes de investir no local.

Diante dessa situação, vimos que não restou outro caminho para a comunidade Porto do Capim, que não fosse a luta organizada, que pudesse garantir o direito de permanecer no território e ter suas memórias e tradições respeitadas. Entre ficar calado e agir, preferiram este último. A pesquisa, nesse sentido, nos ajudou a entender como se deu esse processo.

Observamos que a comunidade Porto do Capim criou não só perfis em redes sociais, como Facebook e YouTube, mas também desenvolveu eventos que puderam garantir visibilidade e força ao movimento.

Vislumbramos que as redes sociais podem ser fortes aliadas quando se busca alcançar determinados objetivos, como foi o caso da mobilização do Porto do Capim pela permanência no lugar habitado historicamente por ela. Porém, é preciso entender que a ação coletiva engendrada nesse espaço não é suficiente para transformar realidades a seu favor.

É indispensável, portanto, para uma ação coletiva efetiva, aliar ações nas redes e nas ruas. Nesse sentido, podemos dizer que a experiência do Porto do Capim ganhou mais força de disseminação de informação essenciais e favoráveis a sua preservação, pois adotou esse modelo de mobilização.

A comunidade Porto do Capim usou as redes sociais para articular o seu movimento. Além de terem criado página específica no Facebook, acionaram ferramentas, como sistema de evento e grupo, que foram capazes de fazer não só a luta se tornar visível, como também as tradições e memórias. Para cada evento político que era realizado na comunidade, tinha uma página específica, o que garantiu maior organização às ações coletivas. Na página tinha data, hora e as programações e espaço para elucidar dúvidas.

As redes permitiram que a comunidade não só convidasse a sociedade para participar de seu ato político, como também possibilitou que as ações fossem acompanhadas por quem

estivesse online. Assim, ainda que a pessoa não pudesse ir para o movimento, podia se fazer presente online, deixando mensagens de apoio, conferindo maior força ao ato.

O grupo criado pela comunidade no Facebook proporcionou maior capacidade de organização e de realizar reuniões. Nele, vimos que membros da comunidade e apoiadores da luta trocavam ideias sobre atos políticos e formas de ações coletivas. Além disso, percebemos que as ações eram, em parte, planejadas ali. Isso, de certo modo, conferiu maior poder de articulação e de troca de informação estratégica para fazer a mobilização bem-sucedida.

Vale lembrar que alguns dos principais membros da Associação Mulheres do Porto Capim trabalhavam, assim, o grupo foi essencial para garantir que ações fossem pensadas mesmo diante desse obstáculo.

O YouTube foi outra rede usada pela comunidade para projetar suas memórias. Exploraram suas histórias de vida e de relação com o local como uma forma de resistência. Encontraram nisso uma possibilidade de lutar contra os que desejam a sua remoção. Em suas falas, vimos que são pessoas que criaram raízes com o território, quer dizer, não só com este, mas com as pessoas que fazem a comunidade se tornar singular pela identidade ribeirinha que constitui.

O Instagram foi essencial para percebermos o Porto do Capim não pela visão dos que ali já vivem há décadas, mas agora pelo olhar do outro. Vimos que os visitantes do Porto do Capim apreciam não só a beleza do local, com suas paisagens distintas, mas também o povo que o habita.

Os enquadramentos do Porto do Capim, segundo a concepção de seus autores, foram fundamentais para percebermos que no local existe cultura, lazer e vida. Os moradores não só pescam para subsistir, como também fazem daquele ambiente um espaço de diversão e contemplação. As crianças brincam na afluenta, no mangue e nas árvores, enquanto os mais experientes pegam frutos do mar, como marisco e caranguejo.

Uma outra questão que observamos é que a experiência do Porto do Capim nas redes sociais fortalece o retorno de um princípio comunitário, já visto em muitos dos movimentos contemporâneos, cumpre dizer.

Trata-se de uma experiência do “comum” que problematiza a corrente de pensamento que sustenta uma visão de que a comunidade se encontra fragilizada, conforme Bauman (2003), em decorrência do individualismo da sociedade capitalista.

A integração de simpatias e a solidariedade da sociedade conectada foram fundamentais para o sucesso da luta do Porto do Capim, tanto em termos de visibilidade do movimento, como

de fortalecimento de capital social e de apoio de um modo geral, que pôde ser visto a partir de ações como compartilhar, curtir, comentar e se fazer presente nas ações coletivas presenciais.

Discussões foram travadas não só no grupo no Facebook, mas também na página do Porto do Capim no Facebook, de modo que foi possível ver, ao menos no caso em tela, que quando a sociedade se une em torno de um mesmo objetivo, ela tem grandes chances de conseguir o que deseja.

Nesse movimento em particular, vimos que a união entre os membros e as articulações engendradas no espaço digital e físico — pela UFPB e outras organizações em conjunto com o povo do Porto do Capim — foram capazes de atrair órgãos como o Ministério Público Federal, que passou a atuar em benefício da comunidade, reconhecendo-a como tradicional. Dando-lhe, com isso, poder para permanecer no local habitado por ela.

Cumprir destacar que, a nosso ver, a correlação de força que se uniu a comunidade em defesa de sua luta foi fundamental para a conquista de seus objetivos. Por exemplo, membros do Projeto “Abrace o Porto do Capim”, PROEXT/UFPB, implementaram um conjunto de ações visando o empoderamento dos moradores a partir de curso de extensão, que aborda a educação patrimonial, a memória e tradições como lugar de resistência.

A partir dessa correlação de força, a comunidade pôde colocar em perspectiva outras demandas, como o direito ao lazer, à infraestrutura adequada para promover a sua dignidade, etc.

Em suma, a partir desta pesquisa, buscamos apontar elementos para uma compreensão dos movimentos sociais contemporâneos, que, na maioria das vezes, ganham vida nas redes sociais, mas tomam forma e se fortalecem nas ruas, a partir de ações coletivas racionalmente pensadas e articuladas. Esperamos que o estudo possa contribuir para uma reflexão acerca do uso das redes para empreender ações de resistência e mobilização no contexto do século XXI.

Acreditamos que o estudo, como um todo, conseguiu desenhar um conhecimento a respeito da luta da comunidade nas redes e nas ruas e permitiu reunir elementos que podem ajudar os moradores do Porto do Capim a conhecer melhor a sua história, que começou por volta dos anos de 1940, por influência, conforme a investigação, dos fatores que destacamos.

Além disso, cremos que este trabalho contribuiu para formar um conhecimento histórico a respeito do lugar onde tudo começou e que acolhe, hoje, um povo que resiste contra os interesses do capitalismo predatório, que ignora o bem-estar de indivíduos em busca de interesses puramente econômicos, ameaçando a vida não só de comunidades como a do Porto do Capim, mas de outras, formadas por povos como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc.

REFERÊNCIAS

- ADRIANA A.; GEÓRGIA N; LUCINA V. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. In: **Revista Sessões do Imaginário**, Rio Grande do Sul, V. 13, N. 20, 2008.
- ANTOUN, H. (org.). **Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Mauad X, Rio de Janeiro, 2008.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BENEVOLO, L. **História da cidade**. 6ª ed. 728 p. São Paulo, Perspectiva, 2009.
- BRAGA, E. O. MORAES, S.M. Porto do Capim: lutas e estratégias de existência de uma comunidade ribeirinha no centro histórico de João Pessoa/PB. In: **Revista Nanduty**, Mato Grosso do Sul, v. 4, n. 4, p. 20-52, 2016.
- CÁVEM, M. **Centros históricos contemporâneos**. Mudanças de perspectiva na gestão. Lisboa e Bruxelas, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana, Planeamento Regional e Local), Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de Geografia.
- CHAGAS, V. K. **As singularidades da modernização na cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 e 1930**. 2004. 300 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- COLEMAN, J. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- COSTA, R. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. In: **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, vol. 9, num. 17, março-agosto, 2005, p. 235-248.
- DUNCAN, J. A paisagem como sistema de criação de signos (91-132). In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Paisagens, textos e identidades**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio: 7 letras, 2010.
- FUKUYAMA, F. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- GONÇALVES, H.T. **O Porto e a casa: dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa (PB)**. 2014. 179 p. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasil. 2014.
- GONÇALVES, R. C. **Como e onde viviam os trabalhadores da cidade da Parahyba (séculos XVI-XIX)**: In: FILHA, M. B. M.; COTRIM, M.; FILHO, I. C. Entre o rio e o mar:

arquitetura residencial na cidade de João Pessoa. João Pessoa: editora UFPB, 2016.

GOULART, N. **Imagens das vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Edusp, 2000.

GRANOVETTER, M. **Le marché autrement**. Paris: Desclée de Brounwer, 2000.

GROOTAERT, C; WOOLCOCK, M. **Expanding the measure of wealth: indicators of environmentally sustainable development**. Washington: World Bank, 1997.

HUME, D. **Traité de la nature humaine**. Paris: Aubier, 1983.

JOFFILY, J. **Porto Político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LE MOS, A. LEVY, P. **O futuro da internet** – em direção a uma ciberdemocracia planetária. 4ed. 628 p. Paulus, São Paulo, 2010.

LEVIE, R. LOCKE, C. SEARLS, D. WEINBERG, D. **The Cluetrain manifesto: the end of business as usual**. Cambridge: Perseus, 2000.

LÉVY, P. **Cyberdemocratie**. Paris: Odile Jacob, 2002.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

MACHADO, J. A. S. **Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais**. Disponível em: <encurtador.com.br/ciyz4> Acesso em: 12 jan. 2018.

MAIA, D.S. **Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa** – PB. 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

MALINI, F.; ANTOUN, H. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais** – Porto Alegre: Sulina, 2013. 278 p.; (Coleção Ciberultura)

MELLO, M. T. B. **Arte e fotografia: o movimento pictorialista no Brasil**. Rio de Janeiro: Funarte, 1998.

MOTTA, L. Apropriação do Espaço Urbano: do estético estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, A. (Org.). **O Espaço da diferença**. Campinas – SP: Papyrus, 2000.

NOVAES, A. **Muito além do espetáculo**. São Paulo: Senac, 2005.

PAIVA, C.; SILVA, I. **Ciberativismo e democracia nas redes sociais: um espaço de reivindicação e direitos**. Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 12 a 14 de junho de 2013. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2013/resumos/R37-0823-1.pdf>>

Acesso em: 01 jun. 2018.

PANOFISKY, E. **O significado das artes visuais**. 2ed. São Paulo: Perspectiva, 1949.

PRETTO, N.D.L.; SILVEIRA, S.A. **Além das redes de colaboração**: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador: EDUFBA, 2008. 232 p.

PUTNAM, R. **Making democracy work**: civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

RABELLO, Sonia. Tombamento e proteção aos bens culturais, in: PESSOA, A., org. **Direito do urbanismo**, 2009. Rio de Janeiro, Liv. Técnicos e Científicos, IBAM, s.d.

RECUERO, R. Um estudo do Capital Social gerado a partir de Redes Sociais no Orkut e nos Weblogs. In: **Revista FAMECOS**, Rio Grande do Sul, V. 12, N. 28, 2004.

RHEINGOLD, H. **Comunidade virtual**. Lisboa: Gradiva, 1996.

RIGITANO, M. E. G. **Redes e ciberativismo**: notas para uma análise do centro de mídia independente. In: I seminário interno do grupo de pesquisa em cibercidades, FACOM-UFBA. Outubro de 2003. Disponível em: <encurtador.com.br/wDLR5> Acesso em: 05 mar. 2018.

ROMANO, E.; GONÇALVES, R. C.; CATARINO, A. J. L.; SILVA, A. F.; MORAES, H. B. A comunidade Porto do Capim: baluarte das tradições ribeirinhas. In: **Revista da extensão da UFPB**. João Pessoa, v.1, n.1, p. 131- jun./dez. 2015.

SANTAELLA, Lúcia. **A ecologia pluralista da comunicação**: conectividade, mobilidade, ubiquidade. São Paulo: Paulus, 2010. – (Coleção Comunicação)

SCOCUGLIA, J. **Imagens da cidade**: patrimonialização, cenários e práticas sociais. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2010.

SCOCUGLIA, J. **Revitalização urbana e (re) invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa**. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2004.

SILVA, R. C. N. **A Revitalização do centro histórico de João Pessoa**: uma estratégia para a reprodução do capital. 2016. 312 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2016.

SIMON, I. VIEIRA, M.S. O rossio não-rival. In: PRETTO, N.D.L. SILVEIRA, S.A. (orgs.) **Além das redes de colaboração**: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador: EDUFBA, 2008. 232 p.

TARROW, Sidney. **The new transnational contention: organizations, coalitions, mechanisms**. Texto apresentado no painel “social movements and transnational social movements”, na reunião anual da APSA, Chicago, 2002.

TRAJANO, F.S.F. Do rio ao mar: uma leitura da cidade de João Pessoa entre duas imagens. In:

TINEM, Nelci (org.). **Fronteiras, Marcos e Sinais: leituras das ruas de João Pessoa**. João Pessoa, UFPB, 2006.

VAZ DA COSTA, M. H. B. Considerações sobre a paisagem-imagem. In: GAZETTA, V. JÚNIOR, W. M. O. (orgs.) **Grafias do espaço: imagens da educação geográfica contemporânea**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013. 277 p.

WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. **Social structures: a network approach**. New York: Cambridge University Press, 1988.

ZAGO, G. S. BATISTA, J. C. Ativismo em redes sociais digitais: formas de participação em ações coletivas no ciberespaço. In: **Revista Verso e Reverso Comunicação**, Rio Grande do Sul, v. 23, n. 52, p. 20-52, 2009.

FONTES DOCUMENTAIS

BANCO DO NORDESTE. **Relatório final Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste**. BNB, 2005.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Relatório de Violações aos Direitos Humanos do Porto do Capim**. João Pessoa, 2014. 38 p.

COMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA. **Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim**. João Pessoa: CPDCHJP, 2007.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA, 1933, a bordo do Navio Patris. **Carta de Atenas**. Disponível em: <<http://migre.me/wmZwc>>. Acesso em 25 de março de 2017.

COMISSÃO Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. **Workshop Construindo o Futuro**. Relatório Final. João Pessoa, 2000.

DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO - DGOTDU. **Vocabulário de termos e conceitos do ordenamento do território**. Lisboa: Direção-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2005.

ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE REABILITAÇÃO URBANA LISBOA. **Carta de Lisboa**, 1995. Disponível em: <<http://migre.me/wokj6>>. Acesso em: 01/04/2017

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau**. João Pessoa: IPHAN, 2012.

JOÃO PESSOA. Lei Complementar Nº 3, de 30 de dezembro de 1992. Institui o Plano Diretor da Cidade de João Pessoa. **Diário Oficial do Município de João Pessoa**, Poder Executivo, João Pessoa, Paraíba, 1992.

JOÃO PESSOA. Lei Nº 2.102, de 31 de dezembro de 1975. Institui o código de urbanismo integrante do plano diretor físico do município de João Pessoa, suas normas ordenadoras e disciplinadoras e dá outras providencias. **Diário Oficial do Município de João Pessoa**, Poder Executivo, João Pessoa, Paraíba, 1975.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo de Tombamento nº 1.501-T-02**, “Centro Histórico de João Pessoa, Estado da Paraíba”. João Pessoa: IPHAN, 2002.

PARAÍBA. Decreto Nº 9.484, de 04 de maio de 1982. Dispõe sobre a delimitação do Centro Histórico Inicial de João Pessoa. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, Poder Executivo, Paraíba, Brasil, 1982.

PARAÍBA. Decreto Nº 25.138, de 28 de junho de 2004. Aprova o tombamento do centro histórico inicial da cidade de João Pessoa. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, Poder Executivo, Paraíba, Brasil, 2004.

ANEXOS

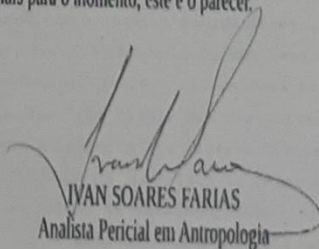
Anexo I Laudo Antropológico	140
Anexo II Decreto 9.484/1982	141
Anexo III Carta para o prefeito Luciano Agra e vice-prefeito Luciano Cartaxo	142
Anexo IV Petição Online	143
Anexo V Manifesto Abrace o Porto do Capim	144
Anexo VI Encaminhamento de Relatório de Violações aos Direitos Humanos do Porto do Capim ao MPF.....	145

Anexo I — Laudo Antropológico

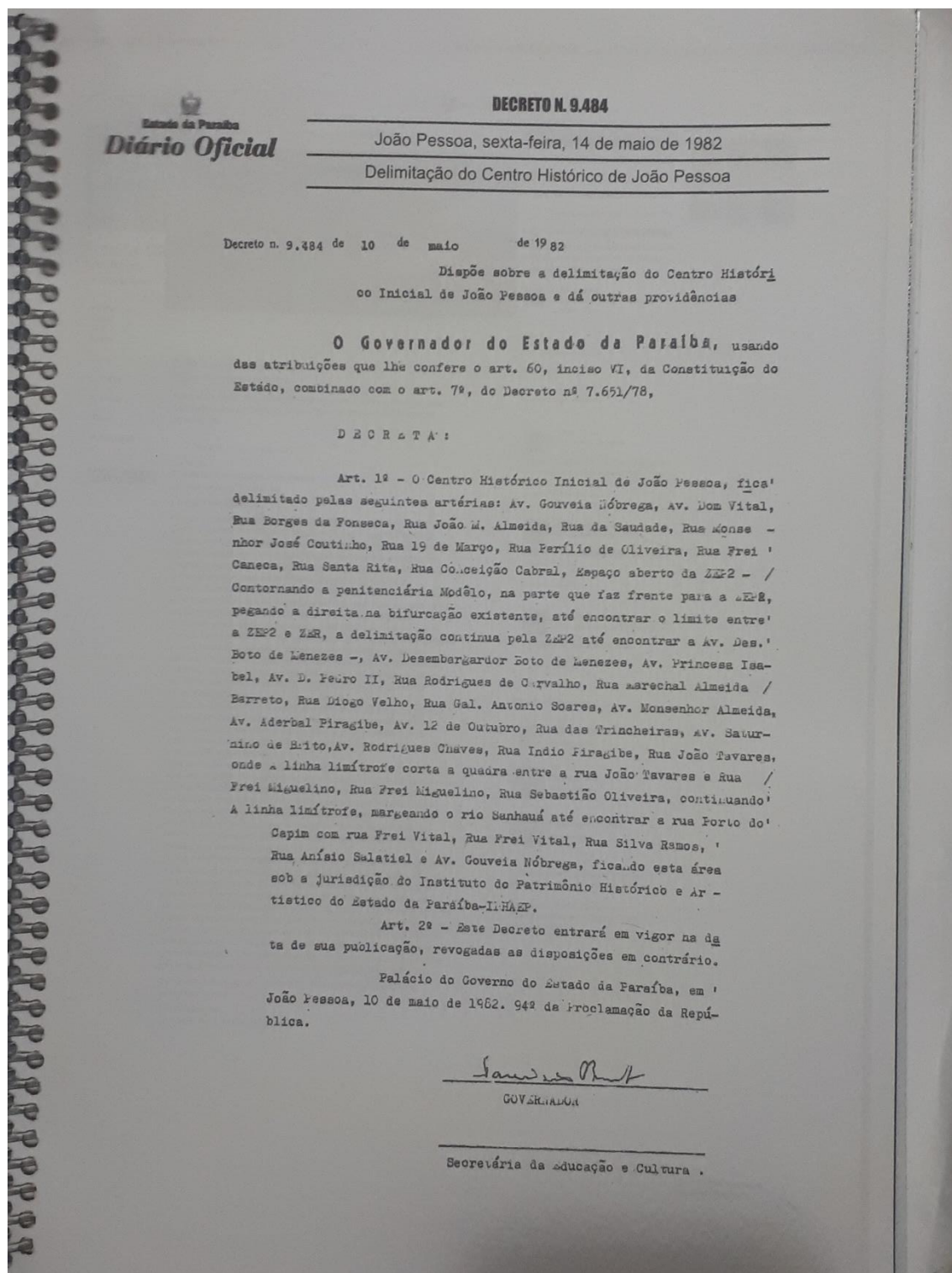
Assim, as famílias que constituem a comunidade que ocupa tradicionalmente a região do Porto do Capim e se utiliza de recursos naturais como condição de subsistência para a sua reprodução física, social e econômica, recorrendo a conhecimentos herdados por tradição e reproduzidos por gerações, devem ser identificadas como tradicionais nos termos do decreto, mais especificamente como pertencentes a uma comunidade ribeirinha.

Importante ainda lembrar que comunidades ribeirinhas são aquelas populações tradicionais que estabelecem na sua construção identitária, referência espacial, territorial e simbólica com o rio que se constitui o elemento agregador usado como critério de união e comportamento que dita o ritmo social. A partir dessa referência fundante a comunidade produz conhecimentos sobre a fauna, a flora e o meio ambiente. No caso, Porto de Capim também faz uso fitoterápico de plantas medicinais.

Sem mais para o momento, este é o parecer.


IVAN SOARES FARIAS
Analista Pericial em Antropologia

Anexo II — Decreto 9.484/1982



Anexo III — Carta para o prefeito Luciano Agra e vice-prefeito Luciano Cartaxo

Porto do Capim em Ação - Publicações https://www.facebook.com/PortoDoCapim/posts/516380218412883:0

Porto Do Capim em Ação

Curta Seguindo Compartilhar

Porto Do Capim em Ação
@PortoDoCapim

Página inicial Sobre Fotos Curtidas Eventos Vídeos Publicações

Porto Do Capim em Ação
19 de fevereiro de 2013

A seguir, texto do ofício encaminhado ao prefeito Luciano Cartaxo, pela Comissão Porto do Capim em Ação, representando os moradores da comunidade:

Pessoa, 22 de janeiro de 2013.

Exmo. Sr.
Prefeito do Município de João Pessoa
Luciano Cartaxo Pires de Sá
Excelentíssimo Senhor,

Nos meses de novembro e dezembro de 2011 a comunidade do Porto do Capim (incluindo moradores da Vila Nassau e da Travessa Frei Vital) solicitou à Prefeitura Municipal de João Pessoa, especificamente ao então Prefeito Luciano Agra, a realização de uma reunião para discussão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC – Cidades Históricas). Na correspondência foram encaminhadas questões que buscavam esclarecimentos acerca da situação do Programa e da propalada remoção de nossas famílias da área que ocupamos e se demandava a abertura de um diálogo permanente com a comunidade a respeito do assunto. Aconteceu uma primeira reunião com a participação de mais de oitenta moradores e a presença de representantes da Secretaria de Infra-Estrutura e do Orçamento Democrático. Várias das questões que haviam sido colocadas no documento ficaram sem esclarecimento e nova reunião foi solicitada, sem que, para ela, houvesse resposta por parte da Prefeitura. Em anexo, para seu conhecimento, seguem cópias dos documentos encaminhados à época.

A partir de então demos início à organização de uma Comissão, intitulada Comissão Porto do Capim em Ação, atualmente formada por moradores das três comunidades acima mencionadas, que tem o objetivo de dar continuidade à mobilização da população da área no que se refere ao PAC e também a outras atividades.

Esta comissão realizou uma série de atividades ao longo do ano de 2012, a exemplo da promoção de palestras sobre patrimônio e educação patrimonial e sobre a história da cidade (com apoio de setores da Universidade Federal da Paraíba), de eventos culturais (em parceria com a Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra e grupos culturais/artísticos da cena local), visitas a projetos sociais (como a Bomba do Hemetério, na cidade do Recife, em parceria com o SEBRAE), organizou o calendário cultural da comunidade, dentre outras ações.

Desde a mobilização de dezembro de 2011, a Comissão Porto do Capim em Ação reúne-se todas as terças-feiras, a partir das 19.30hs, com o objetivo de discutir os problemas da comunidade e encaminhar suas demandas. Sendo assim, tendo em vista o início da sua gestão frente à Prefeitura Municipal de João Pessoa e a expectativa de que ela seja marcada por uma relação democrática com todos os setores da sociedade pessoense, vimos solicitar, mais uma vez, a abertura de um canal permanente e ampliado de diálogo sobre o PAC - Rio Sanhauá e o PAC- Cidades Históricas com a nossa comunidade. Compreendemos que não podemos ser aliados desse processo tendo em vista que somos, de fato, os principais interessados. Sem mais, e aguardando uma resposta favorável à nossa demanda, subscrevemo-nos

Atenciosamente,
Comissão Porto do Capim em Ação

Comunidade

Convidar amigos para curtir esta Página

Página de divulgação das ações culturais, artísticas, educacionais e comerciais da Comunidade Porto do Capim.

2.489 curtidas
Regina Celia Odebrecht e outros 17 curtiram isso

Sobre

Enviar mensagem

Comunidade

Publicações de visitantes

João Irineu
10 de abril às 23:48
Projeto: CINEMA DE RUA NA COMUNIDADE!
Em nossa comunidade do Porto d... Ver mais

Curta · Comentar

Roberto Adriano
18 de fevereiro às 12:18
Que triste, a comunidade citada, por conta i...
vermais.

Curta · Comentar

Porto Do Capim
30 de novembro de 2016 às 11:16
Projeto De Consolidação Limpa

Curta · Comentar

Pessoas também curtiram

SOS Patrimônio Hist...
Comunidade

Cestano Veloso
Músico/Banda

Palácio em Retalhos
Peça teatral

Português (Brasil) · Português (Portugal) · English (US) · Español · Français (France)

Privacidade · Termos · Anúncios · Opções de anúncio · Cookies · Mais

Facebook © 2017

Ativar o botão-cursor para ver quem está disponível

Anexo IV — Petição Online



[Petição Pública Brasil](#)
[Criar Abaixo-assinado](#)
[Login ou Registrar](#)


 Apoie este Abaixo-Assinado. Assine e divulgue. O seu apoio é muito importante.

Por um Projeto Sustentável para a Comunidade Porto do Capim (Varadouro - Centro Histórico) João Pessoa-Paraíba

Para: Exma. Sra. Presidente da República Dilma Rousseff/Exm^o Sr. Marcos Alexandre de Queiroga-representante do Ministério Público Federal na Paraíba/Exm^o Sr. Bertrand Asfora - Procurador Geral do Ministério Público da Paraíba/Exm^o Sr. Luciano Cartaxo - Prefeito de João Pessoa

A Comunidade do Porto do Capim, compreendendo a Vila Nassau e Vila Frei Vital, constituídas por cerca de quinhentas famílias que habitam o entorno da baía do Rio Sanhauá, no Centro Histórico (Bairro do Varadouro), município de João Pessoa - PB, vem pedir apoio no sentido de solicitar providências dos Poderes Públicos, relativas à execução do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC - Cidades Históricas, pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, com recursos provenientes do Governo Federal. Tal projeto, amplamente anunciado pelas autoridades municipais através da imprensa e também em sessões públicas na Câmara dos Vereadores, prevê a nossa remoção da área hoje ocupada, para a realização de obras de "revitalização" do Centro Histórico, que incluem a construção de uma grande praça de eventos e outros equipamentos para o desenvolvimento de atividades turísticas.

Ocorre que, desde a década de 1940, quando o Porto da Paraíba foi transferido para o município de Cabedelo, a área historicamente conhecida como "Porto do Capim" (o antigo porto), onde habitam as nossas três comunidades, foi abandonada pelos poderes públicos. A partir de então, ela passou a ser ocupada por nossas famílias, as dos antigos trabalhadores e prestadores de serviços, diretos ou indiretos, ao porto desativado, bem como por outras pessoas que encontraram, nesse lugar, um espaço para construírem suas moradias. Ao longo de mais de sete décadas, a despeito das carências e da ausência de políticas públicas que nos conferissem condições de vida mais dignas, nos reproduzimos, nossas famílias aumentaram, novos espaços de moradia e de convivência foram criados e multiplicados e hoje temos uma vida comunitária rica e pulsante.

É inegável a existência de nossa identidade comum com o local que habitamos e que, inclusive, nos confere características de comunidade tradicional (ribeirinha), uma vez que muitos de nós vivemos de atividades diretamente relacionadas com o rio e com as ilhas que nele existem, a exemplo da pesca, da coleta de mariscos e caranguejos, de práticas de navegação e construção de barcos e outros instrumentos de pesca. Alguns trabalhos acadêmicos, realizados por docentes e discentes de universidades, comprovam esse nosso vínculo. Um vínculo que pode, inclusive, ser demonstrado pela existência de um patrimônio cultural importante que faz parte da história da nossa cidade e do nosso povo. Ou seja, não podemos concordar com a perspectiva de que, no Porto do Capim, não existe vida e que, portanto, seja necessário "revitalizá-lo". Este lugar é nosso, foi por nós mantido vivo, ao longo de todos esses anos, e nele pretendemos permanecer. Não se pode "revitalizar" o que já é vivo. O patrimônio de um povo não pode ser mensurado apenas pelas construções de "pedra e cal" que existem nos lugares, ou seja, o patrimônio arquitetônico é importante, sem dúvida, mas não pode prescindir da existência dos agrupamentos humanos, que também, e principalmente, são históricos.

Sendo assim, através desse documento, vimos respeitosamente solicitar aos Poderes Públicos responsáveis que:

a) o projeto de revitalização elaborado em 2007 para a área do Porto do Capim, seja substituído por um novo projeto, elaborado com a participação dos moradores, adequando-se aos tempos atuais e a imperiosa necessidade de não desconstruir a estrutura de uma comunidade tradicional, buscando manter no local as habitações que não estão em área de risco, e removendo as que se encontram em área de risco para locais bastante próximos e em condições que respeitem a dignidade do ser humano; b) que o projeto elaborado leve em consideração o conceito de desenvolvimento sustentável, possibilitando infraestrutura adequada e qualidade de vida aos moradores c) que sejam realizados estudos e/ou a emissão dos laudos antropológico, arqueológico e ambiental necessários para que qualquer projeto seja realizado na área em questão; d) que seja incorporado ao projeto as atividades de turismo comunitário dando sustentabilidade aos moradores; e) que seja criada uma Comissão para a discussão de um novo projeto com a participação direta de representantes legítimos (moradores) da Comunidade, e realizada a experiência de gestão compartilhada do espaço da comunidade, sendo formada por entidades representativas dos moradores e poderes públicos.

Já Assinaram
479 PESSOAS

O seu apoio é muito importante. Apoie esta causa. Assine o Abaixo-Assinado.





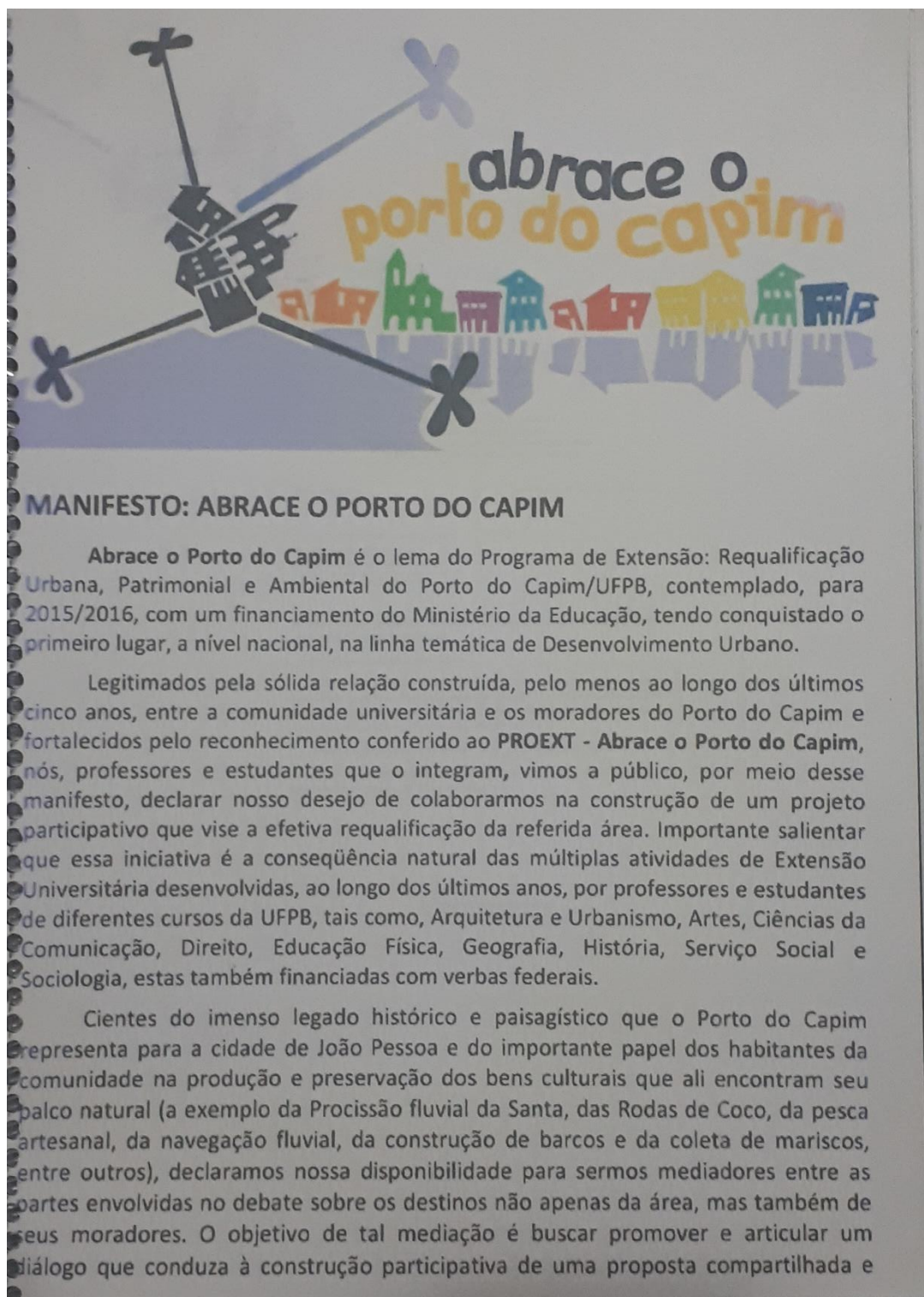

Algumas razões para assinar.
O que dizem os outros assinantes

Tem um blog ou site? Adicione este módulo. Participe na divulgação.

Abaixo-Assinado criado por:


 Contatar Autor

Anexo V — Manifesto Abrace o Porto do Capim



Anexo VI — Encaminhamento de Relatório de Violações aos Direitos Humanos do Porto do Capim ao MPF



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – SANTA RITA
CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS

Ofício nº 02/2015

João Pessoa, 05 de fevereiro de 2015.

Ao Exmo. Procurador da República

Dr. Werton Magalhães Costa

Endereço: Ministério Público Federal da Paraíba
 Av. Getúlio Vargas, 255/277, Centro - João Pessoa - PB
 CEP: 58013-240 / Fone (83) 3044-6200

ASSUNTO: APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO DE VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS NA COMUNIDADE DO PORTO DO CAPIM

Ilustre membro do Ministério Público,

O Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB, por seu advogado infra-assinado, vem à presença de Vossa Excelência encaminhar cópia do Relatório de Violações aos Direitos Humanos no processo de implantação do PAC Cidades Históricas na Comunidade do Porto do Capim, para conhecimento de Vossa Excelência e providências.

Requer juntada aos autos do Inquérito Civil nº: 1.24.000.000390/2008-96.

Requer o **agendamento de audiência pública** juntamente com a Associação das Mulheres do Porto do Capim, para encaminhamentos.

Atenciosamente,

Pablo Honorato Nascimento
OAB/PB 14.872